

Rafael Baioni • Mônica Amorim • Daliana Antonio  
Marcelo Brito • Renan Nascimento • Letícia Imperatriz

EDITORA  
**Unimontes**



# Abecedário **LGBTQIAPN+**

UM GUIA PARA UMA SOCIEDADE + PLURAL

série  
**POPULARIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO**

# Abecedário **LGBTQIAPN+**

UM GUIA PARA UMA SOCIEDADE + PLURAL

## **Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes**

Wagner de Paulo Santiago  
*Reitor*

Dalton Caldeira Rocha  
*Vice-Reitor*

Ivana Ferrante Rebello  
*Pró-Reitora de Ensino*

Marlon Cristian Toledo Pereira  
*Pró-Reitor de Pós-Graduação*

Maria das Dores Magalhães Veloso  
*Pró-Reitora de Pesquisa*

Cláudia Luciana Tolentino Santos  
*Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças*

Rogério Othon Teixeira Alves  
*Pró-Reitor de Extensão*

### **©Editora Unimontes**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
*Editora Chefe*

### **Conselho Editorial**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Ivana Ferrante Rebello  
Leandro Luciano Silva Ravnjak  
Luiz Henrique Carvalho Penido  
Patrícia Takaki Neves  
Tânia Marta Maia Fialho  
Vanessa de Andrade Royo

Apoio:



Rafael Baioni • Mônica Amorim • Daliana Antonio  
Marcelo Brito • Renan Nascimento • Letícia Imperatriz

# Abecedário **LGBTQIAPN+**

UM GUIA PARA UMA SOCIEDADE + PLURAL



Bruno Cantú  
*Capa e ilustrações*

Laura Silveira Fahel  
*Projeto gráfico e diagramação*

Luiz Fernando de Prince Fukushiro  
Ana Márcia Ruas de Aquino  
*Revisão linguística*

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
*Editora Geral*

Este livro foi selecionado por edital e submetido a parecer duplo cego.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Abecedário LGBTQIAPN+ [livro eletrônico]: um guia para uma sociedade + plural / Rafael Baioni...[et al.]. -- Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2025. -- (Série popularização do conhecimento ; 1)  
PDF

Outros autores: Mônica Amorim, Daliana Antônio, Marcelo Brito, Renan Nascimento, Letícia Imperatriz  
ISBN 978-85-7739-750-1

1. Ciências sociais 2. Diversidade sexual 3. Educação - Finalidade e objetivos 4. Gênero e sexualidade 5. Identidade de gênero na educação 6. Justiça social I. Baioni, Rafael. II. Amorim, Mônica. III. Antônio, Daliana. IV. Brito, Marcelo. V. Nascimento, Renan. VI. Imperatriz, Letícia. VII. Série.

25-288468

CDD-371.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Gênero e diversidade : Educação 371.1

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

**©Editora Unimontes**

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro  
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.  
[www.editora.unimontes.br](http://www.editora.unimontes.br) | [editora@unimontes.br](mailto:editora@unimontes.br)

Filiada à



# PREFÁCIO

## FAZENDO JUSTIÇA À IDEIA DE ABECEDÁRIO

Quando fui convidado para fazer o prefácio do livro *Abecedário LGBTQIAPN+: um guia para uma sociedade + plural*, eu imaginei que receberia um arquivo com um glossário de termos – explicados de forma didática – para o grande público. Para a minha surpresa, e das boas, tive o prazer de ler uma obra que vai muito além de um glossário e que faz jus à ideia de um abecedário como aquele que foi realizado por Gilles Deleuze. O filósofo francês odiava aparecer na televisão, mas concordou em gravar um longo vídeo com sua ex-aluna Claire Parnet, entre 1988 e 1989. A promessa era de que o material só fosse exibido depois de sua morte, o que ocorreu em 4 de novembro de 1995.

No documentário, Deleuze, a partir das letras do abc, escolhe algumas palavras, a fim de pensar sobre seus significados e, claro, para filosofar. Evidente que este livro não faz a mesma coisa, mas, sem dúvida, possui influências e pontos de contato com *O abecedário de*

*Gilles Deleuze*, porque ambos não se contentam em dar uma definição rápida sobre os termos eleitos. Mesmo sendo escrito e pensado para um grande público, o que é muito necessário e louvável, este livro apresenta às pessoas leitoras uma excelente contextualização e reflexão conceitual e epistemológica, que sustenta todas as palavras que constam no glossário. E isso é raro em nosso campo, é extraordinário.

Quem quiser, pode ir direto para as últimas páginas, onde vai encontrar o glossário e entender, de forma didática e sucinta, o significado de uma série de termos. Mas a minha sugestão é que o livro seja lido em sua íntegra, uma vez que oferece uma aula sobre a diversidade sexual e de gênero que existe em nossa sociedade da atualidade. Friso a palavra atualidade porque, se este abecedário fosse escrito no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, muitas palavras não constariam no glossário e outras várias estariam certamente com outros significados. Isso em razão das novas identidades que foram criadas ou recriadas nesses últimos 20 anos e, além disso, dos novos conhecimentos sobre esses temas que foram produzidos tanto nos movimentos sociais quanto nas universidades. E as universidades brasileiras, nesse aspecto, exerceram um papel fundamental que, muitas vezes, não é reconhecido em nosso país.

Citarei apenas um exemplo dessa incrível transformação no campo da diversidade sexual e de gênero. Até recentemente, não estava nítida, para a militância e para os trabalhos acadêmicos, a complexidade entre as orientações sexuais e as identidades de gênero. A sigla LGBT, para ser mais específico, era entendida como aglutinadora de identidades criadas a partir, exclusivamente,

das orientações sexuais de determinados grupos. Hoje, como muito bem explica este abecedário, temos uma outra compreensão sobre a sigla, que se ampliou de forma espantosa. As identidades trans (transexuais e travestis), antes entendidas como variações das homossexualidades (portanto, das orientações sexuais), passaram a ser entendidas como variações das identidades de gênero. Isso permitiu que a nossa sigla, hoje LGBTQIAPN+, incluía um conjunto grande de pessoas heterossexuais, o que era impensável quando usávamos apenas a sigla LGBT. Toda essa transformação está muito bem explicada neste livro. Esse é apenas um dos vários exemplos que eu poderia citar e que tornam a obra extraordinária.

Por fim, destaco mais um aspecto: a importância de produzirmos materiais (livros, audiovisuais etc.) que sejam dirigidos ao grande público. A universidade não pode produzir conhecimento apenas para públicos específicos, altamente especializados. Obviamente, sabemos que essas produções especializadas devem continuar existindo, porque elas, inclusive, são centrais para promover transformações e novos conhecimentos sobre os campos aos quais se dedicam. No entanto, além disso, também precisamos de outros materiais, como é o caso deste abecedário, que sejam pensados para que qualquer pessoa alfabetizada, sem contato prévio com os temas, compreenda o que está sendo explicado. Ou seja, precisamos produzir nas duas direções. E, ao contrário do que muitas pessoas imaginam, fazer textos para o grande público não é uma coisa fácil. Especialmente quando as pessoas autoras, como as deste livro, optam por manter a complexidade sobre os assuntos tratados. Mais um motivo que torna este livro muito importante e

fundamental nos tempos atuais. A sociedade já é plural, o que falta é ela aceitar e compreender a sua pluralidade e complexidade.

**Boa leitura!**

**Leandro Colling**

*Professor associado IV do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências  
Professor Milton Santos, professor permanente do Programa  
Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e  
integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e  
Sexualidades (NuCuS) da Universidade Federal da Bahia.*

# SUMÁRIO

<b>CHEGUE + PERTO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 PARA ENTENDER O BÁSICO E + UM POUCO .....</b>	<b>18</b>
1.1 Sobre a sigla LGBTQIAPN+ e sobre as classificações de forma geral ...	18
1.2 Sexo, natureza e discurso .....	28
1.3 Gênero e performatividade .....	39
1.4 Identidade de gênero e orientação sexual .....	52
1.5 Devir existencial .....	65
1.6 As pessoas LGBTQIAPN+ são contra a família? .....	69
1.7 O que é ideologia de gênero? .....	77
1.8 Para entender ainda um pouquinho + .....	84
<b>2 O QUE FAZER – E NÃO FAZER – COM ISSO? .....</b>	<b>88</b>
2.1 Sobre a linguagem neutra e seus usos .....	88
2.2 Quais são seus pronomes? .....	95
2.3 Uso dos banheiros .....	98
2.4 A luta por direitos em constante ameaça .....	103
2.5 Saúde LGBTQIAPN+ e a promoção de cuidados inclusivos .....	111
2.6 Como fazer uma escola + inclusiva .....	116
2.7 Cotas para pessoas trans no Ensino Superior .....	124
<b>3 GLOSSÁRIO .....</b>	<b>128</b>
<b>PALAVRAS FINAIS .....</b>	<b>158</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>





As diversas vivências das pessoas LGBTQIAPN+ não cabem nos estereótipos preconceituosos e dificilmente se deixam capturar pelas definições científicas, mesmo as mais bem intencionadas.



# CHEGUE + PERTO

**T**odo mundo sofre com o desconhecimento a respeito das pessoas LGBTQIAPN+. Sofrem tanto as pessoas que não se identificam com esse grupo, e que têm dificuldades em lidar com novos conceitos, novas nomenclaturas e práticas que devem ser adotadas em uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva, quanto sofrem, principalmente, as próprias pessoas LGBTQIAPN+, pois o desconhecimento é, muitas vezes, o veículo da violência. Com frequência, suas existências são desconsideradas, seus direitos negados, sua vida social e familiar prejudicada, sua vida escolar marcada pelo trauma, seu acesso à saúde dificultado, entre diversas outras experiências de exclusão.

E é como um instrumento de mudança desse cenário que este livro foi criado. Conforme mostra o título, inspiramo-nos na ideia de abecedário, isto é, em uma lista com explicações introdutórias para pessoas iniciantes ou não familiarizadas – sem falar que o nosso ponto de partida são as diversas letras que compõem a sigla LGBTQIAPN+.

O livro que você tem em mãos é produto de um longo trabalho em equipe e resultado de anos de experiência de um grupo nos estudos de gênero e sexualidade, em uma universidade pública localizada no norte de Minas Gerais, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Os autores e autoras desta publicação são docentes de diferentes áreas e estudantes de pós-graduação que integram, ou em algum momento integraram, o (In)Serto, projeto de extensão comprometido com a promoção de direitos de pessoas LGBTQIAPN+ na região, fundado em 2017, e que também fazem parte do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GPEG), fundado em 2006 na mesma universidade.

O Norte de Minas Gerais é conhecido como uma região que apresenta muitos desafios ao reconhecimento dos direitos e da dignidade das pessoas LGBTQIAPN+, provavelmente graças ao passado colonial e coronelista, ainda vivo na região, que tende a reproduzir um contexto de preconceito e opressão. Por isso, o (In)Serto tem trabalhado incansavelmente para uma transformação das mentalidades e das práticas excludentes, por meio de palestras, grupos de estudos, oficinas, pesquisas acadêmicas, intervenções artísticas e muitas outras atividades.

Em 2018, publicamos uma cartilha na qual instrumentalizávamos algumas dessas nossas atividades e intervenções, mas, desde lá, já tínhamos o desejo de produzir um material mais robusto, que pudesse ser utilizado por nós, em nossas atividades, e que também tivesse vida própria, oferecendo suporte para qualquer pessoa interessada em saber mais sobre questões relativas a gênero e sexualidade, assim como produzir mudanças em seu entorno, para torná-lo mais inclusivo.

Pensando nisso, procuramos sintetizar, nas páginas a seguir, da forma mais simples e prática possível, todo o nosso conhecimento e experiência acumulados nesses anos, de modo que pessoas de fora da universidade, profissionais de outras áreas e adolescentes possam compreender e colocar em ação mudanças essenciais. Sabemos que é impossível esgotar um assunto ou querer falar em nome de todas as diferentes vivências, por isso pretendemos apenas ajudar quem está lendo este texto a incluir-se num longo e vital debate, que está longe de acabar e do qual ninguém, hoje em dia, parece poder se furtar de fazer parte.

Para empreender essa discussão, este livro é constituído de três partes. A primeira delas é mais teórica, por meio da qual apresentamos conceitos advindos dos estudos de gênero e sexualidade, da filosofia e de outras ciências humanas. Embora esses conceitos sejam, muitas vezes, apresentados de forma bastante abstrata para não especialistas – e estes os vejam como muito complexos –, foi feito um grande esforço para deixá-los acessíveis por meio de exemplos práticos, os quais dão vida a esses conceitos.

A segunda parte deste livro é um pouco mais prática, trazendo problemas comuns com que nos deparamos na vida cotidiana – na escola, no trabalho, em hospitais e em outros locais de convívio –, a fim de fornecer um panorama das questões existentes e de algumas formas de enfrentá-las.

A terceira parte é um glossário, o que seria propriamente um abecedário, em que diversas palavras e expressões relativas às vivências das pessoas LGBTQIAPN+ são abordadas individualmente, de forma concisa e pontual. Todas as palavras que se encontram

em negrito no corpo do texto integram o glossário. Lembrando que, às vezes, podem ser palavras derivadas (por exemplo: “feministas” está em negrito no texto, mas, no glossário, deve-se ler o verbete “feminismos”). Com isso, acreditamos que este livro, além de ter um caráter formador, também pode servir para uma consulta rápida, em momentos de dúvida. Ou ainda, se preferir, este livro pode ser lido primeiramente a partir do glossário, como uma apresentação mais direta e resumida dos diversos termos e principais temas de discussão nele embutidos para, em seguida, ser feita a leitura dos capítulos anteriores, nos quais essas informações se encontram costuradas em um todo mais organizado e narrativo.

O glossário foi construído com base em nossa experiência de pesquisa, de trabalho de extensão universitária e nas discussões que acompanhamos nos movimentos sociais – bastante difícil precisar a exatidão da fonte em cada caso, mas tendo como benefício refletir bem o estado atual do debate. Justamente por ser um debate e, portanto, um processo, nem sempre esse tipo de conhecimento se encontra facilmente estabelecido em publicações científicas ou jornalísticas que possam ser referenciadas.

É preciso reforçar que o glossário trabalha com classificações gerais, com o objetivo de introduzir as pessoas nesse universo e oferecer respostas iniciais para lidar com tantas coisas possivelmente desconhecidas para muita gente. Mas isso é só o começo da conversa, e não algo definitivo e final. Esse tipo de recurso deve ser utilizado com muito cuidado, porque, na realidade, o debate permanente em relação a seus usos faz parte do aprimoramento contínuo da democracia, e o mais importante é

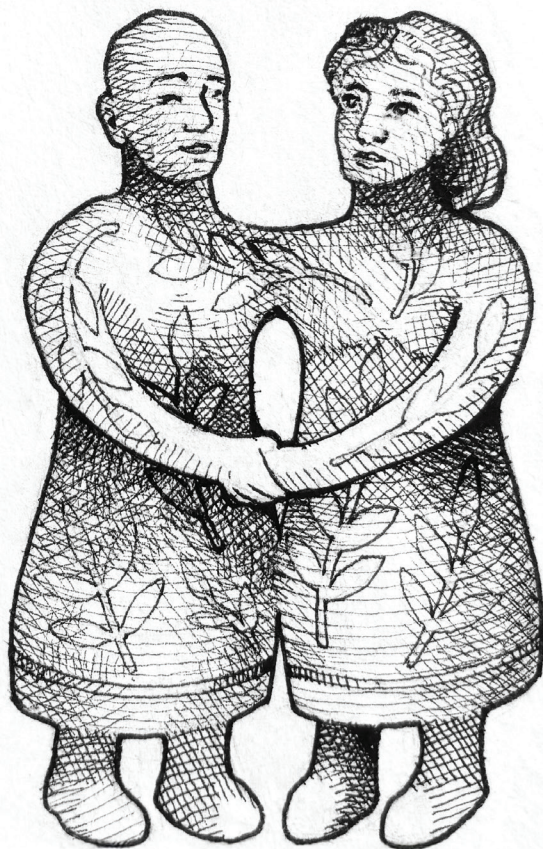
que tenhamos consideração e respeito com as pessoas com as quais lidamos, especialmente as pessoas LGBTQIAPN+, inclusive se elas próprias mostrarem discordância ou mesmo desconhecimento dessas classificações.

É por isso que convidamos você a chegar mais perto. As diversas vivências das pessoas LGBTQIAPN+ não cabem nos estereótipos preconceituosos e dificilmente se deixam capturar pelas definições científicas, mesmo as mais bem intencionadas. Como todas as vivências humanas, são processos riquíssimos e variados e que demandam de nós – se pretendemos entendê-las melhor – não apenas conhecimento racional, lógico-dedutivo, mas também conhecimento advindo da vida e da experiência, muitas vezes conflituosa e contraditória. E não há forma de adquirir esse conhecimento sem chegar mais perto, sem se permitir a oportunidade de olhar por outras perspectivas, ouvir relatos de outros pontos de vista, outras vivências corporais, de afeto e de identidade. Enquanto “de fora” e “de longe”, o outro tende a parecer sem razão e sem propósito, “de perto”, é mais fácil ser empático, entender o sofrimento do outro e se solidarizar com sua luta.





Ideal será o dia em que, ao se perguntar como uma pessoa se identifica, quais seus pronomes ou preferências, isso soe como perguntar qual sua cor favorita, ou seja, isso não definirá o status social da pessoa nem significará que ela tem mais ou menos direitos, inclusive, em última instância, o direito à vida.



# 1. PARA ENTENDER O BÁSICO E + UM POUCO

## 1.1 SOBRE A SIGLA LGBTQIAPN+ E SOBRE AS CLASSIFICAÇÕES DE FORMA GERAL

Muita gente se incomoda quando se depara com a sigla LGBTQIAPN+, não necessariamente por **preconceito**, mas por ver certo exagero na proliferação das letras dentro da sigla. Para muitos, já foi difícil entender o que são vivências fora dos padrões ditos normais, como as vivências **gays** (G), **lésbicas** (L) e **bissexuais** (B). Com algum esforço a mais, compreenderam as vivências de pessoas **transexuais** (T) e acham que, por isso, a sigla LGBT estaria já de bom tamanho.

Quando dizemos, no entanto, que a letra T não compreende apenas transexuais, mas também **travestis** e outras pessoas **transgênero**, e que as pessoas **queer** (Q), **intersexo** (I), **assexuais** (A), **pansexuais** (P), **não binárias** (N) e outras (+) não se sentem contempladas pela sigla antiga, uma grande confusão geralmente se forma na cabeça das pessoas que pensam já haver letras demais na sigla. Em que pese o sofrimento pelo desconhecimento,

precisamos atentar para o fato de que é maior o sofrimento de quem reivindica para si alguma dessas **identidades** e defronta-se com alguém que não as reconhece, quer seja na família, na escola, no trabalho, no comércio, no cartório, na delegacia de polícia, no hospital ou em qualquer outro ambiente social.

Diante dessa realidade, vamos tentar dar conta de abarcar aqui uma explicação simples para cada uma dessas identidades e suas diferenças. Ressaltamos que, mesmo que isso possa dar a sensação de que pessoas LGBTQIAPN+, ativistas e estudiosas estejam “inventando moda”, o presente trabalho inclui mostrar como há uma verdade nisso, mas em um sentido bem diferente do utilizado com essa expressão.

Quando dizemos que alguém está “inventando moda”, geralmente queremos dizer que uma pessoa está criando problemas desnecessários, para si ou para os outros, ao acrescentar exigências extravagantes e inúteis a algo que seria muito mais simples. Por exemplo, podemos dizer que alguém está “inventando moda” quando propõe um caminho novo, mais demorado do que o caminho que já conhecemos, ou quando acrescenta etapas que consideramos dispensáveis à feitura de uma receita culinária.

Para muita gente, as novas vivências e identidades – muitas delas nem tão novas assim – seriam um problema desnecessário, pois seria muito mais fácil se todo mundo fosse simplesmente homem e mulher e gostasse do **sexo** oposto, como supostamente se era no passado.

Acontece que, antigamente, não era tão simples assim. **Muitas pessoas que não se enquadravam nos padrões considerados normais, em suas épocas, foram**

**perseguidas, mortas ou tiveram que viver boa parte de suas vidas fingindo ser o que não eram.**

Por um lado, podemos ver a proliferação das identidades LGBTQIAPN+ como um sinal do aumento das liberdades democráticas e uma resposta a contextos de opressão. Isto é, com uma mudança histórica e política em alguns países, essas pessoas – que antes se sentiam coagidas a se esconder – têm, agora, coragem para viver como gostariam de ser e exigir reconhecimento e direitos. Por outro lado, seria uma visão anacrônica dizer que essas vivências sempre existiram e, só agora, tiveram coragem de se revelar, ou seja, seria um anacronismo, palavra muito usada por pessoas historiadoras para dizer que alguém está tentando enxergar o passado com os olhos do presente, o que acaba por distorcer ou mesmo falsear o passado, a fim de fazer com que ele caiba no modo de entender o presente ou um passado mais próximo.

Para essas pessoas que estudam história seria estranho, ou mesmo errado, chamar as vivências afetivas entre dois homens ou duas mulheres, na Grécia Antiga, por exemplo, de vivências gays ou lésbicas, pois entendem que a ideia de **homossexualidade** é um produto da sociedade europeia do século XIX, e, portanto, só a partir desse momento e local seria correto se falar em vivências homossexuais. Outro exemplo seriam as pessoas não binárias que, de forma genérica, não se identificam nem como homens nem como mulheres e, muitas vezes – mas nem sempre –, possuem elementos andrógenos, ou seja, que são ambíguos, típicos dos dois sexos ou de nenhum deles, em sua aparência. Para as pessoas que estudam história, isso não seria o bastante para podermos dizer que todas as pessoas com elementos **andrógenos**, em sua

aparência, eram, no passado, pessoas não binárias ou pessoas **agênero**.

Por esse motivo, a já referida expressão “inventando moda” pode nos ajudar aqui a entender o que está acontecendo, se tirarmos seu caráter pejorativo e pensarmos que todos os seres humanos, no decorrer da história, sempre estiveram, de um jeito ou de outro, “inventando moda”, isto é, fazendo caminhos diversos e criando ou seguindo diferentes receitas. Esse “inventar moda” é justamente aquilo a que chamamos de cultura. Afinal, “moda” também significa um conjunto de opiniões e gostos, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos de um determinado período.

Quando falamos em cultura, é necessário que resaltemos a sua vital importância para as pessoas estudiosas da antropologia. Segundo elas, não importa o quão semelhantes sejam as bases biológicas dos seres humanos (como seus cromossomos), a vida adulta de uma pessoa que vive em sociedade vai ser pouco determinada por essa base biológica, sendo muito mais determinada pelas condições materiais e de mentalidade dessa sociedade, pela sua língua, seus costumes, valores, tradições, crenças etc., isto é, por sua cultura.

A antropologia clássica, do final do século XIX e início do XX, dedicou-se principalmente a demonstrar isso, descrevendo e catalogando a diferença entre as culturas conhecidas, especialmente as diferenças entre a cultura ocidental, considerada “mais civilizada”, e as culturas indígenas, africanas ou de outros povos não ocidentais, considerados “primitivos”.

A partir da segunda metade do século XX, entretanto, essa divisão entre “civilizados” e “primitivos” foi

bastante criticada, por ser etnocêntrica, ou seja, por colocar os brancos europeus como modelos de civilização. As próprias categorias de **gênero** – antes consideradas básicas – de homem e de mulher, dentro de uma mesma cultura, foram consideradas **machistas** quando submetidas a esse olhar mais crítico.

Nesse sentido, muitas antropólogas **feministas** criticaram a naturalização dos papéis de gênero dentro de cada cultura e procuraram mostrar que as diferenças ditas naturais entre homens e mulheres dependiam muito mais da cultura em que estavam inseridos do que dos órgãos genitais ou dos caracteres sexuais secundários que cada um carregava (tamanho dos seios, distribuição de pelos ou gordura etc.), o que significa, portanto, que essas são construções sociais.

As teorias de gênero, que assustam tanta gente hoje em dia, retratadas por políticos conservadores e fundamentalistas religiosos como um ataque ao desenvolvimento natural e à família tradicional, tiveram sua origem nesses debates da antropologia e de outras ciências humanas, como a história, a filosofia, a sociologia e a psicologia, em especial da segunda metade do século XX em diante.

Ainda que não seja um consenso nas ciências – isto é, nem todas as pessoas estudiosas concordam – a forma como a cultura influencia a vida individual e em que medida cultura e natureza determinam comportamentos sociais complexos – como gênero e sexualidade –, quase todas as pessoas estudiosas vão concordar que a cultura e, portanto, também, a história têm papel vital na sociedade.

Assim, quando dizemos que a ampliação da sigla se deve a pessoas “inventando moda”, no bom sentido,



queremos dizer que é típico dos seres humanos criarem novas formas de se relacionarem uns com os outros e de entenderem a si mesmos.

Alguns elementos das vivências atuais podem encontrar correspondências com elementos de vivências do passado e mesmo ter com elas, em alguma medida, uma dívida. No entanto, a cultura é viva e estamos, a todo momento, criando novos modos de viver.

Isso vem fortalecer a ideia de que precisamos de mais letras e a certeza de que essa sigla não se limitará a sua atual forma. Enquanto os seres humanos forem seres culturais e históricos, suas vivências se multiplicarão e se transformarão, e precisaremos continuamente de novas palavras para descrever novas formas de viver.

Outra objeção geralmente colocada contra a proliferação das letras na sigla seria um certo exagero no desejo de classificação. Há pessoas que dizem que não acham necessários esses nomes todos e que o importante é respeitar os outros seres humanos de forma geral.

Essa ideia é muito bonita, a princípio, e até mesmo uma das letras da sigla, o Q, segue, de algum modo, esse perfil – de duvidar das classificações –, mas com diferenças importantes. Acontece que, na realidade, esse tipo de fala geralmente ignora que a nossa sociedade já esteja baseada em classificações e que essas classificações deem acesso ao reconhecimento simbólico, além do acesso a direitos essenciais para as pessoas.

Pode ser louvável dizer que não se vejam diferenças entre um casal **heterossexual** – formado por um homem e uma mulher – e um casal homossexual – formado por dois homens ou por duas mulheres. O problema é que, em muitos países, esses casais homossexuais não

vão, como os heterossexuais, poder se casar, não vão poder adotar filhos, não vão ter direito automático à herança, não vão poder acompanhar a hospitalização, se os companheiros ou as companheiras estiverem impedidos ou impedidas de autorizar sua entrada, não terão direito a usufruir do mesmo plano de saúde e de muitas outras coisas. Ao mesmo tempo, um casal heterossexual geralmente não corre risco de ser xingado, apanhar ou mesmo morrer na rua, ao andar de mãos dadas ou demonstrar qualquer tipo de afeto – privilégio do qual não desfrutam os casais homossexuais, em muitas partes do planeta, até hoje.

Como já dizia o filósofo alemão **Theodor Adorno**, as classificações são um instrumento importante do pensamento humano e talvez nunca deixem de existir. Algumas classificações de fato parecem desnecessárias, em especial aquelas que rebaixam algumas classes de pessoas em favor de outras – e Adorno, que era de origem judaica e teve que fugir da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial para não morrer, sabia muito bem disso. Ignorar o fato de essas classificações estarem, no presente momento, definindo a vida das pessoas seria ignorar uma parte importante da realidade.

**Theodor Adorno** (1903–1969) foi um filósofo alemão da Escola de Frankfurt e um dos criadores da Teoria Crítica. Foi um grande estudioso da relação entre preconceito, autoritarismo e empobrecimento cultural. Para Adorno, é preciso resistir ao conformismo da cultura reduzida à mercadoria e buscar formas de pensamento que promovam a autonomia.

Muita gente considera que, mesmo do ponto de vista psicológico – e não apenas sociológico –, as

classificações são equivocadas, pois duas pessoas nunca serão iguais uma à outra, e, assim, só se criam **estereótipos** e preconceitos. Segundo elas, as próprias pessoas LGBTQIAPN+ estariam, de certo modo, sendo preconceituosas, ao criarem essas classificações e tentarem encaixar as pessoas nelas. O que as pessoas que defendem esse tipo de argumento não levam em consideração é que as “caixinhas” tradicionais de homem e de mulher – nas quais também só é permitido gostar do sexo oposto – são “caixas” muito pequenas, nas quais praticamente ninguém cabe de forma confortável, e que muitas pessoas acabam sendo mutiladas, para se fazer caber.

O discurso de algumas pessoas ou entidades, falando em nome de qualquer uma das letras da sigla LGBTQIAPN+ ou de todas elas, pode, às vezes, soar – ou mesmo ser – limitador, no sentido de tentar petrificar fenômenos culturais que, como dissemos, são como a própria cultura, sempre mutáveis. No entanto, essas pessoas, entidades e grupos podem estar lutando para sua inclusão temporária em alguma forma de reconhecimento simbólico ou material que exige – ao menos neste momento – a rigidez classificatória.

Vamos pensar, nesse sentido, na forma como o direito e a medicina funcionam em nossa sociedade. Sobre o direito, já demos, há pouco, o exemplo do casamento, mas pense, também, no caso de cotas para mulheres ou para pessoas transgênero. Você pode não achar importante se alguém é homem ou mulher, **cisgênero** ou transgênero, mas isso pode ser a diferença entre a pessoa entrar ou não em uma universidade, conseguir ou não um emprego. Algo semelhante acontece em relação à medicina e ao acesso à saúde. Não importa o que pensemos,

as pessoas médicas, em muitos países, até hoje, vão nos enxergar como homem ou como mulher e nos tratar como tal. Se você é uma pessoa intersexo ou transgênero, pode ser que não tenha acesso aos tratamentos adequados, e isso pode ser uma questão de vida ou de morte.

Não é um problema desejar que um dia essas classificações se tornem desnecessárias, mas é um problema grave tentar negar a luta de tantas pessoas para ter acesso a direitos fundamentais, por meio dessas identidades e de suas classificações.

É importante também reconhecer que essa luta das pessoas LGBTQIAPN+ não é uma luta apenas pela própria sobrevivência e pelo exercício de suas formas de existência – o que já seria o bastante. É também uma luta pela expansão das formas de existência em âmbito mais geral, inclusive para pessoas que queiram continuar se identificando como heterossexuais e cisgênero – isto é, que foram designadas homens ao nascimento e se identificam como homens, ou que foram designadas mulheres ao nascimento e se identificam como mulheres.

Isso vem ocasionando que se prefira pensar na ideia de **diferença** em vez de **diversidade**. **Diversidade passa a ideia de incluir o estranho no sistema, sem modificar o sistema em suas bases, enquanto a ideia de diferença aponta para a necessidade de mudança em um sentido mais profundo, porque todo mundo é diferente, em algum aspecto.** Mesmo os homens heterossexuais e cisgênero são diferentes entre si, e o não reconhecimento dessas diferenças pode gerar sofrimento.

Nesse sentido, as velhas “caixinhas” de homem e de mulher, até hoje, têm guardado muita desigualdade e sofrimento desnecessário. Até quando as mulheres serão

mortas por seus companheiros, e os homens se matam uns aos outros, na guerra? Até quando as mulheres ganharão menos, e os homens entrarão em colapso frente à possibilidade do fracasso? Até quando recairá sobre as mulheres todo o trabalho de cuidado dos homens, das pessoas doentes, das crianças e das pessoas idosas, e até quando os homens preferirão morrer a ir ao médico?

**Judith Butler**, filósofa estadunidense que pensou muito sobre classificação e injustiça, disse certa vez que todo mundo, em nossa sociedade, tem algum problema com as imposições de gênero, quer porque tentemos nos adequar, quer porque procuremos nos contrapor a essas imposições, e que cabe a nós decidir que tipo de problemas queremos ter. Cada um deve decidir se continua tentando, a todo custo, entrar nessas “caixas” ou se utiliza essa energia para lutar e construir uma nova sociedade em que, quem sabe, essas “caixas”, se ainda existirem, serão apenas escolhas estéticas que não machucam ninguém.

**Judith Butler** (n. 1956) é uma filósofa estadunidense que questiona as normas de gênero. Para ela, todos enfrentamos dificuldades com as imposições do que é ser “homem” ou “mulher”. Butler defende que o gênero não é fixo, mas constituído ao longo da vida. Seu pensamento inspira a luta por uma sociedade onde as identidades não causem sofrimento ou exclusão.

Ideal será o dia em que, ao se perguntar como uma pessoa se identifica, quais seus pronomes ou preferências, isso soe como perguntar qual sua cor favorita, ou seja, isso não definirá o status social da pessoa nem significará que ela tem mais ou menos direitos, inclusive, em última instância, o direito à vida.

Precisamos refletir sobre as classificações e aprender com elas. Por que será que tanta gente acha isso importante? Não é por capricho. A sigla nos conta uma história e nos aponta para possibilidades de futuro.

Nesse sentido, essa sigla, que se abre como um leque, traz novos ares para todes. Traz também um convite para que se tente aprender um pouco mais sobre essa história, sobre as diferentes formas de viver nossos corpos e afetos e sobre as múltiplas possibilidades de convivência, numa sociedade realmente plural.

## 1.2 SEXO, NATUREZA E DISCURSO

Quando falamos de sexo, referimo-nos a uma classificação bastante fundamental na vida dos seres humanos – e com efeitos extremamente relevantes em praticamente todas as esferas de suas vivências –, com base na anatomia de seus corpos, em especial, dos órgãos genitais.

Diante de um nascimento, geralmente as pessoas em volta se perguntam se essa nova pessoa é menino ou menina, a depender do fato de ter nascido com pênis ou com vagina. No primeiro caso, dizem que é do sexo masculino, um menino. No segundo caso, do sexo feminino, uma menina.

Pode não parecer evidente, mas não estamos falando necessariamente de biologia. O francês **Michel Foucault**, outro interessante filósofo, diria que, nesse caso, poderia haver três diferentes formas de interpretação do mundo, usadas para conferir a esse novo corpo um sexo: a interpretação religiosa, a interpretação legal e a interpretação científica. A cada uma dessas diferentes interpretações, corresponde um tipo de **discurso**, que



podemos chamar aqui de discurso religioso, discurso jurídico e discurso científico.

**Michel Foucault** (1926–1984) foi um filósofo francês que investigou como o poder atravessa instituições como escolas, hospitais e prisões, moldando comportamentos e identidades. Segundo ele, os sujeitos são formados por normas e saberes que variam com o tempo e o contexto. De modo semelhante, ideias como de anormalidade e loucura não refletem verdades naturais, nem universais, mas relações históricas de poder.

Esses discursos não são necessariamente bons ou ruins, verdadeiros ou falsos, mas eles dão forma às nossas vivências e refletem as relações de poder e os conflitos presentes no tempo e no local em que atuam. Portanto, não se trata aqui de criticar o discurso religioso para defender o discurso científico, ou vice-versa, como talvez intuitivamente se poderia pensar, mas de chamar a atenção para os efeitos que esses discursos provocam em diversas dimensões, inclusive éticas e políticas.

Nas sociedades ocidentais judaico-cristãs, como a nossa, há muito tempo o que confere um sexo, masculino ou feminino, a um bebê recém-nascido é a interpretação da sua anatomia, e isso não tem nada a ver diretamente com a biologia – que, enquanto campo de conhecimento, só ganhou relevância no século XIX. Antes de tudo, diz respeito ao discurso religioso cristão. Por exemplo, existe uma passagem da Bíblia, logo no começo, no livro de *Gênesis*, que diz que Deus teria criado os seres humanos divididos em “homem e mulher”. Essa passagem foi, por muito tempo, e é, ainda hoje, usada como um dos elementos do discurso religioso para interpretar toda a existência humana, em sua enorme variabilidade. Logo ao

nascer, a pessoa teria que caber nessas duas “caixinhas”, e tudo aquilo que nelas não cabe, seria antinatural, um erro da natureza ou da má influência humana. Em outras palavras, aberração ou pecado.

Note-se que a palavra “natural”, nesse discurso, não tem o mesmo sentido que no discurso científico, no qual se insere a biologia. Para tentar explicar de forma bastante simples, **um discurso é uma rede de pensamentos, crenças, hábitos e instituições que colocam esses pensamentos e crenças em ação e sustentam a repetição desses hábitos.** No caso de um discurso religioso, o discurso é formado não apenas pelos escritos sagrados, como a Bíblia, mas pelas instituições religiosas que detêm, até certo ponto, a legitimidade social para interpretar esses textos. No catolicismo, por exemplo, além dos seus escritos, o papa, os cardeais e outras figuras de autoridade realizam reuniões oficiais e tomam decisões que são, depois, postas em prática por uma rede de outras pessoas, como os padres, freiras e diáconos. Isso tudo depende também dos prédios das igrejas – e outros aparatos físicos, como manuais de catecismo, relíquias, santos, terços e crucifixos –, do hábito de frequentar a missa e festividades e dos hábitos e crenças aprendidos na igreja ou com a família e repetidos continuamente, como o hábito de rezar, batizar, casar-se e pedir extrema unção.

Tudo isso forma uma rede discursiva, que serve como uma lente de interpretação do mundo. Todo novo elemento que entrar em contato com essa rede discursiva, na maior parte das vezes, terá que encontrar um significado já previamente estabelecido ou previsto como possível nessa rede. Por exemplo, qualquer nova religião que surgir, partindo dessa rede discursiva da religião

católica e mesmo das religiões cristãs, de modo geral, será muito provavelmente interpretada como herege, como falsa religião a ser negada e combatida. Qualquer nova relação que se estabeleça entre duas pessoas vai ser interpretada como lícita ou ilícita, casta ou pecadora, natural ou antinatural. Assim como cada novo ser humano terá que ser homem ou mulher.

Ainda que hoje em dia possamos utilizar a palavra “natural” a partir do discurso da ciência – e a biologia faz parte dele –, note-se que essa palavra ganha outro sentido, completamente diferente do que tem no discurso religioso. Enquanto, no discurso religioso, “natural” indica aquilo que foi criado por Deus e, portanto, faz parte da perfeição da natureza, tal como ela foi intentada pelo Criador, no discurso da ciência, “natural” é aquilo que vem da natureza, como ordem inanimada (rios, continentes, pedras, metais), animada não humana (plantas, animais, insetos, micro-organismos) e parte não cultural do corpo humano (instintos, reações fisiológicas, doenças). Natureza, no discurso biológico, não tem necessariamente um valor moral, e sim descritivo, e seu oposto geralmente é cultura, civilização ou, em outros contextos, o artificial, o produzido com intenção.

No discurso religioso cristão, o oposto de natural é o antinatural, aquilo que existe como o resultado do livre arbítrio humano, influenciado pelos valores terrenos, um desenvolvimento contrário à ordem natural das coisas e, portanto, fruto do erro ou mesmo da maldade. Há, portanto, um julgamento moral evidente.

Os discursos podem ser conflitantes, mas também podem coexistir. O discurso religioso existiu antes do discurso da ciência, e este último, desde que surgiu, já

foi usado para confirmar o primeiro ou negá-lo. Algumas pessoas podem usar o discurso da biologia para “provar” a perfeição da criação divina, mas também podem utilizá-lo para encontrar “provas” contrárias à ideia de criação.

Nesse sentido, a Teoria da Evolução, de **Charles Darwin** – segundo a qual os seres humanos são apenas um tipo específico de animais que evoluíram por meio da seleção natural de outro primata, assim como os macacos modernos –, é, muitas vezes, ainda, utilizada para contrapor-se ao discurso religioso cristão. No entanto, este último pode também utilizar a teoria de Darwin para dizer que Deus criou a ordem natural, inclusive a da evolução, isto é, que a evolução faz parte do plano divino.

**Charles Darwin** (1809–1882) foi um naturalista britânico, conhecido pela sua Teoria da Evolução por seleção natural. Segundo ele, os seres humanos, como outros animais, descendem de ancestrais comuns. Suas ideias transformaram as ciências biológicas e tiveram grande impacto nas outras ciências humanas e naturais.

Nesse ponto, é importante notar que o discurso religioso e o discurso científico não são apenas dois discursos, mas cada um pode compor vários. Podem existir diversos tipos de discursos religiosos, vindos de diferentes religiões e de grupos diferentes, dentro de uma mesma religião. Assim como na ciência, não há um consenso, e sim grandes diferenças interpretativas, também em disputa. Há, entretanto, discursos hegemônicos, isto é, preponderantes, que têm maior força ou incidência em um momento ou outro.

Essa multiplicidade interna dos discursos é mais um fator que aponta para o fato de que, nos debates de

gênero, não se trata de negar o discurso religioso em favor de um discurso científico ou outro qualquer, mas apontar os efeitos que alguns tipos de discurso – sejam eles religiosos, jurídicos, científicos ou outros – historicamente produziram e ainda produzem nas vidas das pessoas. Isso não significa que todo discurso religioso é preconceituoso ou prejudicial. Alguns discursos religiosos, e mesmo alguns elementos de discursos religiosos hegemônicos, em cada época e lugar, produziram ou ainda produzem efeitos positivos em favor de uma sociedade mais plural e igualitária. Existem diversas manifestações religiosas, inclusive cristãs, que celebram a diversidade e não prescrevem práticas de exclusão das pessoas consideradas diferentes.

Outro aspecto complexificador é a coexistência dos diferentes tipos de discurso. O discurso do direito, tal como o conhecemos, advindo do **Direito Romano**, caracteriza-se por certa independência das religiões – embora algo do discurso legal já existia dentro do discurso religioso, como a Lei Mosaica – baseada nos Dez Mandamentos.

**Direito Romano** é o conjunto de leis e princípios jurídicos desenvolvidos na Roma Antiga. Sua influência se estende até hoje, servindo de base para muitos sistemas jurídicos ocidentais. Organizado em fases históricas, como o Direito Pré-Clássico, Clássico e Justiniano, o Direito Romano tratava de temas como propriedade, família, contratos e cidadania. É uma referência essencial para compreender a história do direito.

Durante muito tempo, o discurso religioso pôde servir como base para alguns elementos do discurso do direito, mas, a partir do século XIX, este tem se servido

mais do discurso da ciência para se justificar, sem, com isso, confundir-se com ele.

Por exemplo, o fato de haver uma passagem da Bíblia dizendo que o homem é “a cabeça da família” pode ter embasado e justificado as leis que concediam aos homens mais direitos que às mulheres. No Brasil, o Código Civil de 1916 dizia que uma mulher casada não poderia ter um emprego nem assinar contratos ou pedir empréstimos sem a concordância do marido e que cabia ao homem a administração legal de todos os bens. Foi apenas com o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que as mulheres deixaram de ser consideradas incapazes e puderam ter direitos plenos, comparáveis aos dos homens.

Ora, o discurso da ciência já poderia ter servido de base, antes disso, para defender a igualdade entre homens e mulheres. Mas, durante muito tempo, foi usado para defender o oposto. Havia teses, dentro do discurso científico, que interpretavam as “diferenças naturais” entre homens e mulheres como um atestado da inferioridade feminina. As mulheres eram consideradas mais fracas fisicamente, menos racionais e menos confiáveis moralmente que os homens, por motivos variados como a quantidade de músculos, a fragilidade durante a gravidez e o puerpério – o período depois do parto –, o repertório de emoções e sua força sobre as decisões tomadas. Por vezes, apelou-se mesmo a uma suposta história evolutiva, que teria feito os homens mais aptos à caça e à guerra, enquanto as mulheres seriam próprias às tarefas domésticas e ao cuidado da família.

Esses três tipos de discurso – religioso, legal e científico – não são os únicos, mas são os predominantes em nossa sociedade. E, por isso, quando alguém nasce, a

existência dessa nova pessoa será interpretada, muitas vezes, com base neles. Dependendo do contexto, um ou outro poderá ter maior ou menor relevância.

Por exemplo, um casal religioso que mora em um território rural, longe de um centro urbano, pode ter um bebê, nascido dentro de casa, longe dos olhos do direito e da medicina, e ser imediatamente interpretado pelos pais como pertencente ao sexo masculino ou feminino – nesse caso, podemos dizer que o discurso religioso, ou, de forma menos específica, a “tradição”, era a lente de interpretação predominante. Só muito depois, quando essa criança for levada a um cartório, o discurso do direito vai incidir sobre ela, com a emissão de uma certidão de nascimento na qual haverá o item “sexo”, e, talvez, só muito mais tarde, essa criança poderá chegar a um hospital e ter a sua biologia de fato reconhecida como a de uma pessoa do sexo masculino ou feminino pelos representantes oficiais da medicina.

Retomando nossa afirmação inicial, notemos como esses três discursos estão operando, principalmente com base na anatomia dos órgãos genitais. No caso do discurso religioso – vamos pensar aqui, especificamente, nessa grande gama de discursos religiosos da tradição judaico-cristã –, não há nenhum procedimento especificamente religioso, como uma leitura espiritual da criança, para se detectar se aquela pessoa é do sexo masculino ou do sexo feminino. Olha-se, pura e simplesmente, para seus genitais e chega-se a essa conclusão. No cartório, de forma semelhante, não há nenhum instrumento jurídico para decisão do sexo da criança, já determinado na maternidade a partir da observação dos órgãos genitais pela equipe de saúde, e informado na

Declaração de Nascido Vivo (DNV). Quando a criança não nasceu em um hospital, como em comunidades tradicionais e remotas, o sexo é geralmente assinalado no registro da criança com base em uma declaração da parteira ou de outras testemunhas. E o mesmo ocorre com a medicina, já que não é uma prática corrente realizar um teste cromossômico para saber se os genes da criança são XX ou XY. Na esmagadora maioria dos casos, simplesmente se observa a anatomia genital, ainda que seja a presença ou ausência de uma manchinha quase insignificante – do pênis – na imagem do exame de ultrassom.

Acontece, porém, que nem todo mundo nasce com pênis ou vagina – ou, no limite, com cromossomos XX e XY (mas também XXY, X0, XXX, XYY e outras variações mais raras). E agora?

Segundo **Anne Fausto-Sterling**, uma importante bióloga americana dessa área, 1,7% da população mundial – isto é, uma em cada sessenta pessoas – é intersexo, o que significa que não pode ser enquadrada como sendo exatamente do sexo masculino ou feminino, seja pela presença de uma genitália ambígua – que não é exatamente nem um pênis nem uma vagina e que pode ser uma mistura dos dois, de forma bem diferente em cada pessoa –, seja por especificidades cromossômicas ou hormonais.

**Anne Fausto-Sterling** (n. 1944) é uma bióloga estadunidense que questiona a separação rígida entre masculino e feminino na Biologia clássica, em especial no que tange aos seres humanos. Defende uma ciência mais ética e sensível à diversidade dos corpos e evidencia como a ciência não é neutra, mas atravessada por valores culturais e históricos que moldam os modos de compreender o corpo e a sexualidade.



No passado, as pessoas intersexo eram chamadas de hermafroditas, termo que é considerado pejorativo e deve ser evitado. Na mitologia grega, Hermafrodito era o filho de Hermes e Afrodite, que possuía tanto características masculinas quanto femininas. Além do peso histórico de opressão que esteve, por muito tempo, associado a esse termo, ele também é impreciso, porque dá a entender que características claras de ambos os sexos devem constar na aparência de uma pessoa, o que nem sempre acontece. **A intersexualidade pode se dar numa enorme variabilidade de formas, inclusive com a predominância das características sexuais masculinas ou femininas, podendo ser somente uma condição anatômica ou fisiológica interna ou meramente cromossômica.**

É muito grave que, na história das sociedades ocidentais, as pessoas intersexo tenham sido invisibilizadas e tido muitos de seus direitos negados. Muitas delas foram mortas ao nascimento ou passaram a vida em reclusão. Mais recentemente, foram submetidas, desde muito novas, a procedimentos cirúrgicos e intervenções hormonais contra a própria vontade, a fim de corresponderem às expectativas binárias de sexo – isto é, a divisão em duas únicas possibilidades, a masculina e a feminina.

Fausto-Sterling conta a história da atleta espanhola Maria Patiño, que, durante os anos de 1980, foi obrigada a se submeter a testes de aferição de seu sexo, instituídos no período da Guerra Fria, quando havia uma acirrada corrida por medalhas e a suspeita paranoica do uso de atletas homens disfarçados de mulheres, para que fossem obtidas vantagens competitivas. Durante uma competição, em 1985, Patiño foi submetida a um teste de feminilidade, que revelou que ela possuía uma condição

intersexo, mais tarde compreendida como fazendo parte da chamada síndrome de insensibilidade a andrógenos (AIS). Isso significa que, embora ela tivesse cromossomos XY (masculinos), seus órgãos genitais eram femininos, devido à resistência do corpo aos hormônios masculinos. Patiño foi aconselhada a não mais competir e, quando o caso ganhou notoriedade pública, teve sua carreira e vida pessoal prejudicadas. Apenas anos mais tarde, ela conseguiu resgatar sua licença esportiva e competir nas Olimpíadas de 1992.

Quantos de nós, assim como Maria Patiño, somos pessoas intersexo, sem saber disso? Afinal, quem já fez um teste cromossômico? Pode ser que muitos de nós tenhamos tido características intersexo modificadas na infância, e só não fomos comunicados sobre isso.

Pode-se perceber, então, que a natureza do sexo nos seres humanos – ao menos para o discurso que chamaremos aqui de “progressista”, “ético” ou “democrático” – não é **binária**, e é necessário que nossas lentes de interpretação, sejam elas científicas, legais e mesmo religiosas, transformem-se para fazer justiça às pessoas intersexo e tornar, assim, a sociedade mais igualitária e inclusiva.

Para nós, mesmo que fosse uma em 1 milhão de pessoas, ou mesmo uma única, na história da espécie humana, já seria o bastante para flexibilizarmos – não necessariamente anularmos – a categoria sexo. Mesmo que se parta de uma base “pragmática”, e não ética, uma em cada sessenta pessoas é muita gente para que continuemos a defender a ideia “tradicional” binária de sexo, ligada ao conservadorismo dos discursos religioso, legal e científico.

Parte do discurso científico progressista atual, presente, inclusive, na biologia, tenta operar mudanças para flexibilizar essa categoria e torná-la mais inclusiva. O mesmo

é feito por movimentos sociais que reivindicam mudanças no discurso científico e legal, como a criação da Sociedade Norte-Americana de Pessoas Intersexo (Intersex Society of North America, ISNA), em 1993, ou a Associação Brasileira Intersexo (Abrai), criada em 2018, que lutam, entre outras coisas, pelo fim de cirurgias não consensuais – de “adequação” genital ou de outra natureza – em pessoas intersexo.

Sendo assim, se você, como nós, acredita que, em uma sociedade democrática, todas as pessoas têm direito à existência, sem precisar se conformar com uma expectativa sexual binária, tente evitar pensar que os seres humanos se dividem apenas em pessoas do sexo masculino e feminino. A partir de agora, pense que nos dividimos em pessoas do sexo masculino, pessoas do sexo feminino e numa vasta gama de pessoas intersexo.

## 1.3 GÊNERO E PERFORMATIVIDADE

Algumas pessoas estudiosas podem dizer que, enquanto o sexo é a base biológica, o gênero é o edifício cultural construído sobre essa base. Aquela famosa frase de **Simone de Beauvoir**, “Não se nasce mulher, torna-se”, vai nesse sentido. Para Beauvoir, alguém pode nascer fêmea da espécie, mas é preciso todo um trabalho de conformação cultural para que alguém possa assumir o **papel de gênero** correspondente à sua biologia.

**Simone de Beauvoir** (1908–1986) foi uma filósofa francesa e uma das principais pensadoras do feminismo contemporâneo. Autora do livro clássico *O Segundo Sexo* e famosa pela frase “Não se nasce mulher, torna-se”, seu trabalho influenciou profundamente os debates sobre desigualdade de gênero e os papéis sociais atribuídos às mulheres.

Esse não é o nosso modo de pensar o gênero. Para nós, na esteira de Judith Butler e outras pensadoras, aquilo que chamamos de sexo também é uma construção cultural. Não há nenhuma base “mais real” que o gênero, seja ela a biologia, a alma ou qualquer outra essência anterior à cultura. Não acessamos nada de “pré-discursivo”. Tudo aquilo que é designado como pré-discursivo – isto é, como anterior à cultura ou à linguagem – é designado assim, dentro de uma cultura e de uma linguagem e, portanto, já está impregnado de valores, crenças e opiniões.

É muito difícil para nós, criados em uma sociedade que acredita na ideia de que a ciência é um tipo de conhecimento que descobre a verdade do mundo, passar a pensar que todo tipo de pensamento, inclusive o científico, cria – ao menos em parte – o mundo que diz descobrir ou apenas descrever.

Por exemplo, alguém pode achar que, ao ler “órgãos reprodutores” em um livro de biologia, está apenas acessando uma verdade neutra e imutável, transmitida pela ciência e não perceber que esse simples termo carrega toda uma interpretação de mundo, nada neutra. Quando chamamos determinadas partes do corpo humano de “órgãos reprodutores”, embutimos a ideia de que é “natural” do ser humano se reproduzir, que é um destino de nossa biologia que tenhamos filhos. Quando, por outro lado, um livro de biologia nomeia as mesmas partes do corpo de “órgãos sexuais”, um conjunto de outros significados são atribuídos. Agora, o “destino” do corpo humano não é mais necessariamente reproduzir, mas, ainda assim, permanece subjacente a ideia de classificação das pessoas por meio da categoria sexo. Um dos



É muito difícil para nós, criados em uma sociedade que acredita na ideia de que a ciência é um tipo de conhecimento que descobre a verdade do mundo, passar a pensar que todo tipo de pensamento, inclusive o científico, cria – ao menos em parte – o mundo que diz descobrir ou apenas descrever.



efeitos possíveis dessa classificação é a ideia de complementariedade entre os sexos e de que uma das funções dos seres humanos seria exercitar essa complementariedade através das relações sexuais. Perguntamos: o que acontece com as pessoas que não podem ou não querem reproduzir? Ou o que acontece com as pessoas que não podem ou não querem fazer sexo, são menos humanas?

Em uma sociedade em que a “verdade” da ciência diz que essas partes do corpo têm esses nomes – e esses destinos ligados a eles, quer se pense nisso claramente ou não – uma pessoa que não possa ou não queira reproduzir ou fazer sexo vai se sentir inadequada, incompleta, “antinatural”.

Acreditamos que não haja nenhuma correspondência necessária entre um determinado aparato biológico e um determinado papel ou destino social – mesmo que seja um conjunto de papéis sociais possíveis e, ainda assim, limitados. Alguém que nasceu sem útero ou que o útero não reproduz não é alguém faltante, doente, aberrante ou algo similar, é apenas mais uma forma de manifestação da existência humana; da mesma forma, alguém que decide não ter filhos ou que não quer se engajar em relações sexuais. Essas pessoas não estão contrariando um destino natural, elas estão apenas seguindo caminhos culturais tão legítimos quanto os das pessoas que decidem ter filhos ou decidem se engajar em relações sexuais.

Indo além, não podemos esquecer que **diferentes discursos não apenas atribuem diferentes significados, eles também atribuem hierarquias e, portanto, são exercícios de poder.** Michel Foucault diria que, em um contexto no qual seja importante para o Estado que as pessoas tenham mais filhos, a nomeação de “órgãos reprodutores”



vai cumprir um papel importante de controle social, enquanto, em um momento de crescimento populacional já garantido, será mais interessante estimular ou financiar a nomeação de “órgãos sexuais”, para, assim, poder regular mais facilmente quais são as manifestações sexuais consideradas normais, naturais ou saudáveis.

Foi nesse contexto que, segundo ele, nasceu a diferença entre as pessoas “normais” e os “homossexuais”, no século XIX. Não era apenas uma simples descrição de diferentes manifestações da existência humana, era uma hierarquização de quais manifestações eram normais, desejáveis e quais eram prejudiciais e deveriam ser “curadas” ou erradicadas.

As primeiras nomenclaturas para pessoas transexuais também têm história similar. Foram feitas pelo discurso médico para designar um transtorno mental, isto é, uma doença. Para se ter uma ideia, foi só em 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID). Já a **transexualidade** só deixou de ser considerada um transtorno, segundo a mesma classificação, em 2018.

Essa hierarquização e esse exercício de poder – inerentes aos discursos – não são, entretanto, apenas utilizados com os “anormais”, isto é, com as pessoas à margem dos padrões considerados desejáveis pelo Estado ou pelo grupo dominante em uma determinada época. Também é utilizado para controlar as pessoas consideradas “normais” dentro de determinada sociedade. A diferenciação binária de gênero – que divide o mundo entre homens e mulheres – é uma das principais delas.

Para continuar no mesmo exemplo, pensemos nos significados embutidos na palavra vagina – geralmente

a especificação científica para o órgão “reprodutor” ou “sexual” feminino. A palavra “vagina” inclui a ideia de invaginação, de um buraco a ser preenchido. A origem da palavra é o termo em latim, usado para designar “bainha” ou “estojo”, lugar em que se guarda a espada. Note-se como, dessa forma, pretensamente neutra, na verdade, está se vinculando a existência desse órgão a um destino: ser penetrado pelo pênis.

Quando simplesmente mudamos a nomeação de “vagina” para “vulva”, todo um conjunto de novos significados se abrem. A vulva descreve não apenas o canal vaginal, mas também os grandes lábios, os pequenos lábios, o clitóris e a uretra. Essa parte do corpo tem uma existência em si, independente do pênis, que é positiva, isto é, não é um buraco, que precisa de um outro órgão complementar.

Mesmo **Sigmund Freud**, médico austríaco, criador da teoria psicanalítica, que escreveu coisas interessantes para se questionar a naturalização dos papéis de gênero, utilizou-se da diferença entre a centralidade do clitóris ou da vagina, para fazer uma hierarquização e uma normalização do prazer feminino. Em um texto de 1931, ele diz que o desenvolvimento normal da sexualidade feminina seria passar do prazer clitoriano, mais ativo, para o prazer vaginal, mais passivo.

**Sigmund Freud** (1856–1939) foi um médico austríaco e o criador da psicanálise, teoria que revolucionou a forma de compreender o inconsciente, os desejos e a sexualidade humana. Em seus escritos, discutiu como os papéis de gênero se constroem desde a infância. Apesar de também ter reforçado ideias hierárquicas sobre o prazer feminino em alguns de seus textos, intérpretes contemporâneos argumentam que sua teoria foi de grande influência para pensadores e pensadoras que questionaram os essencialismos de gênero e sexualidade.



Ora, quem disse que as mulheres têm que ser mais passivas e os homens mais ativos? Não há nada de obrigatório nisso. Não há uma verdade advinda da biologia ou de qualquer outra dimensão de análise que diga que as mulheres tenham que ser de uma maneira ou de outra. Como bem argumenta a antropóloga feminista americana **Gayle Rubin**, em diálogo com esse texto de Freud, a passividade atribuída às mulheres se deve não a características naturais, mas à cultura **patriarcal**, presente em diversas sociedades nas quais o poder esteve historicamente concentrado nas mãos dos homens, sendo as mulheres destituídas de seu lugar ativo, de sujeitos, e diminuídas ao lugar de objeto, de posse dos homens. Objetos que poderiam ser possuídos, trocados e destruídos.

**Gayle Rubin** (n. 1949), antropóloga estadunidense, analisou como a cultura patriarcal organiza os papéis de gênero. Argumenta que a passividade atribuída às mulheres não é natural, mas resultado de sistemas sociais que transformam mulheres em objetos de troca entre homens. Sua obra é valiosa para entender como normas culturais produzem desigualdades e são usadas para justificar o controle sobre os corpos femininos.

Basta lembrar do costume, em muitas sociedades, de se pedir a mão em casamento, hoje já quase em desuso. O que estava implícito nessa prática era que as mulheres eram posse de seus pais, e que o pretendente a marido deveria pedir autorização para a transferência dessa posse para si mesmo ou à sua família. É claro que uma mulher que se rebelasse contra essa posição imposta, esse destino, não seria vista como bem adaptada à estrutura social então vigente. E a descrição médica ou psicanalítica dessa inadequação como uma doença – e

não como uma revolta justa – contribui para a manutenção da dominação masculina sobre as mulheres.

Acontece que as diferenças entre homens e mulheres costumam aparecer como naturais. Mesmo quem não está contente com esse sistema de classificação e hierarquização sente, muitas vezes, que ele é natural, verdadeiro e mesmo imutável. O fato de o gênero aparecer dessa forma é uma questão importante para podermos nos contrapor a essas imposições baseadas na desigualdade e no abuso do poder.

É com esse objetivo questionador que Judith Butler vai dizer que o gênero não é natural nem uma essência, mas fruto de uma **performatividade**. Dessa ideia de Butler, no entanto, algumas pessoas fazem uma leitura equivocada, afirmando que ela propõe pensarmos o gênero como uma performance artística, no sentido de uma criação voluntária de cada pessoa, que poderia ser mudada, como se muda o papel de um personagem em uma peça teatral. Não é disso que se trata.

A origem dessa ideia de Butler vem de uma reflexão a partir da teoria do linguista britânico **John Austin**. Segundo ele, existem dois tipos de atos de fala: os constatativos e os performativos. Os atos de fala constatativos são aqueles que descrevem uma realidade e que podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos. Por exemplo, quando se diz que “o livro está sobre a mesa”, isso descreve uma realidade, o que é verdadeiro, se o livro de fato está sobre a mesa, ou falso, caso estivesse debaixo da mesa. Os atos de fala performativos, por outro lado, são aqueles que criam uma realidade e que podem ser avaliados como bem-sucedidos ou malsucedidos. Por exemplo, o ato de nomear alguém ou algo, já que nada na pessoa

ou objeto exige determinado nome: o nome dado é uma criação do ato de fala. Para ser bem-sucedido, quem realiza o ato precisa ter um contexto de legitimação para tal. No caso de um bebê, os pais têm essa legitimidade. Uma pessoa qualquer, passando na rua, não tem legitimidade para olhar para o bebê e dar um nome a ele. Esse ato de fala performativo seria então malsucedido.

**John Langshaw Austin** (1911–1960) foi um filósofo britânico da linguagem que desenvolveu a teoria dos atos de fala. Ele distinguiu enunciados que descrevem o mundo (constatativos) daqueles que produzem efeitos, ao serem proferidos (performativos). Para Austin, dizer algo pode ser também fazer algo, como nomear, prometer ou declarar. Suas ideias influenciaram profundamente os estudos sobre linguagem e subjetividade.

O que Butler diz é que não existem atos de fala puramente constatativos e que todo ato de fala tem sempre algo de performativo. Quando pensamos que estamos descrevendo uma realidade, estamos em parte a criando.

Essa proposição fica bem clara quando pensamos nos exemplos dados anteriormente a respeito da nomeação de partes do corpo humano como “órgãos reprodutores” ou “órgãos sexuais”. Tem-se a impressão de uma mera descrição da realidade, mas, ao utilizarmos esses nomes para descrever um corpo humano, estamos imprimindo sobre esse corpo todo um conjunto de valores, crenças e intenções.

Para Butler e outras pessoas estudiosas de gênero, isso é feito o tempo todo a respeito do gênero, desde o nascimento. O costume contemporâneo de se fazer um “chá revelação” do sexo de uma nova criança ilustra bem isso. Antes mesmo de uma criança nascer, já é atribuída

a ela a preferência por uma cor: azul para os meninos, e rosa para as meninas. **Não há nada na natureza das crianças que as faça gostar mais de uma cor ou de outra. Essas cores fazem parte de um sistema arbitrário de classificação e hierarquização social que não existia até muito recentemente.** Já houve um tempo em que se tratava do oposto. No começo do século XX, o rosa era masculino, porque estava associado ao vigor, ao sangue, enquanto o azul era feminino, associado a algo delicado.

Analisemos, para além da questão da cor, os brinquedos dados às crianças desde o início da infância. Por que os meninos recebem carrinhos, bolas e arminhas, enquanto as meninas recebem bonecas, fogõezinhos e produtos de beleza?

Sem sabermos, estamos criando gostos, aptidões e traços de personalidade associados aos papéis de gênero. Os carrinhos representam o mundo público, fora de casa, e o direito de ir e vir. As bolas, associadas a esportes como o futebol, representam a competição à qual os homens têm que estar preparados no mundo do trabalho, enquanto as arminhas representam a preparação para a violência e para a guerra.

As bonecas, no entanto, representam o papel do cuidado de crianças e de outras pessoas em geral. O fogãozinho e a vassourinha, entre outros, representam o mundo privado, de dentro de casa, e o trabalho doméstico que vira obrigação e destino das mulheres, mesmo quando elas têm um emprego fora de casa. Os produtos de beleza representam o lugar de objetificação das mulheres, que têm o seu valor medido pela aparência e pelo desejo que provocam no outro, não por seu próprio desejo e seus próprios interesses.

Não é natural para as mulheres se sentarem de pernas fechadas, assim como não é natural para os homens não chorar quando vivem alguma situação difícil. Esses comportamentos são instalados a duras penas em cada criança, por meio de muita repressão e punição dos comportamentos indesejados e premiação dos comportamentos esperados.

Depois de passar a infância ouvindo “feche essas pernas, menina, parece um moleque”, torna-se aparentemente natural para as mulheres se sentarem de pernas fechadas. E a gente não percebe toda a hierarquização e violência embutidas em algo, a princípio, tão simples.

Vamos analisar mais a fundo a posição das pernas, ao sentar-se. É injusto que um grupo de pessoas – as mulheres – tenha que se preocupar com isso, enquanto outro grupo – os homens – não precise ter a mesma preocupação. E não é apenas uma diferenciação qualquer. No transporte público, por exemplo, sabemos quão difícil é, para mulheres, terem que lidar com o ***manspreading***, palavra em inglês que se refere a esse se sentar esparramado dos homens, com as pernas abertas, ocupando muito espaço.

Essa diferença já mostra que é papel imposto às mulheres se adaptarem aos homens, ocuparem menos espaço, suportarem o incômodo. Não há nada de natural e necessário nisso. Indo ainda mais fundo, essa diferença da posição das pernas representa também uma diferença de segurança sexual, que afeta a integridade física, psíquica e moral. As mulheres têm que fechar as pernas não apenas para ocupar menos espaço, mas para que os homens não possam ver suas roupas ou partes íntimas. Esse costume está ligado principalmente à época em que as mulheres usavam majoritariamente saias, e sentar-se de pernas abertas seria expor-se. As mães tinham como obrigação ensinar as

meninas a fechar as pernas porque havia – e ainda há – a premissa de que é natural aos homens querer olhar. Além disso, há uma naturalização da lógica de que a visão estimularia o desejo sexual incontrolável dos homens, e que, portanto, caso uma criança ou jovem fosse abusada sexualmente, a culpa seria dela própria, por ter se sentado com as pernas abertas, e de sua mãe, por não a ter ensinado a sentar-se como uma mocinha. Perceba quanta hierarquização e violência estão presentes nesse único costume de se exigir que as meninas se sentem de pernas fechadas.

Sabemos que os homens também sofrem com as imposições de gênero. Eles também têm o seu modo de se sentar controlado, de alguma forma. No caso, não devem cruzar as pernas de maneiras consideradas femininas. E eles podem, inclusive, ser mortos por **homofobia**, caso tenham um conjunto de hábitos considerados femininos. Os homens também sofrem, por exemplo, ao ter que controlar suas emoções e não chorar, ao ter que ver seu valor medido pela competição e pelo sucesso. Portanto, o questionamento das imposições de gênero é libertador para eles também.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que há uma hierarquização e diferentes incidências da violência de gênero sobre diferentes grupos. O termo **feminicídio**, por exemplo, que é a morte de mulheres pelo fato de serem mulheres, crime geralmente cometido por parceiros ou familiares, não tem um correspondente masculino: não existe um “masculinicídio”. Em 2023, quatro mulheres morreram por dia, vítimas de feminicídio no Brasil, enquanto só muito raramente um homem é assassinado por sua parceira ou outra familiar. O mesmo se dá em relação à violência doméstica, sendo as mulheres muito mais vulneráveis que os homens. E isso não se

deve à constituição física supostamente mais frágil das mulheres, mas a uma cultura que prepara os homens para a violência, e as mulheres para se submeterem a ela.

Por outro lado, enquanto as mulheres morrem mais dentro de casa, fora de casa são os homens que morrem mais. Não só porque são os homens que majoritariamente participam das guerras militares, mas também em disputas cotidianas, em atos de criminalidade ou na chamada “guerra ao tráfico”. Se os homens não fossem, desde pequenos, estimulados à competição e à violência, será que eles colocariam sua vida em risco com tanta frequência?

Nesse ponto, fica evidente também a importância de fazermos uma análise cruzando diferentes dimensões de **vulnerabilidade**. Quem são as pessoas que mais morrem de morte violenta? Segundo o ***Atlas da violência 2023***, uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pessoas negras continuam sendo as principais vítimas de homicídios no Brasil. A chance de uma pessoa negra morrer assassinada no Brasil é 2,9 vezes maior que uma pessoa não negra. E a chance de uma mulher negra morrer é 1,8 vezes maior que uma mulher não negra. O *Atlas da violência* não nos dá estimativa semelhante com o recorte de classe social. Mas é fácil imaginar que essas mortes têm maior incidência em pessoas com menor poder aquisitivo.

O ***Atlas da Violência***, elaborado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, utiliza dados secundários, ou seja, já coletados por instituições oficiais. As principais fontes são o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), do Ministério da Saúde, os registros criminais das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e os dados demográficos do IBGE. Esses dados são analisados e ajustados pelos pesquisadores, para mapear padrões de homicídios e outras formas de violência no Brasil, incluindo subnotificações e desigualdades raciais e sociais.

Questionar as imposições de gênero é algo muito combatido pela ala política conservadora, não apenas por uma questão moral – um saudosismo da época em que as mulheres eram mais femininas, e os homens, mais masculinos –, mas porque coloca em xeque toda uma estrutura social hierárquica, desigual e violenta. Transformar essa estrutura é um trabalho político de grandes proporções que começa no agir cotidiano, nas pequenas ações e nas decisões que tomamos, seja na nossa vida pessoal, na criação dos filhos em casa, na educação escolar e na relação com amigos, colegas de trabalho e outras pessoas do nosso entorno.

## 1.4 IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

De forma bastante resumida, poderíamos dizer que identidade de gênero é aquilo que você é, e orientação sexual é por quem você se atrai. São categorias diferentes, como a diferença entre ser jogador ou jogadora de um time de futebol e a posição em que se joga. Uma coisa é ser jogador ou jogadora do Atlético Mineiro ou do Cruzeiro, e outra é ser goleiro, zagueiro, lateral, volante, atacante ou centroavante, dentre outras posições. Nem sempre é fácil entender as classificações em qualquer fenômeno complexo da existência humana. Se já é complicado no futebol, não tem por que imaginarmos que seria simples no tocante ao gênero e à sexualidade.

Entre as identidades de gênero estão, sem esgotar as possibilidades: mulher cis, homem cis, mulher trans, homem trans (ou **pessoa transmasculina**) e pessoa não binária. Ou seja, pode ser que você se identifique com o



gênero que lhe foi atribuído ao nascimento (cisgênero) ou que outro gênero lhe pareça mais adequado (trans). Pode ser também que, às vezes, lhe pareça mais adequado os dois gêneros ao mesmo tempo (não binário) ou ainda nenhum gênero (agênero). Entre as orientações sexuais, podemos nomear: homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual e assexual. Isto é, algumas pessoas gostam do outro gênero (heterossexual), algumas gostam do mesmo (homossexual), algumas gostam dos dois (bissexual), algumas podem gostar de qualquer pessoa, independentemente do gênero (pansexual), e algumas podem não gostar de nenhum (assexual aromântico). Sob esse ponto de vista, as duas dimensões são independentes, ou seja, **não há nenhuma ligação necessária entre uma identidade de gênero e uma orientação sexual**. Assim como um jogador ou jogadora do Cruzeiro pode ser goleiro, lateral ou atacante, um homem trans ou pessoa transmasculina, por exemplo, pode ser gay, hétero, bi, pan, assex.

A partir dessa metáfora do futebol, alguém poderia argumentar que um jogador ou jogadora pode aprender a jogar em outra posição, ou mesmo saber jogar em mais de uma. Isso mostra como esse paralelo tem suas limitações, já que as pessoas não escolhem mudar de gênero ou orientação sexual. Está mais para algo que acontece com você do que para algo que você escolhe. Mas, pense num jogador ou jogadora profissional de futebol: geralmente os jogadores e jogadoras também não têm liberdade de escolha sobre a posição que vão ocupar, porque as suas habilidades e aptidões os direcionam a assumir uma posição, por mais que talvez desejassem assumir outra.

Algumas pessoas ficam confusas com essas múltiplas possibilidades de combinação entre gênero e sexualidade, porque elas seguem o que Judith Butler chama de **matriz de inteligibilidade heterossexual**, uma tendência social de se associar uma anatomia a um gênero, e um gênero a uma orientação sexual. Se nasceu com pênis, tem que ser homem e gostar de mulheres. Se nasceu com vagina, tem que ser mulher e gostar de homens. Pensar isso seria como achar que todos os jogadores do Atlético Mineiro devem ser atacantes e que todos os jogadores do Cruzeiro devem ser goleiros.

Essa matriz de inteligibilidade pode operar, mesmo ao se analisarem identidades não heterossexuais, se mantivermos a expectativa de que as pessoas LGBTQIAPN+ devem se parecer ou se comportar de acordo com um ideal normativo de gênero – isto é, com uma ideia de como é “normal” para cada gênero ser ou agir. De acordo com essa matriz heteronormativa, quando alguém “troca” de gênero, essa pessoa deve ter as características “normalmente” associadas a ele. Uma mulher trans deveria querer ter uma vagina e gostar de homens. Um homem trans ou pessoa transmasculina deveria querer ter um pênis e gostar de mulheres. Pensar que uma mulher trans quer manter o pênis e gosta de outras mulheres, ou que um homem trans ou pessoa transmasculina quer manter a vagina e gosta de homens, vai contra essa matriz, o que pode dar um nó na cabeça de algumas pessoas.

Para tentar compensar a frustração vinda do não funcionamento dessa forma de pensamento, surge, então, um desejo de classificação, de entender quem é quem e o que faz cada um ser o que é, apenas atualizando

a matriz. E existe uma busca obsessiva pelo enquadramento dos outros nessas categorias.

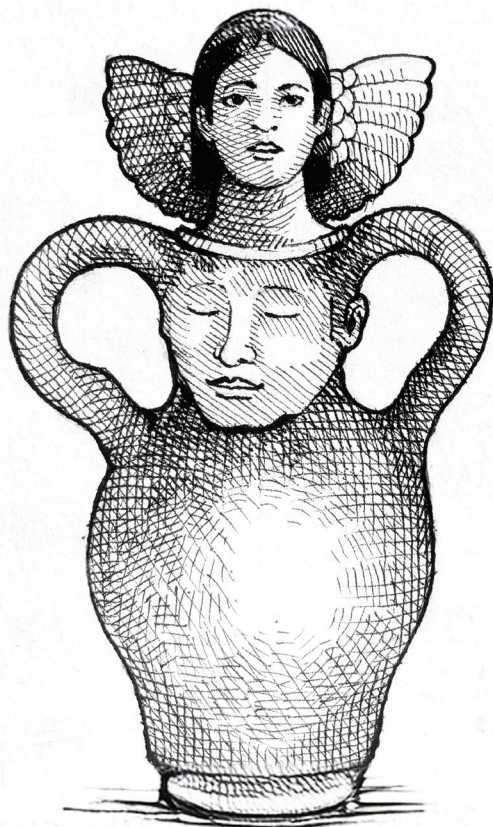
A situação se complica mais ainda quando se descobre que a orientação sexual também fala sobre um modo de ser, não apenas de gostar. Não se trata apenas de sexo e afetos, mas também de identidade – só não no sentido que espera a matriz de inteligibilidade heterossexual. Nesse aspecto, a metáfora do futebol não pode mais nos ajudar. Teríamos que imaginar que cada região ou país teria um nome diferente para cada posição no jogo como, por exemplo, algum país poderia chamar “atacante” de “pressionador”, e “goleiro” de “suavizador”. Nesse caso, também, não apenas o nome seria diferente, mas haveria pequenas diferenças nas táticas e nos modos de jogar de cada um deles. Como se a cultura de cada local conferisse diferentes significados para cada posição. Nesse sentido, ser gay é diferente de ser bixa, que é diferente de ser homossexual – ainda que, para um observador leigo, todos sejam iguais. Mas veremos esse aspecto em detalhes mais adiante.

Todas as nomenclaturas que trazemos aqui têm um momento de surgimento e uma história de apropriação ou rejeição. Não se trata, portanto, de saber a essência sobre as identidades, mas de entender que o conhecimento sobre isso, dependendo de quem o produz e com quais objetivos, gera também efeitos políticos.

Por exemplo, antes de falarmos em homossexualidade e transexualidade, a medicina, que primeiro produziu essas ideias, utilizava o sufixo “-ismo”, como em “homossexualismo” e “transexualismo”, para denotar o caráter **patológico** dessas identidades, ou seja, seu caráter de desvio e de doença. Esse conhecimento tinha



Todas as nomenclaturas que trazemos aqui têm um momento de surgimento e uma história de apropriação ou rejeição. Não se trata, portanto, de saber a essência sobre as identidades, mas de entender que o conhecimento sobre isso, dependendo de quem o produz e com quais objetivos, gera também efeitos políticos.



o efeito político de produzir uma aparência de normalidade em algumas pessoas e um sentimento de inadequação em outras. Por isso não se utiliza mais esse sufixo nessas palavras, se queremos que essas existências não sejam vistas como doenças. Os movimentos sociais, muitas vezes amparados pelo conhecimento da antropologia, da sociologia e da psicologia contemporâneas, trocaram esse sufixo “-ismo” por “-idade”, para passar a ideia de uma existência legítima como qualquer outra.

Há quem não se considere homossexual, mas se considere gay ou lésbica, porque a palavra “homossexual” ainda guarda essa marca do discurso médico e da doença, definida por esse discurso para descrever determinadas vivências.

Tem gente que não vai gostar da palavra “gay” ou “transgênero”, por serem muito norte-americanas ou europeias, e vai preferir “bixa”, “viado”, “sapatão” e “travesti”, por serem palavras que melhor descrevem vivências brasileiras ou sul-americanas.

São essas as mesmas vivências com outros nomes? Não exatamente.

Um homem gay tem um conjunto de símbolos a ele associados, assim como gostos e costumes, o que pode incluir um corpo malhado relativamente masculino, gostar de música *pop* e filmes musicais, enquanto uma “bixa” teria preferência por um corpo relativamente mais feminino e músicas de *funk*. São estereótipos, mas que, às vezes, correspondem à realidade, ao menos em um nível superficial. Olhando de fora, alguém pode dizer que são ambos gays ou ambos homossexuais, e há mesmo quem se identifique com esses dois termos ao mesmo tempo, ou de acordo com o contexto. Isso não significa,

entretanto, que sejam a mesma coisa. Lembre-se do que aprendemos com Butler: diferentes palavras criam diferentes realidades.

Tanto a palavra “gay” quanto a palavra “bixa” foram e ainda são xingamentos, mas, em algum momento, foram reapropriadas como marcas identitárias positivas – há quem prefira que se escreva “bixa”, como fazemos aqui, para se contrapor a “bicha”, a grafia de acordo com a ortografia da língua portuguesa, o que seria associado ao seu lado ofensivo. É por isso que surgiram, na nossa história recente, as marchas de orgulho gay, lésbico e LGBTQIAPN+, como uma forma de dizer: “nós temos orgulho do que vocês chamam de vergonhoso”.

É essa a razão de não fazer sentido uma marcha do orgulho heterossexual. As identidades heterossexuais nunca foram alvo de xingamento, de menosprezo, de patologização, de violência.

A reapropriação desses nomes, porém, não é um fenômeno homogêneo, isto é, não é um consenso para todo mundo. Alguns homossexuais não vão gostar de ser chamados de gay, e alguns gays não vão gostar de ser chamados de bixa. **Temos que respeitar as nomenclaturas que as pessoas preferem para si mesmas, e por isso é importante observar ou perguntar como uma pessoa prefere ser identificada – quando esse tipo de pergunta cabe ser feita –, em vez de utilizar as nomenclaturas que achamos que lhe serão correspondentes.**

Sabemos também que essas nomenclaturas não são apenas uma questão de gosto pessoal ou uma escolha voluntária; muitas vezes, elas têm a ver com o contexto cultural em que uma pessoa está inserida e que pode revelar outras dimensões cruzadas de vulnerabilidade

– que pessoas estudiosas de gênero costumam chamar de **interseccionalidade**.

No Brasil, enquanto aqueles que se identificam como gays são, em geral, homens brancos de classe média, as bixas tendem a ser pessoas negras provenientes de classes menos favorecidas. Um homem gay pode rejeitar ser chamado de bixa, porque ele próprio tem preconceito com o que ele associa a esse grupo. Esse preconceito não necessariamente tem a ver com o fato de uma bixa geralmente ser mais afeminada que um gay – ainda que a **misoginia** presente em alguns homens gays seja um fator relevante –, mas pelo fato de haver um preconceito de raça e de classe aí embutidos.

A homofobia, a **lesbofobia**, a **bifobia**, a **transfobia**, ou mesmo a **LGBTQIAPN+fobia**, podem se manifestar, inclusive, entre pessoas “da sigla” ou ter como origem e alvo a própria pessoa, pois têm uma característica de uma coisa de nome difícil: a **cisheteronormatividade**.

Cisheteronormatividade define a tendência, em uma cultura, principalmente nos discursos que nela têm mais poder, de colocar a heterossexualidade e as existências cisgênero, de forma consciente ou não, como norma a ser seguida, o que inevitavelmente influencia também as pessoas e grupos LGBTQIAPN+.

Você já deve ter ouvido, inclusive de alguns homens gays, que está tudo bem ser gay, desde que não seja afeminado. Isso é uma fala heteronormativa. Muita gente elogia uma mulher trans, dizendo que ela parece “mulher de verdade”. Isso é uma fala cisnormativa. Os gays e as mulheres trans não têm que ser ou parecer de nenhum modo. O mesmo serve para todos os outros.

Entre as pessoas trans, temos também múltiplas nomenclaturas, com suas próprias histórias e cruzamentos de vulnerabilidade.

Certa vez, quando **Duda Salabert**, professora e deputada brasileira, visitou a Unimontes (universidade onde as pessoas que escreveram este livro estudam ou trabalham), perguntaram-na se ela era transexual ou travesti. Ela explicou que “transexual” era uma palavra da medicina; “transgênero”, uma palavra da antropologia, e “travesti”, uma palavra das ruas. Então respondeu que prefere ser chamada de “travesti” – ainda que as pessoas geralmente a vissem como uma mulher transexual – por um motivo político: lutar pelos direitos e pela dignidade de todas as pessoas trans, inclusive as travestis, já que este é um dos grupos mais invisibilizados e vulneráveis.

**Duda Salabert** (n. 1981), professora e deputada brasileira, atua na luta pelos direitos das pessoas trans, com ênfase na visibilidade e dignidade das travestis, entre outras pautas sociais de combate à desigualdade. Sua trajetória, militância e trabalho político reforçam a importância do reconhecimento das diferenças – inclusive de gênero e sexualidade – pelo Estado, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além da explicação de Duda Salabert, que se baseia no contexto em que os termos foram criados, é muito comum se deparar com tentativas de definição a partir da aparência e das alterações do corpo. O principal critério para essa divisão é a cirurgia de **transgenitalização**, popularmente conhecida como cirurgia de mudança de sexo. Nessa busca por uma essência que define esses termos, dizem que o objetivo de uma mulher trans é copiar, ao máximo, características associadas a



um ideal de mulher cis, e, por isso, faz a transgenitalização. Enquanto isso, uma travesti exagera em sua aparência, apresentando uma feminilidade não tipicamente associada a mulheres cis, como o tamanho dos seios e dos glúteos e a escolha por manter o pênis.

Essa categorização acaba por ser simplista e errônea, porque não se trata de pessoas com essências comuns seguindo um destino já nelas inscrito. São pessoas que não se adequam ao gênero forçosamente atribuído a elas no nascimento e, posteriormente, escolhem transicionar – isto é, mudar de gênero – com as ferramentas que estavam disponíveis e que faziam sentido a elas. Essas ferramentas são o que chamamos de **tecnologias de gênero**, para mostrar que são tanto criações culturais como bens de consumo.

Como bens de consumo, as tecnologias de gênero não são acessíveis a todas as pessoas da mesma maneira. Uma pessoa branca, de classe média, quando passa a se enxergar como uma pessoa trans, depois de vencer toda a barreira da cisnormatividade que tenta impedir sua transição, vai, muitas vezes, acessar tecnologias de gênero, tais como: uma **hormonização** assistida por um endocrinologista, cirurgias de colocação de prótese nos seios, feminilização da voz e da face e transgenitalização. Ou nenhuma delas, necessariamente. Uma pessoa pode ser trans e não fazer qualquer uma dessas alterações corporais. Por outro lado, uma pessoa negra da periferia, quando decide transicionar, provavelmente não irá acessar as tecnologias há pouco mencionadas – pela falta de dinheiro, de plano de saúde, de apoio da família etc. –, indo encontrar outras tecnologias de gênero disponíveis, como a aplicação de silicone industrial por uma pessoa

sem formação médica e a hormonização sem acompanhamento endocrinológico.

A presença ou ausência do pênis também não é uma característica essencial para se determinar a identidade de alguém e pode estar relacionada com fatores sociais externos à sua vontade. Enquanto as pessoas de classe média têm a possibilidade de escolher não mais ter essa parte do corpo dessa forma – mesmo que essa escolha nunca seja fácil –, as pessoas pobres da periferia muito provavelmente não vão ter condições financeiras para realizar esse tipo de cirurgia ou, pior, mesmo que tenham, talvez optem por não o fazer, pelo fato de o pênis ser muito utilizado no trabalho sexual do qual dependem.

É incorreto o raciocínio segundo o qual a prostituição é uma escolha das travestis, enquanto a escolha das mulheres trans é casar e formar família. Essas são tendências do cruzamento da cisheteronormatividade com o **racismo** e a desigualdade social.

O trabalho sexual não tem nada de necessariamente problemático. Pode ser um trabalho como qualquer outro, e as pessoas que escolhem essa profissão devem ser respeitadas. O pensamento da escritora e intelectual brasileira **Amara Moira** é um bom exemplo de abordagem sobre as contradições e potencialidades do trabalho sexual de pessoas trans no Brasil.

**Amara Moira** (n.1985) é uma escritora, professora, pesquisadora e ativista brasileira. Doutora em Teoria e Crítica Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tornou-se uma das principais vozes públicas, no Brasil, sobre questões de identidade de gênero, direitos das pessoas trans e trabalho sexual.

Acontece que, no cruzamento entre o machismo, o racismo, a LGBTQIAPN+fobia e a desigualdade social, o trabalho sexual acaba sendo, muitas vezes, o caminho definido pela falta de opções, e as pessoas que o realizam são submetidas a condições de trabalho que colocam suas vidas em risco.

Por essa razão, é importante também ressaltar aquilo que é produzido para reforçar determinada identidade. Por exemplo, um sinal muito mais forte do que uma característica corporal, que demarca a vivência travesti em diferenciação à vivência da mulher trans, trata-se de um fenômeno linguístico. O **pajubá**, vocabulário próprio usado principalmente por travestis, mas também por algumas outras pessoas LGBTQIAPN+, não é apenas um uso caprichoso da linguagem, mas revela uma estratégia de sobrevivência em um contexto adverso, pois essa linguagem própria permite às travestis que se comuniquem com mais segurança na presença da polícia ou de clientes do trabalho sexual.

Tudo isso para explicar que a escolha por nomear uma vivência como “mulher trans” ou “travesti”, assim como qualquer outra vivência da sigla, não é uma escolha arbitrária ou uma decisão tomada a partir de características essenciais imutáveis – como querer manter o pênis ou não –, mas por todo um contexto social, político e econômico, com uma complexidade enorme.

A forma de nomear uma vivência pode, inclusive, ser um ato criador, com um propósito político ou estético. A ativista trans brasileira **Indianarae Siqueira** propôs, por exemplo, a criação do termo **transvestigê-nere**, que une as palavras “trans”, “travesti” e “transgêner”, simbolizando, assim, um desejo de união das

pessoas representadas por esses nomes, em torno de lutas comuns.

**Indianarae Siqueira** (n. 1971), ativista, política e defensora dos direitos humanos, é uma brasileira reconhecida nacional e internacionalmente por sua luta em prol das pessoas trans, trabalhadoras sexuais e populações marginalizadas. Travesti, fundadora da CasaNem – um centro de acolhimento e resistência para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, no Rio de Janeiro –, Indianarae é símbolo de resistência e solidariedade comunitária.

Nem todas as pessoas estão a par dessa complexidade das classificações, suas histórias e seus efeitos políticos – e não precisam estar. Assim como nem todas as mulheres são feministas, nem todas as pessoas trans são ativistas, estudiosas de gênero ou **transfeministas**. Algumas pessoas trans ou travestis podem não saber, elas mesmas, a diferença entre ambas ou não ter uma consciência das vulnerabilidades envolvidas, da influência dos discursos de poder. O que não quer dizer que as pessoas que estudam isso, as pessoas que lutam por mais direitos ou pela transformação política mais profunda, bem como as pessoas que construirão políticas públicas com base nesse conhecimento e nessas lutas, não devam se debruçar sobre essas diferenças e suas implicações.

Nessa perspectiva, também, é importante a ideia de **devir**, como veremos adiante. As travestis não são “assim” ou “assado”, viciadas, prostituídas, doentes. Elas podem ter tido o seu devir capturado por uma política de Estado que as mantém nessa posição, mas elas podem ser outras coisas. Podem ser artistas, médicas, mães, e também prostitutas, se quiserem, se não forem obrigadas a isso porque ninguém lhes dá outra oportunidade.

Ser gay ou lésbica ou bi também não está escrito na pedra. Uma pessoa gay pode devir trans, uma lésbica pode devir bi, uma pessoa cis bissexual pode devir não binária e uma pessoa não binária pode devir algo que ainda nem sabemos o nome.

## 1.5 DEVIR EXISTENCIAL

É difícil mesmo pensar em termos e formas diferentes das matrizes e lentes com as quais estamos acostumados. Mas, como já dissemos, **quando começamos a questionar as imposições de gênero e passamos a enxergar suas manifestações não como destinos da natureza, mas como caminhos da cultura, um mundo de possibilidades se abre.** Questionar o gênero não é apenas propor novas categorias possíveis de existência, mas também repensar a forma como encaramos a existência em si mesma.

Esse é um dos motivos pelos quais a sigla LGBTQIAPN+ tem o Q de queer, que se refere às pessoas que não querem ser classificadas, ou mesmo a todas as pessoas da sigla, justamente para destacar o questionamento às normas vigentes. Além disso, o pensamento de que as formas de existência são ilimitadas levou à inclusão do “+”, que funciona como reticências, indicando algo dinâmico, sem fronteiras definidas. Esses dois elementos indicam que as identidades são inacabadas e que não devemos enxergá-las como prisões. Serão sempre abertas, algo por continuar, tanto as que já foram nomeadas como as que ainda serão ou nunca chegarão a ser.

Essa ideia de constante transformação já estava presente na Grécia Antiga, no pensamento de Heráclito,

um filósofo pré-socrático. É bastante conhecida a máxima a ele associada de que uma pessoa não se banha duas vezes no mesmo rio, porque não se trata mais do mesmo rio nem da mesma pessoa.

Na contemporaneidade, os pensadores franceses **Gilles Deleuze** e **Félix Guattari** desenvolveram essa ideia no conceito de devir, que significa “vir a ser” ou “tornar-se”. Segundo eles, uma pessoa não é algo definitivo, de uma vez por todas acabado. Ninguém é homem, mulher, gay, lésbica, trans. Todos nós seríamos um projeto em constante transformação, quer essa transformação seja mais sutil ou inconsciente, quer essa transformação seja mais voluntária e evidente, quer essa transformação seja caminhar na direção supostamente oposta, quer essa transformação seja ficar girando no “mesmo” lugar.

**Gilles Deleuze** (1925–1995) e **Félix Guattari** (1930–1992) foram filósofos franceses que transformaram o pensamento contemporâneo sobre o Ser, questionando as bases essencialistas – isto é, que pretendem conhecer as “essências” das coisas – na filosofia, na psicologia e em outras ciências. Para eles, ninguém é algo definitivo, e todas as identidades são projetos em constante mudança.

Por isso, quando falamos de identidade de gênero e orientação sexual, temos que tomar cuidado para não tentar buscar a essência de uma determinada identidade e, depois, julgar se as pessoas que a reivindicam cabem nela ou não. E tão ruim quanto isso é tentar fazer pessoas caberem em identidades a partir do modo como se comportam e daquilo que associamos a esse comportamento.

Isso se aplica também às pessoas cisgênero e heterossexuais. Ser um homem cis heterossexual, ou uma mulher cis heterossexual, não é algo acabado e definitivo.

E uma das provas disso é a constante ameaça de se deixar de ser aquilo que se afirma ser.

Por exemplo, existe uma série de comportamentos ou características que, quando presentes em um homem ou mulher, causam a seguinte reação nas pessoas ao redor (e estas reproduzem a cisheteronormatividade): “Isso não é coisa de homem” ou “Isso não é coisa de mulher”. Chorar não é coisa de homem, ter iniciativa sexual não é coisa de mulher, ser vaidoso não é coisa de homem, fazer esportes radicais não é coisa de mulher. Ora, se as pessoas fossem essencialmente homens ou mulheres, não precisaríamos nos preocupar com os comportamentos correspondentes a essa essência, já que ela é imutável. É justamente porque ser homem e ser mulher é um projeto inacabado que as pessoas precisam provar constantemente que o são.

No entanto, como vemos, as coisas mudam, e o que era ser homem ou mulher, numa época, não é o mesmo que ser homem e mulher em outra. E, assim, quando nos libertamos da matriz de inteligibilidade heterossexual ou da cisheteronormatividade, não estamos livres apenas para sermos outras identidades, mas também para sermos novos tipos de pessoas dentro das velhas identidades.

Por exemplo, seu pai provavelmente era um homem diferente do seu avô. Se você se identifica como homem, pode ser que parte dessa identidade venha da forma como seu pai performava a masculinidade, e parte venha da forma como seu avô o fazia. Pode ser que parte venha do seu irmão ou do seu primo, do artista admirado ou do atleta preferido. Para seu avô, pode ser que ser homem fosse ser o provedor financeiro da família, e que, para seu pai, seja tranquilo dividir as contas com sua mãe.

Pode ser que, para seu pai, seja mais importante ser responsável do que ganhar dinheiro, e pode ser que, para seu irmão, a masculinidade esteja associada à aventura e aos esportes radicais. Sem falar nos traços de masculinidade que podem vir da sua mãe, avó, irmã etc., pois as mulheres também são masculinas, também podem ensinar a ser homem. **Não há um jeito certo ou errado de ser homem ou mulher, e você passará a vida nessa jornada, tentando entender o que é ser homem ou mulher para você.**

No passado – e ainda hoje, às vezes –, quando alguém era identificado como gay, a cultura machista e homofóbica dizia que essa pessoa não era homem. Isso significava que, para aquela matriz de inteligibilidade, ser homem envolvia gostar de mulher. Hoje em dia, já ficou mais compreensível que alguém pode ser homem e gostar de homem.

E não é apenas isso. No passado, quando um homem homossexual tinha relações sexuais com outro homem, dizia-se que ele era gay ou bissexual enrustido. A ideia era também de que sua essência fosse gay ou bi, apenas tendo se revelado com aquele contato sexual. Hoje entendemos que alguém pode tranquilamente ser um homem homossexual e ter relações sexuais com outros homens, assim como uma mulher pode ser homossexual e ter relações sexuais com outras mulheres.

Já faz um tempo que a área da saúde pública usa a categoria **homens que fazem sexo com homens (HSH)**, porque sabem que, na realidade cotidiana, as práticas sexuais e as identidades nem sempre coincidem, e muitos homens que fazem sexo com homens não se consideram gays ou bissexuais. Ainda que as pessoas denominadas por essa categoria possam apresentar uma negação preconceituosa dos próprios desejos, ela é verdadeira do



ponto de vista de que a identidade é algo mais ligado a uma autopercepção e a uma cultura de grupo do que definida por uma prática específica. Para essas pessoas, ser heterossexual pode ser muito mais um conjunto de gostos e hábitos não relacionados à sexualidade – que inclui um jeito de falar, de se vestir e de interagir – do que dizer respeito a com quem essas pessoas fazem sexo.

Um comportamento não define uma identidade. O que define uma identidade – nunca de forma final e acabada – é a própria pessoa em relação com o seu entorno. Portanto, a partir disso, não pressuponha a identidade, ou mesmo o devir, dos outros. O próprio devir de cada um já é trabalho o suficiente. Se for importante, se couber na situação, se tiver intimidade, pergunte para a pessoa como ela se define. Se não for relevante no contexto ou não tiver intimidade para tanto, por que querer saber?

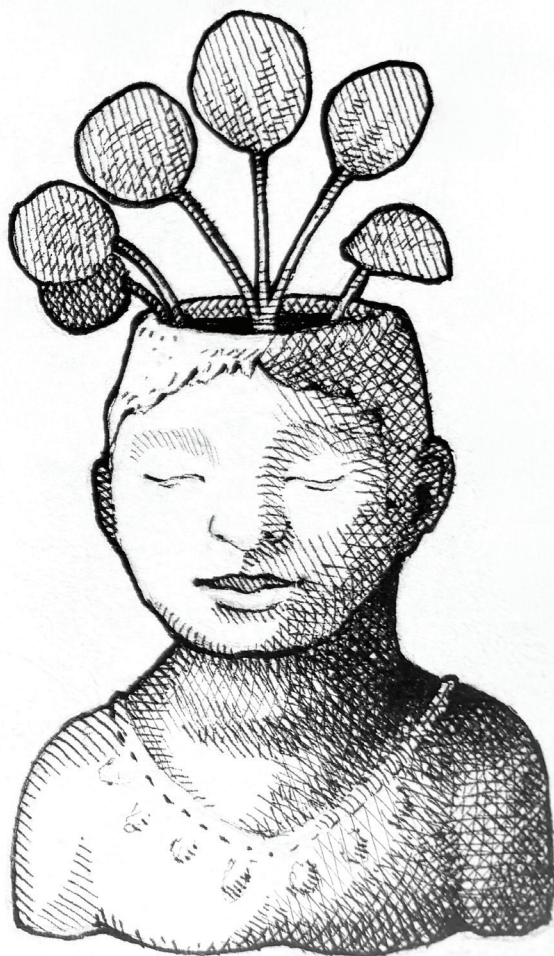
## **1.6 AS PESSOAS LGBTQIAPN+ SÃO CONTRA A FAMÍLIA?**

Para responder, de forma simples e direta, à pergunta: as pessoas LGBTQIAPN+ são contra a família?, a resposta é: Não! Na verdade, uma das causas LGBTQIAPN+ é expandir a ideia de família, de modo que ela possa abarcar mais pessoas. A família considerada tradicional, a nuclear, que, segundo o discurso conservador, está sendo ameaçada pelas pessoas LGBTQIAPN+, é muito limitada e deixa de fora um monte de gente.

**A fórmula da família nuclear – pai, mãe e filhos – não se aplica a um número enorme de pessoas, que merecem reconhecimento tanto simbólico quanto de suporte material pelo Estado.** E não falo só no caso de



Um comportamento não define uma identidade. O que define uma identidade – nunca de forma final e acabada – é a própria pessoa em relação com o seu entorno.



famílias formadas por dois pais ou por duas mães e seus filhos, isto é, por casais homossexuais. Mesmo pessoas heterossexuais frequentemente não se encaixam nessa ideia limitada de família. Muitas famílias são formadas apenas por uma mãe e seus filhos; em outras, a avó é quem faz o papel da mãe. São elas, por isso, menos família do que as outras?

O pensamento conservador quer nos fazer pensar que há sempre algo de errado quando a família não segue seu modelo. No caso das **famílias homoparentais** (com dois pais ou duas mães), o argumento é de que sua existência seria uma aberração, pela falta de uma figura materna, no caso de pais gays, ou de uma figura paterna, no caso de mães lésbicas. Isso sem falar na insinuação de que as pessoas LGBTQIAPN+ não sejam bons modelos de conduta e constituam lares que não sejam ambientes propícios para a criação de filhos, dada a vida desregrada e promíscua que levam.

No caso de mães solo ou em que a avó faz o papel de mãe, a família tradicional também vê uma falha: a falta de figura paterna. E todos os problemas que essa família venha a enfrentar – sejam eles gerais, como as questões financeiras e emocionais, ou em casos concretos específicos, como em um episódio de mau comportamento dos filhos na escola – teriam como causa a falta dessa figura paterna e, consequentemente, falta de regras, de disciplina, de estrutura. No entanto, para grande parte das pessoas estudiosas de gênero e sexualidade, não falta nada a nenhuma família. Toda família é completa e única em si mesma – não importa o número, gênero, sexualidade ou qualquer outra característica de seus membros.

Inclusive, toda família tem sua própria dinâmica, mesmo nas ditas tradicionais. Por mais que se queira estabelecer papéis fixos, em cada família, diferentes pessoas exercem diferentes papéis, que, por sua vez, podem mudar, com o decorrer do tempo. Em algumas famílias, pode ser o pai quem manda; em outras, a mãe. Num terceiro tipo, pai e mãe disputam a liderança; num quarto tipo, ambos compartilham essa liderança; num quinto, jogam a responsabilidade da liderança um para o outro e, num sexto tipo, sequer acreditam na ideia de liderança. Muitos outros tipos poderiam ser listados, escolhendo outras características que não a liderança: quem provém, quem cuida, quem brinca, quem ouve, quem disciplina, quem leva ao médico, e assim por diante. Em cada família, podemos encontrar uma quase infinita combinação desses tipos, acrescida da forma única e singular como a história de cada família dá conteúdo a essas formas, dando, também, vida a esses papéis.

Contrariando a expectativa conservadora e preconceituosa, muitas vezes é a mãe quem ganha dinheiro, em vez do pai. Ainda que com menor frequência, o pai cuida, no lugar da mãe. E as variações não ficam só entre a função ocupada pelo pai e pela mãe. Às vezes o dinheiro vem do avô ou da avó, em outras, da irmã. Quem cuida é a tia, o irmão mais velho, a vizinha. Enfim, a família pode assumir variadas formas, que mudam com o passar do tempo: morte, desemprego, separação, ou mesmo mudanças mais subjetivas, de estilo de vida, mentalidade, crenças etc.

Não falta nada a nenhuma dessas famílias. Não necessariamente. Não de forma reconhecível, por seu desenho mais básico. Pela falta de uma figura materna

ou paterna, por exemplo. Muitas famílias têm pai, e não têm dinheiro. Ou têm dinheiro, e não têm pai. Pode faltar cuidado, e não faltar mãe, assim como pode faltar mãe, e não faltar cuidado.

Quando as coisas faltam, geralmente isso não é causado por seguir ou não o modelo da família tradicional, mas sim resultado da desigualdade social, da injustiça, do empobrecimento das relações comunitárias e de outros fatores de ordem mais ampla do que a que abarca a família. Por exemplo, em muitas famílias, é a mãe quem faz quase todos os papéis, sendo ela mãe solo ou não: é ela quem ganha dinheiro, quem cuida, quem brinca, quem ouve e quem leva ao médico. E aí temos um problema, sim, mas por outro motivo, que não moral. É pela sobrecarga imposta às mulheres, numa sociedade machista e desigual.

Em quantas famílias de classe alta um papel que não é ocupado por um de seus membros é realizado por uma pessoa contratada (geralmente do sexo feminino): babá, preceptora, empregada? E em quantas famílias de pouco dinheiro, mas de muitos laços comunitários, essa função, que estaria eventualmente em falta, não é executada por outra pessoa da família expandida ou comunidade? Outra pessoa pode levar a criança ao médico, que não a mãe. Pode ser o pai, a babá, o avô, ou mesmo a vizinha. Não se trata de uma falta, mas simplesmente de uma outra configuração, tão legítima quanto qualquer outra.

**A ideia de que algo falta às famílias é uma forma de colocar a culpa por qualquer sofrimento social na própria família, retirando a culpa do Estado, que deveria prover iguais condições para todas as pessoas.** Se as famílias ricas – em dinheiro ou em laços comunitários – conseguem se virar muito

bem, independentemente de sua configuração nuclear básica, seria papel do Estado corrigir esses problemas, por meio de distribuição de renda e de estímulo à cultura e às instituições comunitárias.

Este é o ponto central. Os conservadores dizem que as pessoas LGBTQIAPN+ ameaçam a família porque, na verdade, as suas próprias existências desafiam o patriarcado e o sistema capitalista, baseados na desigualdade e no individualismo. E isso se estende a muitas outras existências: pessoas em comunidades indígenas e quilombolas, militantes feministas, participantes de movimentos sociais, pessoas que lutam pelo direito à terra e à moradia.

A família tradicional não é apenas algo ligado ao passado e à tradição – o que não seria necessariamente ruim, se esse passado fosse de justiça e igualdade. A família tradicional, na verdade, é a família patriarcal, isto é, baseada no patriarca, na superioridade hierárquica do homem. Sua história é a história de exclusão de qualquer existência que não se combine com esse desenho patriarcal, como as existências LGBTQIAPN+ – muito antes mesmo de receberem esse nome –, assim como de subjugação e opressão das mulheres e das outras raças que não a branca europeia.

Basta se lembrar da nossa história **colonial**. Até muito recentemente, no Brasil, os filhos bastardos, isto é, os filhos de mães que não eram as esposas oficiais, não eram reconhecidos oficialmente e, portanto, não tinham direito à herança. E nós sabemos quanto a história do Brasil foi também a história do abuso e do estupro de mulheres indígenas e africanas pelos colonizadores europeus, gerando filhos que geralmente trabalhariam para

esses homens brancos, ajudando-os a acumular a riqueza à qual não teriam direito algum.

O livro organizado pela historiadora brasileira **Mary Del Priore**, *História das mulheres no Brasil*, em especial nos artigos da historiadora Rachel Soihet e da antropóloga Claudia Fonseca, dá pistas para se entender que essa ideia de família tradicional brasileira nunca foi verdadeira para grande parte da população.

**Mary Del Priore** (n. 1952) é uma renomada historiadora brasileira, especializada em história social e cultural, com foco nas experiências de gênero, família e vida cotidiana no Brasil. Seu trabalho destaca a complexidade das relações sociais e das construções identitárias ao longo da história, revelando as vozes, muitas vezes silenciadas, especialmente das mulheres.

No final do século XIX e começo do século XX, para as famílias pobres, sem posses, as relações, muitas vezes, não eram regidas pelo casamento, muito burocrático e custoso financeiramente. As pessoas se juntavam sem casar-se, tinham filhos e se separavam sem a ratificação do Estado. Era alto o número de filhos considerados bastardos e de pessoas que tinham mais de uma família. O trabalho assalariado era ainda, muitas vezes, precário, exigindo grande mobilidade geográfica e produzindo instabilidade das relações familiares. Muitas mulheres eram mãe solo e, ainda que sofressem com os padrões de moralidade, especialmente rígidos com as mulheres, a realidade estava muito aquém desses ideais.

Além disso, para o homem branco de posses, as regras de moralidade brasileiras eram sempre mais

suaves e raramente aplicadas, como se pode ver pelo estudo de boletins de ocorrência, em que eram as mulheres as mais frequentemente acusadas de adultério, e pelos registros legais de divórcio – também feito pelas mencionadas autoras. Esse homem de posses geralmente tinha outras mulheres e amantes, famílias e filhos. A promiscuidade masculina não era um problema para os homens que estavam no poder. O problema, para os defensores do modelo patriarcal de família, era quando a sua mulher se envolvia com outro homem ou quando aqueles excluídos desse modelo, os quais ajudaram a construir o patrimônio daquela família, queriam a parte que lhes cabia por justiça.

Podemos depreender, da análise da história da família brasileira, que a riqueza acumulada por umas poucas famílias se deu às custas de muitas outras, com as quais poderiam ter, inclusive, laços sanguíneos e de afeto, mas não de direito. Podemos depreender, também, que as pessoas LGBTQIAPN+ e as configurações familiares não tradicionais ameaçam não a moral e os bons costumes, já que os chefes das famílias patriarcais nunca seguiram de fato esses preceitos para além das aparências. Essas pessoas e configurações ameaçam o privilégio de poucos e o patrimônio que a eles pertence, mas que foi construído com a exploração da maioria.

Diferentes configurações de família, que incluem homens gays, mulheres lésbicas, pessoas trans, travestis e qualquer outra forma de existência não apoiada pelo pensamento conservador, são vistas como perigosas pelos detentores do poder, porque ameaçam a estabilidade desse sistema injusto e violento.



## 1.7 O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO?

A expressão **ideologia de gênero** parte, muitas vezes, de uma posição política conservadora, machista, homofóbica e transfóbica. De acordo com esse pensamento, as feministas e as pessoas LGBTQIAPN+ querem influenciar as mentes das crianças nas escolas, para que elas não assumam seus papéis de gênero “normais” e se transformem em pessoas homossexuais ou transexuais.

Isso é o que o sociólogo britânico **Stanley Cohen** chama de **pânico moral**. Um medo provocado, intencionalmente, para haver o controle político de uma população. Geralmente acontece pela demarcação – preconceituosa e não realista – de um grupo ou de determinadas práticas desse grupo como ameaçadoras, por meio da veiculação de ideias distorcidas na mídia e da exigência de uma intervenção do poder público contra esse grupo, ou de uma mudança política, por meio de eleições ou golpes de Estado, por exemplo, de modo que as autoridades, então no poder, tomem providências.

**Stanley Cohen** (1942–2020), sociólogo britânico, ficou conhecido por suas análises sobre controle e desvio social. Seu conceito mais influente, o de “pânico moral”, explica como certos grupos ou comportamentos são exageradamente retratados como ameaças à sociedade, com a finalidade de gerar reações públicas e políticas desproporcionais.

Há uma inversão proposital. Um grupo geralmente marginalizado, vulnerável e constantemente ameaçado, é sinalizado como uma ameaça, de modo que o “cidadão comum” – identificado com o grupo dominante – aceite ele próprio ter parte de seus direitos negados

com as novas políticas adotadas e/ou com o **estado de exceção**, então criado.

Hoje em dia, esse fenômeno se tornou ainda mais perigoso, devido às redes sociais e à falta de regulamentação das mídias digitais, pois notícias falsas – *fake news* – têm sido sistematicamente disseminadas, sem que se possa responsabilizar judicialmente veículos de mídia, tais quais emissoras de TV, rádio, jornais e revistas. Teoricamente essas notícias seriam espalhadas pelo tal “cidadão comum”, porém há diversos indícios de que são usados escritórios clandestinos e automação digital – *bots* – para propagar as *fake news*. É uma atividade criminosa, mas de difícil detecção e imputação criminal.

Todos se lembram do caso brasileiro – já clássico – da “mamadeira de piroca”. Durante as eleições presidenciais de 2018, uma notícia falsa se espalhou pelas redes sociais, dizendo que, caso o candidato da esquerda ganhasse, mamadeiras com bicos em formato fálico seriam distribuídas nas escolas. Isso gerou grande comoção nacional, e muitas pessoas acreditam, até hoje, que essa era uma ameaça real. O pânico moral criado pode ter sido um dos fatores que garantiu a vitória do candidato da direita, naquelas eleições.

Quando se cria o pânico moral, a população tende a deixar de fazer uma análise racional das propostas dos candidatos e passa a fazer escolhas emocionais, movidas pelo medo. No caso citado, jamais haveria, nas escolas, mamadeiras desse tipo, mas provavelmente haveria maior possibilidade de discussões sensatas sobre as desigualdades e violências de gênero. Acontece que, como vimos, **as bases políticas que geralmente disseminam as fake news são patriarcais, coloniais e racistas, as quais**

**sabem que provavelmente perderão seu espaço, se a população começar a refletir sobre essas desigualdades e violências.** Por isso, as *fake news* não têm como seu alvo qualquer conteúdo paranoico aleatório, mas afetam pautas progressistas, alinhadas com direitos democráticos.

Curioso que o conceito de ideologia mais utilizado nos meios acadêmicos, baseado em **Karl Marx**, define bem, justamente, esse tipo de ataque aos estudos de gênero e sexualidade, e não os próprios estudos de gênero e sexualidade.

**Karl Marx** (1818–1883) foi um filósofo, economista e sociólogo alemão, fundador da sociologia crítica. Sua obra analisa as relações de poder e exploração entre classes sociais, especialmente na sociedade capitalista. Marx desenvolveu conceitos centrais como luta de classes, materialismo histórico, alienação e ideologia.

Esse último conceito é fundamental para entender ataques contemporâneos aos estudos de gênero e sexualidade, que são frequentemente confundidos com “ideologias”.

Segundo Marx, a **ideologia** é uma inversão da realidade – pela classe dominante – para manipulação da consciência da população. Por exemplo, em vez de pensarmos que as pessoas são pobres (consequência) porque o sistema capitalista é excludente (causa) e depende de um enorme contingente de desempregados para a diminuição do custo da mão de obra, a ideologia liberal – capitalista – prega que a pobreza é causada pela preguiça e falta de capacidade das pessoas, responsabilizando, assim, as próprias pessoas, e não as condições materiais injustas oferecidas no sistema capitalista, que são a verdadeira causa.

Outro exemplo são as ideologias racistas dos séculos XIX e XX. Segundo elas, as pessoas negras seriam

menos aptas ao trabalho intelectual e mais aptas ao trabalho braçal. Essa maior aptidão, que poderia ser medida, inclusive, por testes de inteligência, escondia, na verdade, a exclusão das pessoas negras dos estudos e das atividades intelectuais e sua submissão forçada aos trabalhos braçais, desde a escravização, nos países colonizados e/ou com passado colonial. O que é consequência, portanto, novamente era tomado como causa.

Para que a chamada “ideologia de gênero” se configure como uma ideologia, seria necessário que uma classe dominante fosse feminista e LGBTQIAPN+ e que tentasse justificar sua dominação, fazendo uma inversão de causas e efeitos. Nada semelhante a isso acontece, de fato. As feministas e pessoas LGBTQIAPN+ são, na verdade, grupos marginalizados lutando por reconhecimento.

É claro que a origem dessa expressão – ideologia de gênero – não vem dos meios acadêmicos marxistas, mas de contextos religiosos ligados à Igreja Católica, na década de 1990, sendo disseminada principalmente na década de 2010. Seu uso, no senso comum, porém, guarda algo do sentido marxista, de deformação da realidade para fins de manipulação. Quando os políticos conservadores ligados ao **fundamentalismo religioso** falam que algo é “ideologia de gênero”, estão querendo dizer que os políticos de esquerda – mais propensos a apoiar as pautas feministas e de pessoas LGBTQIAPN+ – têm a intenção de deturpar a verdade biológica ou o estado natural da criação divina, que divide as pessoas em homens e mulheres, cada um com uma função específica.

Como vimos, porém, essas noções de verdade biológica imutável e de natureza imutável da criação divina

são questionáveis, inclusive dentro da biologia e de diversas correntes religiosas. O que os estudos de gênero e sexualidade pretendem é justamente apontar esse caráter mutável da existência, determinado socialmente. Não propõem a inversão das causas e consequências, mas uma análise crítica delas, tendo em vista principalmente os efeitos de sofrimento que produzem em mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos marginalizados.

Esse uso que os políticos conservadores, aliados ao fundamentalismo religioso, tem feito das pautas de gênero e sexualidade pode ser considerado como o que chamamos de uma estratégia **necropolítica**, isto é, o exercício ou a defesa de uma política de Estado que se dá o direito de fazer uma gestão sobre a vida e a morte das pessoas. Isso porque o fato de não discutir violência de gênero nas escolas ou em outros espaços públicos, com as altas estatísticas de feminicídio e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, é aceitar essas mortes ou, pior, até mesmo considerá-las justificáveis ou benéficas para a manutenção do *status quo*.

Necropolítica e **biopolítica**, sua contraparte, são conceitos criados por Michel Foucault e desenvolvidos pelo filósofo camaronês **Achille Mbembe**. A biopolítica é a política para a produção da vida, não necessariamente num sentido humanista, de desenvolvimento das capacidades individuais de cada pessoa em favor da coletividade, mas da vida em seu aspecto mais capitalista, de recursos humanos. As pessoas brancas, de classe média, cisgênero e heterossexuais geralmente estão sob essa política. Elas passam muitos anos na escola, vão para clínicas e hospitais quando estão doentes, podem chamar a polícia para serem protegidas e têm seus direitos

assegurados pelas leis. Muitas mulheres e grande parte das pessoas negras, pobres e queer geralmente estão sob a necropolítica. Vão para a escola para receber um laudo de fracasso ou de burrice, submetem-se a relações injustas no mercado de trabalho, têm pouco ou nenhum acesso à saúde, raramente são protegidas pela lei e têm mais chance de morrer ou de sofrer uma violência do que serem protegidas pela polícia.

**Achille Mbembe** (n. 1957) é um filósofo, historiador e teórico político camaronês, reconhecido por suas análises sobre poder, colonialismo e raça. Seu trabalho questiona as relações de dominação e a construção das identidades no contexto pós-colonial, especialmente na África. Mbembe desenvolveu conceitos importantes como o de “necropolítica”, que explora como o poder controla a vida e a morte das populações, nas sociedades contemporâneas.

A biopolítica e a necropolítica são complementares. A necropolítica faz da vida de algumas pessoas um inferno, para que o resto das pessoas aceite de bom grado, e mesmo desejo, o controle da biopolítica. Para algumas pessoas, esse jogo funciona. Estudam para ser “alguém na vida”. Trabalham dia e noite para ter um plano de saúde, pagar o aluguel, ter um carro. Para outras, é como pular da frigideira para o fogo. Uma pessoa que, por exemplo, acabou na criminalidade e foi presa está, em grande parte, no terreno da necropolítica – em especial nos presídios brasileiros, em que a prisão é mais uma punição constante que uma reabilitação. Quando se oferece a ela uma entrada na biopolítica, com um trabalho em regime semiaberto, por exemplo, em geral serão os trabalhos mais pesados ou menos remunerados disponíveis no sistema da biopolítica, que não darão condições de

uma entrada plena nesse regime ou colocarão a saúde em risco. Quem é que paga o aluguel e o plano de saúde, com salário de empacotador?

As mulheres, mesmo brancas, cisgênero e de classe média, recebem os benefícios da biopolítica, desde que se enquadrem em seus propósitos, isto é, sejam esposas comportadas, mães dedicadas e trabalhadoras subalternas. Quando elas questionam a desigualdade dessas posições, são consideradas promíscuas, desnaturadas, insubmissas. Uma mulher vítima de violência doméstica ou abuso sexual, muitas vezes, é revitimizada ao procurar ajuda médica ou da polícia, sendo questionada sobre o que fez para provocar a raiva do marido, que roupa estava usando, se andava sozinha na rua, se estava alcoolizada no momento do abuso, entre outras coisas.

No caso de travestis, especialmente se forem negras, a revitimização é ainda maior. Na delegacia, a suspeita que recai automaticamente sobre elas é serem as causadoras da violência de que foram vítimas, e raramente conseguem um tratamento de saúde que irá tratá-las com o respeito e o cuidado de que alguém nessa situação necessita.

A necropolítica produz essas figuras da mulher promíscua e de vida fácil, da travesti ladra, viciada e vetor de doenças, dos homossexuais de vida desregrada, do criminoso mau-caráter e incorrigível, do jovem negro de periferia traficante etc. São pessoas escolhidas para “merecerem” a morte. Ou, no mínimo, como diria Judith Butler, a necropolítica não permite que elaboremos o luto de suas mortes. A elaboração desse luto envolve necessariamente a construção de políticas públicas para impedir que essas violências continuem acontecendo,

e a educação em gênero e sexualidade nas escolas, bem como em outros espaços públicos, é uma das ferramentas essenciais nesse processo.

## 1.8 PARA ENTENDER AINDA UM POQUINHO+

Existem várias manifestações culturais e existenciais que não estão abarcadas na sigla LGBTQIAPN+ e que talvez estejam por ora enquadradas no sinal de “+”. Mesmo que essas manifestações não se relacionem a gênero e sexualidade, pode ser interessante saber um pouquinho mais sobre elas.

A primeira delas diz respeito a todas as pessoas que tenham uma **expressão de gênero** diferente da expectativa cisheteronormativa. A expressão de gênero é como uma pessoa expressa características comumente associadas à feminilidade, masculinidade ou androginia, e não necessariamente tem uma relação com identidade de gênero ou orientação sexual. Por exemplo, uma mulher cis pode ter uma expressão de gênero masculina e nem por isso ser lésbica ou uma pessoa trans. Da mesma forma, sabemos que muitos homens cisgênero e heterossexuais sofrem bastante, socialmente, quando sua expressão de gênero não é a da esperada masculinidade. Debater gênero e sexualidade também é importante para podermos nos libertar dessas imposições.

Algumas manifestações bastante importantes interagem com a expressão de gênero e/ou com os estereótipos de gênero e, por isso, sofrem com o preconceito. Duas delas são as culturas *drag* e **crossdresser**. **Drag queens** são artistas que têm uma persona feminina para fins de entretenimento, expressão artística e protesto.



Muitas vezes esses artistas são homens gays, mas isso não é necessário. **Drag kings** são artistas que têm uma persona masculina para esses mesmos fins. Muitas vezes são mulheres lésbicas ou homens trans, mas isso também não é necessário. As drags são personagens com alguma semelhança de forma com os palhaços ou *clowns*. Ninguém acharia que aquela persona do palhaço é quem a pessoa é, na vida cotidiana. Da mesma maneira, as *drag queens* e *kings* não podem ser confundidas com as pessoas que dão vida às personagens, ainda que haja interconexões entre a cultura *drag* e as identidades das pessoas que a performam. Atualmente, pode-se falar, inclusive, de uma cultura *drag* em um sentido ampliado, já que vêm se popularizando diferentes formas de *drag* não relacionadas diretamente a elementos de gênero, como *drag* de monstros, seres fantásticos, alienígenas e outras.

*Crossdressers* são geralmente homens cisgêneros que gostam de vestir roupas associadas ao feminino. Não há nenhuma relação necessária entre essa cultura e a **orientação sexual** ou **identidade de gênero** dessas pessoas.

Por fim, outros dois fenômenos que merecem menção são as cenas de **fetiche** e as relações **não monogâmicas** ou **poliamorosas**.

As cenas de fetiche são aquelas em que pessoas se conectam e têm relações afetivas e/ou sexuais mediadas por um tipo específico de fetiche. A mais conhecida é a cena BDSM (da sigla em inglês para *bondage and discipline, dominance and submission, sadism and masochism*), que inclui o sadomasoquismo – que envolve um jogo erótico com dor e prazer –, dominação e submissão – em que as pessoas envolvidas assumem um ou outro papel – e o *bondage*, que são as práticas de amarrar ou restringir

sensorialmente alguém, com seu consentimento, para fins eróticos ou estéticos. **Margot Weiss**, uma antropóloga estadunidense, estudou bastante essa cultura nos Estados Unidos, e, por meio do seu trabalho, pode-se perceber que o BDSM vai muito além de simples relações sexuais – que, aliás, nunca são simples, não é? – e envolve a construção de identidade e redes de sociabilidade.

**Margot Weiss** (n.1972) é uma antropóloga, professora e ativista estadunidense, conhecida por estudar temas como sexualidade, cultura queer, ativismo político e as relações entre capitalismo e prazer. Margot pesquisa como as pessoas constroem comunidades e resistem a normas através de práticas sexuais, identidades de gênero e lutas sociais.

Cenas de fetiche podem envolver objetos, uniformes, fantasias e muitas outras possibilidades. Essas manifestações não devem ser encaradas moralmente ou patologizadas como perversões. Elas fazem parte da cultura humana e são importantes formas de expressão de si e de interação social para muitas pessoas no planeta.

As culturas não monogâmicas e as poliamorosas são aquelas em que as pessoas não têm uma relação de exclusividade afetiva ou sexual, que é a norma hegemônica em nossa sociedade. Essas culturas também podem variar imensamente e, geralmente, questionam os papéis de gênero tradicionais e o caráter possessivo das relações monogâmicas. Manifestações como as cenas de **swing**, relacionamentos abertos e relacionamentos poliamorosos são exemplos dessas culturas.

Não seria possível abordar aqui toda a riqueza das manifestações humanas em torno de gênero e sexualidade.

Mas esperamos que este texto sirva de amostra e de um primeiro passo para as pessoas em rumo a um conhecimento mais compreensivo dos outros e de si mesmo.

No final da obra, encontram-se as referências bibliográficas que utilizamos neste livro, muitas delas em português, que podem servir também como indicação para quem desejar se aprofundar mais nessas discussões.

## 2. O QUE FAZER – E NÃO FAZER – COM ISSO?

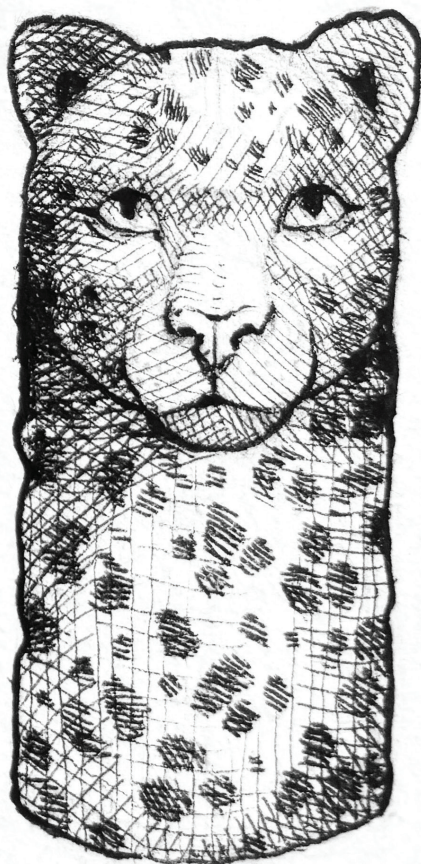
### 2.1 SOBRE A LINGUAGEM NEUTRA E SEUS USOS

Muita gente se incomoda com a **linguagem neutra**. Afirmam que ela infringe as normas da língua, cria problemas de comunicação, pode prejudicar leitores eletrônicos usados por pessoas com dificuldade visual ou, mesmo, torna a língua menos elegante. Só que a língua, como a cultura da qual faz parte, também é viva e está em constante transformação.

Exemplo disso são as mudanças que fizeram surgir a palavra “você”, muito utilizada na língua portuguesa atual. Sua raiz se encontra na expressão “Vossa Mercê”, introduzida no português de Portugal, no século XIV, derivada do castelhano “Vuestra Merced”, como forma de tratamento diferenciado para o rei e a rainha. Com o passar do tempo, “Vossa Mercê”, como marca única da dignidade real, perdeu lugar para “Vossa Senhoria”, “Vossa Alteza” e, finalmente, “Vossa Majestade”, popularizando-se, por sua vez, nas camadas populares portuguesas.



A língua, como a cultura da qual faz parte, também é viva e está em constante transformação.



À época da colonização do Brasil, a partir do século XVI, o “Vossa Mercê” já foi transformado e simplificado para “vosmecê” ou “vosmicê”, chegando, depois, ao pronome “você”, que passa a ter grande destaque no século XX. Podemos ainda lembrar que, em conversas cotidianas, especialmente em Minas Gerais e Goiás, prevalecem as formas “ocê” e “cê”, que são registros regionais e objetos de orgulho de muitas pessoas.

Mas o que queremos dizer com a história do “você”? Queremos demonstrar que a língua – como tudo o que é humano – muda, é histórica e reflete valores, crenças, desejos, tradições, posições, status dos indivíduos que a empregam. Não só reflete a realidade, mas cria significados, introduz expressões de outras línguas, faz novos usos de palavras antigas, aloca gírias que entram e saem de moda com rapidez notável. A língua pode dar a impressão de que “sempre foi assim mesmo”, mas também abre margem para rompimentos e novas formas de entender, sentir e existir.

Já dissemos que os mais diversos discursos não só descrevem uma dada realidade, mas a produzem a partir das ideias de verdade e essência, que são permeadas de relações de poder. Um dos eixos centrais dessas relações de poder diz respeito ao gênero e a sexualidade.

Segundo a educadora brasileira **Guacira Lopes Louro**, a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros, pelo ocultamento do feminino e pela crença em um pretenso sujeito universal, que na verdade é o sujeito masculino. Isso fica evidenciado quando ela fala que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina nas escolas de nosso país é saber que, quando a professora diz que “os alunos podem ir ao recreio”, esta

aluna se inclui nisso. Isso soa tão natural e comum que nunca questionamos por que não se diz “alunos e alunas”, quando há claramente meninas na sala de aula. Da mesma forma, não nos causa espanto quando, numa plateia composta majoritariamente por meninas, um professor utilize o masculino no plural para se referir às crianças presentes, no exato momento em que enxergar um menino estudante.

**Guacira Lopes Louro** (n. 1947) é uma educadora e pesquisadora brasileira, reconhecida por sua contribuição pioneira aos estudos de gênero e sexualidade, no Brasil. Sua obra articula teoria queer, feminismo e educação, questionando normas e propondo uma pedagogia crítica e inclusiva.

Algumas pessoas podem argumentar que o professor está correto, já que, de acordo com a norma culta da língua portuguesa, o plural de palavras e a referência a coletivos se faz no masculino. Mas as normas linguísticas não são também históricas e passíveis de críticas e deslocamentos? A gramática e os usos da língua podem ser pensados de um modo menos **sexista** e para além de duas “caixinhas” binárias.

**A linguagem neutra de gênero ou linguagem inclusiva tem como objetivo comunicar sem excluir as pessoas com base em sua identidade de gênero ou orientação sexual, adotando termos mais inclusivos, que, imediatamente, não demarcam gênero.** É uma proposta de linguagem que prima pelo respeito à existência de pessoas transexuais, travestis, transgêneros, não binárias, intersexo e outras pessoas que não se encaixam no binário do gênero. Essa linguagem também é muito

útil quando não sabemos quais pronomes utilizar com determinada pessoa ou quando estamos nos referindo a um grupo com mais de uma identidade de gênero.

Em termos práticos, podemos substituir pronomes de gênero binário, como “ele” e “ela”, por “elu” (pronuncia-se êlu ou élu), assim como “dele” e “dela”, por “delu”. Exemplos: “Elu foi para o trabalho”; “Esse copo é delu”, havendo, também, outras possibilidades como o “ile”. Exemplos: “Ile fez o jantar”; “Não mexa nas coisas dile”.

Não vamos aqui esgotar as variadas possibilidades pensadas e praticadas para se fugir ao binário do gênero, na linguagem, nem defendemos um jeito único de se empregar a linguagem neutra. Depende muito do contexto, do conhecimento das alternativas e das escolhas individuais.

Uma possibilidade é evitar palavras com demarcações explícitas de gênero, geralmente as palavras que variam com final em *o* e *a*, como “todos” e “todas”, adicionando, nas frases, substantivos neutros como “pessoa”.

Além disso, nomes coletivos sem demarcação de gênero também são uma boa alternativa, como “público”, “galera”, “pessoal”, assim como os que demarcam grupos específicos, como “artistas”, “estudantes” e “docentes”. Vários adjetivos também não possuem demarcação de gênero, como “inteligente”, “atraente” e “excelente”.

Se, mesmo assim, você quiser utilizar uma palavra que possui uma óbvia demarcação de gênero, é possível ainda substituir *o* e *a* por *e*, seja em pronomes ou substantivos, como “amigues” e “todes”, ou em adjetivos, como “lindes” e “espertes”.

Veja exemplos dessas alternativas que aqui listamos no Quadro 1, a seguir.



**Quadro 1: Sugestões de uso da linguagem neutra**

<b>EXPRESSÃO COMUM</b>	<b>ALTERNATIVA NEUTRA</b>
Bom dia a todos!	Bom dia a todas as pessoas presentes!
Todos estão chegando.	Todas as pessoas estão chegando.
Alguém pode chamar o coordenador/a coordenadora?	Alguém pode chamar a pessoa coordenadora?
Senhoras e senhores que estão me ouvindo.	Público que está me ouvindo.
Atenção, meninos e meninas!	Atenção, galera/gente/pessoal!
Falei para todos.	Falei para todo mundo.
Você é muito sábio/sábia e muito bonito/bonita.	Você é inteligente e atraente.
Os cantores/as cantoras daqui são ótimos/ótimas.	Aqui tem artistas excelentes.
Caros alunos e professores.	Caros estudantes e docentes.

Fonte: Elaboração própria.

A utilização de símbolos e letras como @ e x, em “amig@s” ou “prezadx”, por exemplo, não é recomendada, pois não representam sons na modalidade oral da linguagem e também porque limitam a acessibilidade de pessoas cegas, com TEA (Transtorno do Espectro Autista), dislexia e com deficiência intelectual, já que os softwares utilizados para auxiliar a leitura de textos têm dificuldade em reconhecer esses marcadores, dificultando o sentido das frases.

É importante lembrar que, para a linguagem ser inclusiva de fato, devemos pensar também nos processos de interação e cognição das pessoas com deficiência (PcD), as quais estão há tempos lutando por direitos e reconhecimento social no Brasil. Vale ainda lembrar que há pessoas LGBTQIAPN+ com deficiência e que sofrem duplamente, por LGBTQIAPN+fobia e por **capacitismo**. O debate sobre diversidade sexual, de gênero e linguagem, portanto, também afeta as pessoas com deficiência, daí a importância de diálogos e alianças entre os movimentos sociais e estudos acadêmicos, pois, como já dissemos, a desigualdade é, muitas vezes, interseccionada.

A linguagem neutra é uma proposta recente e se apresenta, constantemente, como um desafio, dada a tradição de marcações de gênero no masculino ou feminino, em língua portuguesa, com a regra de que o plural deve ser feito no masculino, ou mesmo com as diferenças entre a palavra escrita e a falada. É preciso compreender, também, que cada língua possui seus próprios desafios e soluções e, assim, a ideia de neutralidade de gênero está presente também no inglês, com o uso do pronome “they”, normalmente utilizado para: referir-se a “eles” ou “elas”, referir-se a uma pessoa de gênero não identificado ou a uma pessoa não binária, por exemplo. O mesmo pode ser constatado na Língua Brasileira de Sinais (Libras), que não possui flexão de gênero em substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e numerais, ocorrendo marcações de gênero com os sinais de “homem” ou “mulher”, em casos específicos.

As possibilidades aqui apresentadas não são imposições, como fazem parecer políticos conservadores e fundamentalistas, nem querem deturpar a linguagem

ou forçar a reescrita de todos os textos consagrados da nossa literatura. Elas querem sugerir debates e usos mais inclusivos da nossa língua, que é muito variável, como lembra a linguista brasileira **Eni Orlandi**. A língua se move e se relaciona com interesses, ideologias e disputas de grupos diversos. Para ela, a língua e o discurso se relacionam com o mundo, a exterioridade e a materialidade social. É a partir dessas relações que os sujeitos são possíveis: o sujeito de uma mãe, uma professora, um taxista. Assim, é fundamental que possamos pensar e utilizar a linguagem para além do binário do gênero, buscando respeitar outras posições de sujeito, outras existências que são tão válidas quanto as nossas. Que o direito de se entender, de se nomear e ser nomeado, nomeada, nomeade seja, cada vez mais, democrático e plural na nossa sociedade.

**Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi** (n. 1942) é uma linguista brasileira, conhecida por introduzir e desenvolver a Análise de Discurso de orientação francesa no Brasil. Contribuiu para consolidar um campo de estudos que compreende a linguagem não como um instrumento neutro de comunicação, mas como prática atravessada por relações de poder, memória, historicidade e processos de subjetivação.

## 2.2 QUAIS SÃO SEUS PRONOMES?

Em alguns espaços, é comum ouvir, logo quando nos apresentamos, a seguinte pergunta: “Mas quais são seus pronomes?” Para muitas pessoas, essa é uma pergunta que não precisaria ser feita, por lhes parecer evidente. Para as pessoas LGBTQIAPN+, pode ser a diferença entre se sentirem incluídas ou excluídas.

Pronomes são palavras que substituem ou acompanham um nome ou substantivo nas frases, são empregados normalmente para tornar a leitura dinâmica, mais fluida e menos repetitiva. Existem seis tipos de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos.

Quando pensamos em gênero e pronomes, lembramos que a norma culta da língua portuguesa prevê apenas a flexão binária do gênero: masculino ou feminino. Sabendo disso, algumas pessoas transexuais, travestis, transgêneras, não binárias e queer, assim como movimentos sociais, tensionam a língua portuguesa e apresentam a possibilidade de pronomes neutros de gênero. Assim, Elu(s); “Minhe(s)”; “Tue(s)”; “Vossu(s)”; “Nossu(s)”; “Sue(s)”; “Esti(s)”; “Essi(s)”; “Aquelu(s)”; “Delu(s)”; “Nelu(s)” são apresentadas como alternativas neutras aos pronomes Ela(s)/Ele(s); Minha(s)/Meu(s); Tua(s)/Teu(s); Vossa(s)/Vosso(s); Nossa(s)/Nosso(s); Sua(s)/Seu(s); Esta(s)/Este(s); Essa(s)/Esse(s); Aquela(s)/Aquele(s); Dela(s)/Dele(s); Nela(s)/Nele(s). Essas são possibilidades que estão sendo discutidas e aprendidas pelas pessoas, por isso a calma e o diálogo são superimportantes nesse ponto.

Assim, algumas pessoas em nossa sociedade preferem ser tratadas por pronomes femininos (ela/dela – forma convencional de informar os pronomes preferidos); outras pessoas, por pronomes masculinos (ele/dele); outras, por pronomes neutros (elu/delu), e outras, ainda, podem não ter preferência por um só tipo de pronome ou não se importar em qual pronome serem tratadas. Essa escolha diz respeito à individualidade de cada pessoa, bem como a um conjunto de relações que fundamentam sua subjetividade.

**Os pronomes fazem referência a como a pessoa gosta de ser tratada, como ela quer ser vista e mencionada em conversas, textos, vídeos etc. Para as pessoas trans, a utilização dos pronomes corretos é fundamental, já que garante a validação de sua identidade de gênero e o reconhecimento da dignidade humana, prevista em nossas leis e estatutos.** Mulheres transexuais, transgêneras e travestis normalmente preferem ser tratadas por pronomes femininos (daí o correto a se dizer é “a” travesti e não “o” travesti); homens transexuais e transgêneros preferem pronomes masculinos; pessoas não binárias e queer podem usar tanto pronomes femininos quanto masculinos e neutros. Isso é o que comumente acontece, mas nada garante, por exemplo, que uma travesti não possa preferir ser tratada tanto por pronomes femininos quanto por neutros, já que não estamos entendendo identidade aqui como essência, mas como um devir.

O melhor, então, a se fazer é perguntar, de forma natural, “Quais seus pronomes?”, pois não é correto deduzir a identidade de gênero e os pronomes de alguém com base em sua aparência, nas roupas que veste, nos gestos e no estilo do corte de cabelo. Afinal, quantas vezes na nossa rotina não nos deparamos com mulheres de cabelos curtos e homens de cabelos compridos?

É claro que, se já conhecemos a pessoa, não é necessário todo esse protocolo, mas, mesmo as nossas amizades, mudam com o tempo, entendem-se de outra forma, por isso devemos estar abertos e atentos ao respeito àquelas pessoas com quem nos encontramos na vida. Isso vale também para pessoas cisgêneras, já que supor que há só um jeito possível de ser mulher ou só um

jeito possível de ser homem, de se portar e ser tratado, é trabalhar numa perspectiva cisnormativa, que é muito limitante e violenta, como já vimos.

A pergunta inicial parecia banal, sem motivo ou invasiva, e agora podemos compreendê-la como essencial para a inclusão ou exclusão das pessoas ao nosso redor, lembrando que os detalhes em uma comunicação fazem toda a diferença. Não custa nada ser cordial e tratar as pessoas com educação, do jeito que elas gostam!

## **2.3 USO DOS BANHEIROS**

Temos certa noção até aqui do que vem sendo discutido e feito sobre linguagem e formas de tratamento. Mas, e quando o problema é o uso de banheiros públicos por pessoas transexuais, transgêneras, travestis, intersexo, não binárias e queer?

Em uma sociedade sexista e violenta como a nossa, em que a segurança de mulheres e de crianças está permanentemente em risco, dá para entender que exista um medo em relação à segurança nos banheiros públicos. Mas queremos mostrar aqui que esse medo dirigido às pessoas LGBTQIAPN+ não é justificado, que essas pessoas são mais vítimas de violência do que causadoras de violência. É um medo deslocado, muitas vezes criado de forma intencional por ideologias conservadoras e machistas, para limitar direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e afastar a discussão do real problema, isto é, de que quem abusa de mulheres e crianças geralmente são os homens heterossexuais e cisgênero que reproduzem o machismo.

Na verdade, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2024, grande parte dos estupros de

mulheres e estupros de vulneráveis (incluindo bebês, crianças e adolescentes meninas) no Brasil, no ano de 2023, ocorreu dentro da residência das vítimas (61,7%), e não em banheiros públicos. Esse documento também revela que as vítimas entre 0 e 13 anos foram abusadas principalmente por familiares (64%) e por conhecidos (22,4%), e as vítimas de 14 anos ou mais foram estupradas principalmente por familiares (31,2%) e parceiros íntimos (28,1%). Ou seja, o impedimento do uso de banheiros por pessoas trans segue mais o preconceito do que as próprias estatísticas de violência.

A ideia de que quem tem pênis vai ao banheiro masculino, e de que quem tem vagina vai ao feminino, parte da visão de que a biologia é um destino dual, binário. Mas já vimos como essa ideia é problemática, não apenas para as pessoas LGBTQIAPN+, mas também para as pessoas cisgênero e heterossexuais.

Quem garante que todas as mulheres cis que vão diariamente ao banheiro feminino têm vagina e útero, e que os homens cis que frequentam o banheiro masculino têm pênis e testículos? E as pessoas intersexo, onde ficam nisso? E as mulheres cis que, por algum problema, precisaram retirar seus úteros? E os homens cis que, por algum acontecimento na vida, não têm pênis?

Na verdade, essa ideia de que só existem dois sexos biológicos e, por consequência, dois gêneros, e que as pessoas devem usar os banheiros de acordo com seus sexos, para além de ser cisnormativa, ou seja, de excluir pessoas trans, também é **genitalista**, pois vem da premissa de que somos necessariamente nossos genitais, como se eles carregassem uma natureza inquestionável que determina nossas identidades e nossas escolhas.

Seguindo essa lógica, políticos conservadores tentam proibir, especialmente, o uso de banheiros femininos por mulheres transexuais, transgêneras e travestis, por elas terem pênis e poderem cometer crimes, como abuso sexual e estupro, o que colocaria em risco a segurança de mulheres cis. Seriam abusadoras em potencial. Essa ideia é transfóbica, equivocada e visa incitar o pânico moral na sociedade.

Equívocada porque, primeiro, não são todas as mulheres trans que desejam outras mulheres e que possuem pênis (e sabemos que pessoas com vagina/vulva também podem violentar). Segundo, porque não se pode retirar ou impedir o direito de toda uma população com base num crime suposto, presumido, pensando que, um dia, algo ruim possa ocorrer. Se fosse assim, deveria ser proibido imediatamente o uso de carros nas ruas, avenidas e rodovias das nossas cidades, já que, a qualquer momento, pode ocorrer um acidente, alguém ser assaltado ou morto no trânsito. Terceiro, porque isso parte de uma noção estigmatizante das mulheres trans, uma imagem de que elas são homens perigosos disfarçados de mulher, esperando o momento para atacar.

São constantes os casos de violências e constrangimentos transfóbicos passados por pessoas trans, no País, quando vão em banheiros de shoppings, supermercados, empresas, bares e escolas. Elas são muitas vezes impedidas ou retiradas à força de banheiros por seguranças e outros indivíduos, ao som de aplausos, risadas e xingamentos bastante ofensivos.

É recorrente também, nos relatos de pessoas trans, o medo e o receio de usar banheiros divididos por gênero, já que podem sofrer violência tanto no banheiro



masculino quanto no feminino. Muitas dessas pessoas evitam comer, beber e usar banheiros quando estão fora de casa e, por isso, correm o risco de desenvolver doenças como infecção urinária, constipação e desidratação, considerando toda a transfobia sofrida.

Nega-se, assim, o direito à cidadania e, antes disso, o direito à humanidade, pois o recado dado é de que as pessoas trans não podem transitar, usufruir dos ambientes e fazer suas necessidades fisiológicas em paz. Elas são relegadas às margens.

Entretanto, devemos lembrar que os banheiros públicos também têm história. Na Roma Antiga, os banhos e as necessidades eram feitos em banheiros coletivos, comunitários, onde se ficava lado a lado em uma latrina, muitas vezes conversando ou mesmo se alimentando. Só com o medievo e a modernidade é que os banheiros foram se individualizando, com pias, vasos sanitários e conexão com redes de esgoto. A partir do século XX, ou seja, bem recentemente, é que começaram a dividir os banheiros por cabines e a propor projetos diferentes, de acordo com o gênero, como a presença ou ausência de mictórios. Muitas comunidades pobres ou afastadas dos grandes centros não têm, ainda hoje, essa infraestrutura moderna de higiene e, quando há banheiros, utilizam-nos de forma conjunta. Quando não, usam penicos, fossas no chão, locais determinados no mato das imediações, enquanto os banhos podem ocorrer em baldes, bicas d'água ou rios.

Devemos lembrar também, como em muitas de nossas casas, que o banheiro é único e unissex, não importando se quem o utiliza é homem cis, mulher cis, mulher transexual, homem transexual ou pessoa

transmasculina. Por que, então, não podemos criar e usar espaços públicos, como os banheiros, de forma menos excludentes para as pessoas trans?

**O que as pessoas estudiosas de gênero e os movimentos sociais defendem é o uso de banheiros públicos por pessoas trans, de acordo com sua identidade de gênero e escolha, e não a partir do seu sexo anatômico.** Essa defesa se baseia no respeito ao gênero declarado, independentemente da retificação de documentos e/ou de cirurgias transgenitalizadoras, já que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de uma decisão de 2018, descarta essas exigências para a obtenção da mudança de nome em documentos civis.

Entendemos que o direito das pessoas trans de usarem os banheiros de acordo com a identidade de gênero que possuem, utilizando os espaços onde se sintam confortáveis, é parte fundamental da luta pela cidadania trans plena, no Brasil. Envolve a dignidade de toda pessoa humana e o direito de não ser discriminada por nenhum motivo, assim como se relaciona com as ideias basilares de liberdade e igualdade que constam na Constituição Federal.

Iniciativas interessantes estão sendo tomadas nesse sentido. Em algumas instituições, como em universidades públicas e faculdades privadas, as placas dos banheiros sinalizam que eles são trans-inclusivos, neutros, unissex ou para “todes”. Em outros espaços, o banheiro masculino é entendido numa concepção alargada, acolhendo homens cis, trans e pessoas não binárias, e o feminino acolhendo mulheres cis, trans, travestis e pessoas não binárias, com sinalização, em ambos os casos, desse acolhimento. Em outros lugares, ainda, os

banheiros e vestiários não possuem essa sinalização e continuam binários, mas há pessoas aliadas que facilitam, para as pessoas trans, o uso de banheiros que são reservados a pessoas com deficiência ou funcionários.

Sabe-se também de locais onde não se encontram dificuldades para o uso de banheiros binários por pessoas trans, mesmo sem haver a sinalização de acolhimento. O terceiro banheiro reservado e sinalizado para pessoas trans também é empregado em alguns casos e funciona adequadamente, embora certa cautela com esse tipo de iniciativa deva ser necessária, para não se transformar em um gueto apartado da convivência social.

Não há, assim, uma iniciativa mais correta do que a outra para o uso de banheiros públicos por pessoas trans. Há, na realidade, soluções possíveis e adaptáveis às relações de determinados espaços, bem como às práticas de acolhimento ou de hostilidade de certos grupos aos limites de ação de cada pessoa.

Na esperança de que um dia o acesso democrático de pessoas trans aos banheiros públicos seja assegurado no Brasil, incentivamos práticas de acolhimento e respeito para com elas. Afinal, é muito triste e deveria ser inaceitável se negar um direito tão básico, como o de lavar as mãos e de fazer xixi e cocô, baseado em genitálias ou em gêneros.

## **2.4 A LUTA POR DIREITOS EM CONSTANTE AMEAÇA**

Os direitos conquistados pela população LGBTQIAPN+ são resultados de muitas lutas, mas não estão totalmente assegurados. As ameaças constantes

são protagonizadas por forças políticas conservadoras e patriarcais, que insistem em uma ofensiva sem trégua contra direitos muito básicos, tais como: o casamento civil, a adoção, a alteração de registro por pessoas trans e a criminalização da LGBTQIAPN+fobia.

Poderíamos listar várias situações de ofensiva de alguns parlamentares do Congresso Nacional em relação a esses direitos, mas deixaremos como exemplo um dos mais recentes em relação ao casamento civil de pessoas do mesmo gênero. Em 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto com a intenção de proibir o casamento homoafetivo (termo criado com o objetivo de vencer algumas barreiras, resistências e preconceitos). O projeto não conseguiu impedir o exercício do direito civil ao casamento, com desdobramentos previdenciários e sucessórios, mas é um retrato evidente da constante ameaça imposta à população LGBTQIAPN+.

A intenção de iniciativas parlamentares como essa, para além do palanque eleitoral, é negar existências LGBTQIAPN+, invisibilizar histórias, afetos e desejos, produzindo miséria subjetiva, sentimento de isolamento, falta de referências e solidão.

**Os direitos garantidos à população LGBTQIAPN+ foram conquistados por meio de importantes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), no seu dever de interpretar a Constituição Federal de 1988.** Assim, o STF, em 2011, entendeu pela possibilidade da união estável homoafetiva e, depois, pela ampliação para o casamento civil homoafetivo; em 2015, pela descriminalização da homossexualidade no âmbito militar; em 2018, pela alteração do nome e sexo de pessoas transexuais no registro

civil; em 2019, pela criminalização da homotransfobia; em 2020, pela possibilidade de doação de sangue por homossexuais.

A leitura cronológica das decisões do STF nos ajuda a entender quão básicos são esses direitos reconhecidos, que vão do casamento civil à possibilidade de doação de sangue. Vamos tratar de alguns a seguir.

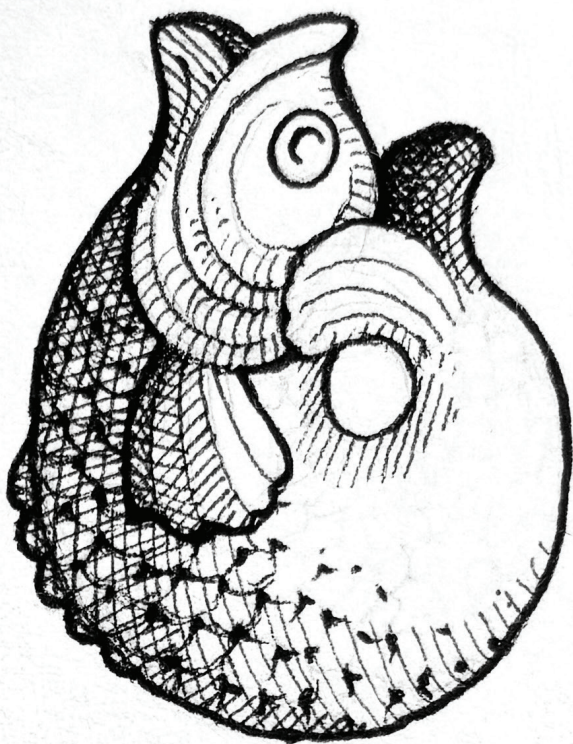
A criminalização da homotransfobia ocorreu em 2019, e essa decisão é possível de ser entendida como extensível a toda a população LGBTQIAPN+. Destacamos que essa decisão do STF foi tomada no contexto do mandato de uma das figuras com discurso de ódio mais violentos que já ocupou o cargo de Presidência da República, ou seja, a decisão do STF também foi simbólica na tentativa do equilíbrio democrático dos três poderes, quando o Poder Executivo, no caso, o Presidente da República, parecia apoiar tendências antidemocráticas, e o Poder Legislativo também oscilava entre as tendências conservadoras e a omissão.

O STF enquadrou a LGBTQIAPN+fobia ao crime de racismo, por considerar que, dentro desse conceito, cabem as construções históricas e sociais para justificar a desigualdade e a dominação de um grupo que subjuga os demais. A população LGBTQIAPN+ foi considerada como um grupo que está exposto à inferiorização, estigmatização e exclusão, daí a possibilidade de equiparação ao crime de racismo.

O STF entendeu que o racismo é um dispositivo político-social de poder, que visa garantir privilégios a um grupo dominante em detrimento de um grupo dominado, que é desumanizado e inferiorizado. Essa **discriminação** ocorre de maneira estrutural, sistemática, institucional e



O STF enquadrrou a LGBTQIAPN+fobia ao crime de racismo, por considerar que, dentro desse conceito, cabem as construções históricas e sociais para justificar a desigualdade e a dominação de um grupo que subjuga os demais.



histórica, para o fim de estigmatizar, desqualificar moralmente, expulsar do convívio familiar ou até internar em hospitais psiquiátricos, por diferenças sexuais e de gênero (o que afeta diretamente a população LGBTQIAPN+), em prol de ideologias normalizadoras e opressoras.

Algumas atitudes se enquadram em crime, como impedir qualquer pessoa de entrar em um local por ser LGBTQIAPN+ ou retirar a pessoa de qualquer estabelecimento público ou privado em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero, bem como impedi-la de utilizar banheiros ou outras dependências de acesso público. Também são atitudes criminosas: induzir e estimular o preconceito e a discriminação contra a população LGBTQIAPN+; promover discursos de ódio e incentivar a violência; associar a orientação sexual ou identidade de gênero à pedofilia ou ao estupro; ofender a honra ou moral por meio de xingamentos, textos ou gestos que contenham elementos de origem LGBTQIAPN+fóbica.

A primeira coisa a ser feita, quando se é vítima de crime de LGBTQIAPN+fobia, é registrar a ocorrência. A vítima deve procurar a Polícia Militar e registrar um boletim de ocorrência, narrando os fatos e evidenciando a prática LGBTQIAPN+fóbica.

Além disso, é preciso muita atenção ao fato de que é indispensável que constem, no campo destinado ao relato da vítima, as exatas palavras ou ações usadas pela pessoa agressora, para que possa ser caracterizado o crime de LGBTQIAPN+fobia. Se alguém tiver presenciado o crime, é necessário que se peça a essa pessoa para testemunhar e que sejam solicitados seus dados pessoais (nome completo, CPF e endereço) para informar no registro policial.



É importante reunir todo o material que comprove o que se está alegando, tais como: gravações, filmagens, câmeras nas imediações, fotos, *prints*, documentos e outros. Com o número do registro do boletim de ocorrência em mãos, deve-se procurar a Delegacia de Polícia Civil para instaurar o inquérito, reforçando todos os pontos do crime de LGBTQIAPN+fobia.

Há um aspecto importante a ser levado em consideração em relação a toda a discussão e debate que envolveu a criminalização da LGBTQIAPN+fobia no STF: promover a reflexão sobre heteronormatividade e cis-normatividade, evidenciando que os padrões de normalidade e adequação são uma construção social, não devendo ser naturalizados, banalizados ou exigidos de forma indistinta.

O julgamento é um pequeno passo para que possamos trazer para a discussão a dimensão analítica da construção de gênero e sexualidade, criticando essa posição naturalizada, hierarquizada e superiorizada com que a sociedade lida com sexualidade e gênero.

Não podemos deixar de destacar que a pauta da criminalização da LGBTQIAPN+fobia é necessária, inclusive junto com o Poder Judiciário, que ainda é formado por um grupo predominantemente branco, masculino, hetero e cis. Para termos uma ideia, durante toda a história do STF, tivemos apenas três mulheres como ministras, sendo a primeira a ministra Ellen Gracie, nos anos 2000. É notório que esse Poder Judiciário, assim como o Poder Executivo e o Poder Legislativo, precisa ser provocado à autocrítica e reconhecer as assimetrias historicamente constituídas em relação à população LGBTQIAPN+, conferindo a proteção e promoção de direitos negados sistematicamente.



Ainda sobre os direitos conquistados e em constante ameaça, destacamos o direito ao **nome social** e a questão da alteração do nome e gênero no registro de nascimento. O nome social é a designação pela qual a pessoa transexual, travesti ou não binária se identifica e quer ser socialmente reconhecida.

É importante destacar que tratar as pessoas pelo nome social é um direito, e não um favor. Reforçamos essa informação porque, muitas vezes, ouvimos algumas pessoas afirmarem que “não concordam” em chamar uma pessoa transexual, por exemplo, pelo nome social. Não se trata de concordar ou não concordar, de aceitar ou não aceitar, **é direito da pessoa transexual, travesti ou não binária ter o seu nome social respeitado.**

Reforçamos, ainda, que existe legislação que assegura o direito ao nome social, sendo, no âmbito federal, o Decreto 8.727/2016 e, no âmbito do estado de Minas Gerais, os decretos 47.148/2017 e 47.306/2017. A intenção em apresentar as leis que obrigam estabelecimentos públicos e particulares a respeitarem o nome social é justamente para que não se utilize mais justificativas como: “não existe orientação no meu setor sobre o uso do nome social”, “não tem campo no formulário” ou “não tem o campo no sistema para o nome social”, “não sei como inserir o nome social da pessoa”, entre outras, pois as leis impõem o respeito ao uso do nome social desde 2016, ou seja, há mais de oito anos os estabelecimentos, sistemas e pessoas responsáveis deveriam estar respeitando a legislação.

Todas as legislações mencionadas sobre a utilização do nome social possuem como fundamento o direito de toda pessoa à livre expressão da sua identidade

de gênero, de forma que o nome não possa trazer constrangimentos ou preconceitos. A impossibilidade de ser tratada de forma compatível com a sua identidade de gênero representa grave violação aos direitos humanos, no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania e a integral inclusão social das pessoas travestis, transexuais e não binárias, e enseja a responsabilização do estabelecimento e das pessoas que violarem esse direito.

No âmbito escolar, também é assegurado o direito ao nome social, inclusive a estudantes menores de 18 anos, por meio dos seus representantes legais. Uma dúvida frequente em ambientes escolares é justamente em relação à possibilidade do uso do nome social para crianças e adolescentes transexuais e não binárias. A Resolução 1/2018 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação, é bem explícita ao determinar que a legislação nacional ampara estudantes menores de 18, pois os princípios que norteiam a educação no País asseguram o respeito à diversidade, à proteção de crianças e adolescentes e ao inalienável respeito à dignidade humana.

**O respeito ao uso do nome social é uma medida que visa também evitar a evasão escolar, proporcionando um ambiente com menor discriminação e maior respeito aos valores humanos que acenam para uma sociedade fraterna e harmoniosa.**

Em relação à alteração de nome e gênero no assento de registro civil (certidão de nascimento), o STF entendeu, em 2018, por meio da decisão na ADI 4275, que é um direito das pessoas travestis, transexuais e não binárias, sem a necessidade de realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. O Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), também em 2018, estabeleceu como deve ser feita a alteração do registro civil nos Cartórios de Registro Civil, sem a necessidade de um processo judicial nem da decisão de um juiz, bastando que a pessoa apresente todos os documentos necessários – com o limite de uma alteração dessa natureza na vida. Não é necessário apresentar qualquer tipo de laudo (médico ou psicológico), exame e muito menos ter que comprovar cirurgia de redesignação sexual ou outro tipo de modificação corporal. Os cartórios são obrigados a realizar a alteração de nome e marcador de gênero nas certidões de nascimento.

## **2.5 SAÚDE LGBTQIAPN+ E A PROMOÇÃO DE CUIDADOS INCLUSIVOS**

A população LGBTQIAPN+ enfrenta diversos desafios específicos no acesso à saúde, a começar pela **invisibilidade**. Muitas pessoas, quando vão ser atendidas, têm suas identidades de gênero, orientação sexual e outras características relacionadas a gênero e sexualidade desconsideradas e, com isso, geralmente não têm suas necessidades específicas atendidas.

Uma mulher lésbica que visita um ginecologista pode se sentir constrangida, se perguntada sobre relações sexuais com homens, e não se sentir confortável para tirar dúvidas sobre infecções sexualmente transmissíveis específicas do sexo entre mulheres. Pessoas trans com alta **passabilidade**, isto é, que são confundidas frequentemente com pessoas cis, podem receber tratamentos ou recomendações apressadas que não correspondem ao que seria mais adequado ao seu caso. Uma

pessoa assexual pode ser vista como tendo depressão ou alguma outra patologia, apenas porque as pessoas à sua volta, inclusive as equipes de saúde, não consideram a assexualidade uma possibilidade.

Outro grande desafio é enfrentar os preconceitos que permeiam os atendimentos, o que faz com que pessoas LGBTQIAPN+ estejam em maior vulnerabilidade para uma série de problemas de saúde física e mental. Por exemplo, uma pessoa intersexo pode receber sugestões de adequação sexual à binariedade (cirurgias, hormonização), desrespeitando seu direito à não binariedade ou seu direito de fazer uma escolha que vá contra a expectativa do profissional de saúde. Um homem gay que vai a um proctologista pode ser repreendido – ainda que indiretamente – pelo uso “antinatural” do seu ânus e não ter o tratamento adequado ou não ser tratado de forma respeitosa. Uma pessoa trans, quando vai a um pronto-socorro, pode ter o seu **nome morto** repetido à exaustão na sala de espera, produzindo, propositalmente ou não, um alto nível de sofrimento psíquico.

**Ser acolhido no sistema de saúde é essencial. Para isso, profissionais precisam ser treinados e orientados a respeito das necessidades de saúde específicas da população LGBTQIAPN+, evitando estigmas e práticas excludentes.** Um **estigma** social ocorre quando um determinado grupo minoritário é marcado como amoral, perigoso, de menor valor ou por qualquer outra forma de aproximação que se valha de preconceitos e estereótipos, o que produz discriminação.

Por exemplo, o estigma em torno do HIV e da aids foi muito intenso nas décadas de 1980, quando o vírus foi identificado, e 1990. No início, o fenômeno era fortemente

associado a grupos específicos, como homens gays, pessoas que usam drogas e profissionais do sexo, o que reforçou preconceitos já existentes contra essas populações. Esse estigma levou ao medo e à discriminação, dificultando o acesso ao tratamento e o apoio social e familiar para os afetados. Com o tempo, campanhas de conscientização e avanços no tratamento ajudaram a reduzir o estigma, mas, ainda hoje, muitas pessoas vivendo com o HIV e a aids enfrentam exclusão e preconceito.

Avanços importantes foram conquistados na prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (IST), como a profilaxia pré-exposição (**PrEP**), um recurso fundamental para a população LGBTQIAPN+. Entretanto, essas conquistas são insuficientes sem um sistema de saúde que garanta o acesso pleno a esses serviços.

Pessoas trans enfrentam desafios consideráveis para acessar a hormonização e outros procedimentos nos serviços de saúde. O direito à hormonização e à cirurgia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, foi inicialmente assegurado pela Portaria 1.707/2008, do Ministério da Saúde. Essa portaria regulamenta o atendimento integral à saúde de pessoas trans, incluindo o direito ao acompanhamento médico para hormonização. Esse direito foi ampliado pela Portaria 2.803, de 2013, que estabeleceu a cobertura de procedimentos para a saúde integral de pessoas transexuais e travestis, reforçando o compromisso do SUS em oferecer atendimento especializado e humanizado a essa população.

Por outro lado, embora esses direitos sejam formalmente garantidos, muitas pessoas trans encontram barreiras burocráticas, como a necessidade de laudos psiquiátricos e diagnósticos médicos, que reforçam a

patologização de suas identidades. Além disso, há uma escassez de profissionais capacitados para atender essa população com sensibilidade e conhecimento específico, o que resulta em tratamentos inadequados ou falta de informações sobre os efeitos da hormonização. As longas filas de espera, especialmente no sistema público, e o custo elevado de tratamentos privados também limitam o acesso, levando algumas pessoas trans a buscar alternativas informais e arriscadas para ter acesso aos hormônios ou a outras mudanças corporais de que precisam.

Outro tópico essencial é o reconhecimento da existência de **pessoas que menstruam e gestam** para além do gênero feminino, especialmente os homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias que podem vivenciar essas experiências. **Pessoas que menstruam e gestam são aquelas que, independentemente de sua identidade de gênero, possuem um sistema reprodutivo capaz de passar pela menstruação e pela gestação.** Esse vocabulário inclusivo é importante porque evita a exclusão dessas identidades e permite que esses indivíduos tenham acesso ao atendimento e aos recursos necessários de saúde, como exames e cuidados pré-natais, sem constrangimentos. Além disso, políticas e tratamentos específicos são, muitas vezes, necessários a essa população. Por exemplo, homens trans que engravidam geralmente precisam interromper a terapia hormonal durante a gestação, já que os hormônios masculinizantes, como a testosterona, podem impactar negativamente o desenvolvimento seguro do feto. Esse processo requer um acompanhamento específico e sensível, já que a interrupção hormonal pode causar desconforto emocional e

físico, além de trazer mudanças corporais com as quais a pessoa pode não estar à vontade.

Em comparação com a população em geral, pessoas LGBTQIAPN+ também enfrentam um risco maior de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e transtornos relacionados ao estresse. Isso pode estar associado às experiências de discriminação, estigma e exclusão social de que tratamos aqui. Estudos mostram que a rejeição familiar e social e a falta de apoio impactam significativamente a saúde mental dessas pessoas, aumentando também o risco de suicídio, especialmente entre jovens LGBTQIAPN+. De acordo com ***The Trevor Project***, organização estadunidense que produz constantemente pesquisas atualizadas sobre saúde mental LGBTQIAPN+, jovens LGBTQIAPN+, nos Estados Unidos, têm um risco quatro vezes maior de tentar o suicídio. Pesquisas dessa natureza, infelizmente, ainda são raras e pouco abrangentes no Brasil, o que mostra a necessidade de uma maior atenção à saúde mental dessa população.

***The Trevor Project*** é uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos, fundada em 1998, que oferece apoio e prevenção ao suicídio entre jovens LGBTQIAPN+. A instituição atua com serviços de escuta e acolhimento 24 horas por dia, por telefone, chat e mensagens de texto, além de promover pesquisas, cursos e atuação jurídica em defesa dos direitos dessa população. O projeto surgiu a partir do curta-metragem Trevor, que trata de um adolescente gay em crise, e hoje é referência internacional no cuidado com a saúde mental de jovens LGBTQIAPN+.

Por fim, outro ponto importante é a proteção contra **terapias de conversão**, prática infelizmente bastante comum no Brasil. Essas terapias ocorrem quando uma

pessoa LGBTQIAPN+ é enviada – geralmente por familiares, enquanto ainda é criança ou adolescente – a profissionais de psicologia, clínicas de saúde mental ou mesmo a grupos de apoio informais, em igrejas e centros de convivência, com o objetivo de que se adequem aos padrões cisheteronormativos, o que provoca intenso sofrimento psíquico. Desde 1999, o Conselho Federal de Psicologia proíbe psicólogos de tentarem mudar a orientação sexual de alguém, e, em 2018, proibiu também a conversão de identidade de gênero. Defender e realizar esse tipo de prática é antiético e ataca a autonomia e os direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Em um cenário em que o estigma ainda afeta o atendimento, muitas pessoas LGBTQIAPN+ têm receio de procurar serviços de saúde física e mental, pois temem julgamentos e discriminações. **Um acolhimento respeitoso, que considere o nome social e a identidade de gênero de cada paciente e que reconheça outras formas de relações afetivas, de configurações de corpo e de existência, é fundamental para que as pessoas se sintam seguras ao buscar cuidados médicos e ajuda psicológica, assim como para que o vínculo entre profissional e paciente se fortaleça.**

## 2.6 COMO FAZER UMA ESCOLA + INCLUSIVA

Como vimos até aqui, há diferentes formas de se existir para além do binário homem e mulher, e outras formas de viver o afeto e as relações sexuais para além da heterossexualidade. Essas diferenças se encontram também na escola, local que deveria servir de centro de propagação de valores democráticos, mas que muitas



vezes acaba sendo local de perpetuação de estereótipos e violências de gênero.

Nas salas de aula ou na sala dos professores, escutamos comentários como: “meninas são mais dóceis e meninos mais agitados”; “meninas não têm aptidão para futebol nem inteligência para matemática”; “meninos têm mais talento para lutas e nenhuma habilidade para costura”; “menino de cabelo comprido é mocinha, e moça grosseira e respondona é macho”.

Alguém se lembra de algum comentário ou apelido ofensivo que tenha ouvido na escola? Expressões como “viado”, “bixa”, “puta”, “vadia”, “fácil”, “mulherzinha”, “vagabundo”, “corno”, “broxa”, “traveco”?

Sem falar nas piadas que estimulam uma cultura de violência contra mulheres, que zombam do homem que faz tarefas domésticas, que potencializam o machismo, que estimulam a homofobia e a transfobia, o que inclui, ainda, piadas racistas, capacitistas, xenófobas e que perpetuam diversas outras opressões.

Não é raro a escola adotar práticas que dividem meninos e meninas, como em filas, atividades de laboratório e aulas de educação física – nas quais geralmente os meninos são destinados ao futebol, e as meninas ao vôlei. Não é comum se lembrar de alguma atividade em que essa divisão ocorreu? Será que todas as pessoas estavam à vontade com essa divisão?

Ao que podemos observar, no interior das escolas, há uma dificuldade em lidar com as diferenças, e essa dificuldade contribui para a produção de desigualdades. Isso porque estudantes que experimentam vivências de preconceito, discriminação e violência na escola têm maiores chances de ter pior desempenho ou abandonar

os estudos, além de terem sua autoestima abalada e prejuízo à construção de laços sociais importantes para o desenvolvimento cognitivo e emocional – sendo, portanto, fator relevante para o aumento da exclusão escolar.

Não é demais lembrar que há situações em que a ocorrência de violências de gênero e sexualidade levam, inclusive, a casos mais graves de adoecimento e suicídio entre estudantes. Mas essas violências alcançam docentes e outros atores escolares também, por isso é muito importante entender e enfrentar essa realidade.

Para dar um exemplo, uma pesquisa de 2021, realizada pelo **Grupo Dignidade**, com apoio da Unesco, entrevistou 120 famílias que têm crianças ou adolescentes trans em idade escolar, em dezessete estados brasileiros. Destas, 93 famílias afirmaram que suas crianças ou adolescentes foram vítimas de **bullying**, a maioria por parte de outros estudantes, mas 39 delas por parte dos próprios professores. E 98% das famílias entrevistadas não reconhecem a escola como um ambiente seguro.

**Grupo Dignidade** é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1992, em Curitiba, Paraná. Pioneira na promoção da cidadania e dos direitos humanos de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, a entidade atua também no enfrentamento da discriminação e na promoção da saúde integral dessa população.

O *bullying* envolve um conjunto de comportamentos agressivos e repetitivos que objetivam humilhar e intimidar as pessoas. Algumas formas de *bullying* são verbais, envolvendo xingamentos, apelidos e piadas; outras são físicas, com agressões diretas; outras são psicológicas, como chantagens e isolamento. Todas elas podem ocorrer inclusive de forma virtual, por mensagens e

comentários em redes sociais. Nomear essas agressões, identificá-las e debatê-las na escola é essencial para que possamos enfrentá-las devidamente.

Não é por menos que a socióloga brasileira **Berenice Bento** afirma que a escola é local de heteroterrorismo e, poderíamos acrescentar, de cisterrorismo. Suas pesquisas de campo também colheram relatos de crianças e adolescentes queer que foram aterrorizadas no ambiente escolar, o que deixou marcas profundas em sua subjetividade.

**Berenice Bento** (n. 1966) é uma socióloga brasileira, professora da Universidade de Brasília (UnB) e referência nos estudos de gênero, sexualidade e direitos humanos, no Brasil. Articulou sociologia, antropologia e teoria queer, com foco na crítica à patologização das identidades trans e na análise das estruturas de poder que moldam os corpos e as subjetividades.

Entendemos que fazer uma escola mais inclusiva implica enfrentar essas violências diversas que são produzidas e naturalizadas pela educação escolar. Esse cenário se agrava ainda mais em um contexto político de perseguição aos estudos de gênero e sexualidade, principalmente com o impedimento desse debate na escola. Mesmo a **educação sexual**, que, em sua origem, não necessariamente promovia o debate de gênero e sexualidade, mas estava mais ligada a informações básicas sobre saúde sexual e reprodutiva, vem sendo alvo de perseguição e acusações infundadas.

A construção de uma escola mais inclusiva, que acolha a todas, todes e todos, passa pela nossa disposição em fortalecer os estudos de gênero, promover debates na

escola e questionar as normas desiguais e excludentes tidas como naturais.

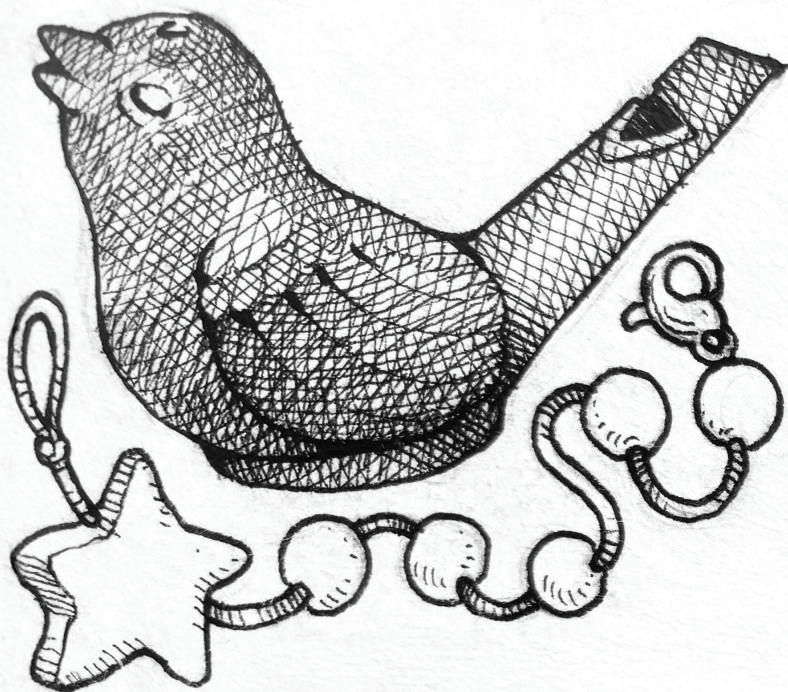
Trata-se, conforme recomendam os educadores brasileiros Eliane Maio, Márcio Oliveira e Reginaldo Peixoto, de abordar a educação para a sexualidade de modo a desconstruir o discurso de uma sexualidade dita “normal”, lembrando que a sexualidade é uma construção cultural, política e social que se faz nas vivências humanas. Vale lembrar, também, que a educação sexual não objetiva estimular estudantes a ter uma vida sexual, mas orientá-los para a vivência da sexualidade e da afetividade, considerando, inclusive, que muitos estudantes são vítimas e/ou estão sujeitos a abuso sexual e a relacionamentos abusivos.

Debater sobre esse assunto na escola é fundamental para incentivar o aprendizado e a prevenção de situações de violência, assim como para tratar de outras questões, como o conhecimento do corpo, métodos contraceptivos, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis, podendo, ainda, colaborar para a autoestima em relação a uma identidade em construção e ajudar, inclusive, a minimizar vivências de **disforia de gênero**.

A escola pode e deve também evitar o emprego de atividades e recursos que reforçam preconceitos e violências de gênero. Festas de família promovidas na escola geralmente são violentas quando desconsideram configurações familiares diversas. É importante, portanto, pensar de forma mais ampla sobre quem são os responsáveis pelas crianças, sem supor que toda criança tem pai e mãe heterossexuais. Essa variedade deve aparecer também nas festas escolares, como as festas juninas, nas quais os casais não precisam ser compostos sempre por meninos



A construção de uma escola mais inclusiva, que acolha a todas, todes e todos, passa pela nossa disposição em fortalecer os estudos de gênero, promover debates na escola e questionar as normas desiguais e excludentes tidas como naturais.



e meninas. É preciso abrir espaço para desconstruir essas normas de gênero.

A violência contra pessoas trans também é reforçada na escola quando não acolhemos o nome social ou não respeitamos o direito dessas pessoas ao uso do banheiro. Como bem recomenda a educadora brasileira **Luma Andrade**, precisamos romper com estereótipos que associam pessoas trans à prostituição e dificultam suas presenças na escola; precisamos, pelo contrário, possibilitar que elas vivam no centro da sociedade, e não em suas margens. E que as crianças e adolescentes trans sejam respeitadas na escola, desde a chamada, passando pelas brincadeiras do recreio até o dia da formatura, garantido o seu direito a uma infância e adolescência plenas, ou seja, que a escola deixe de ser um sonho para as pessoas trans, passando a ser realidade!

**Luma Nogueira de Andrade** (n. 1976) é uma educadora e pesquisadora brasileira, reconhecida como a primeira travesti a obter o título de doutora no País. Defendeu, em 2012, a tese "Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa", abordando as experiências de travestis no ambiente escolar. Em 2013, tornou-se a primeira travesti a integrar o corpo docente efetivo de uma universidade pública federal.

A violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ pode, igualmente, fazer-se presente em imagens e textos de livros didáticos e de literatura adotados na escola. Precisamos problematizar esses materiais por meio do diálogo da escola com a universidade e com os movimentos sociais feministas, de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+, o que pode contribuir profundamente com essa tarefa. Sobre isso nos relata a

pedagoga brasileira **Maria Clara Araújo dos Passos**, ao pontuar o quanto a escola é hostil com as pessoas trans. Por outro lado, ela nos ensina o quanto os movimentos sociais são importantes nas lutas por direitos e pela afirmação das vidas tidas como sub-humanas e excluídas da instituição escolar.

**Maria Clara Araújo dos Passos** (n. 1996) é uma pedagoga afrotransfeminista, pesquisadora e ativista brasileira. É autora do livro *Pedagogias das travestilidades* (2022), que documenta a luta histórica de travestis e mulheres transexuais, no Brasil, desde 1979, destacando as trajetórias de seis travestis negras nordestinas até sua inserção na academia.

Muita gente acredita que não se deve aprender sobre gênero e sexualidade na escola porque esse é um assunto para se discutir em casa, mas nem sempre os pais ou outros familiares abordam esse assunto ou o fazem de forma inapropriada. Muitos não dialogam com filhas e filhos sobre o tema porque se sentem despreparados para fazê-lo, e até esperam que a escola, que é uma instituição destinada a trabalhar com conhecimentos científicos, possa abordar esse assunto. Nesse quesito, entendemos que a escola deve complementar o trabalho da família.

Resta claro que a promoção de uma escola mais inclusiva passe pelo **currículo** escolar. O currículo pode ser entendido como o conjunto de experiências de aprendizagem que a escola oportuniza aos estudantes. Em se tratando de gênero e sexualidade, é fundamental que o currículo contemple essas temáticas, ou seja, que elas sejam estudadas e debatidas na escola. E que esses estudos



e debates envolvam, conforme já dissemos, o enfrentamento de preconceitos e o combate às violências.

Esses estudos e debates podem ocorrer em múltiplas disciplinas e atividades, envolvendo não apenas conhecimentos, mas sentimentos e experiências de indignação em face de uma realidade ainda marcada por desigualdades e violências.

Como se nota, **construir uma escola mais inclusiva demanda de nós compromisso ético e político. Ético, em nossas relações cotidianas, e político, em nosso posicionamento mais amplo em defesa da vida e de suas distintas formas de ser.**

Vamos, então, construir essa escola mais inclusiva?

## **2.7 COTAS PARA PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR**

É difícil pensar em uma sociedade mais inclusiva sem pensar, também, no acesso das pessoas LGBTQIAPN+ ao Ensino Superior, em especial as pessoas trans e travestis. Lamentavelmente, garantir o acesso e a permanência de pessoas trans, mulheres travestis e pessoas não binárias nos espaços educacionais ainda é um grande desafio. Por mais que possamos comemorar os pequenos avanços que tivemos nos últimos anos, ainda estamos longe do que seria desejável.

Segundo dados da quinta edição da *Pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das instituições federais de Ensino Superior*, de 2018, promovida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em



parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com dados de todas as instituições federais de Ensino Superior (Ifes) do Brasil, apenas 0,2% dos estudantes universitários da amostra eram pessoas trans e travestis – o que é bastante ilustrativo da exclusão dessas pessoas nesse nível de ensino.

Tomando como referência o ano de 2024, apenas duas universidades federais já oferecem vagas reservadas para pessoas trans na graduação: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), desde 2019, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde 2023. Porém, várias outras universidades aprovaram a política de cotas a ser implementada a partir de 2025, como a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Além disso, muitas outras universidades já possuem a política de cotas para a pós-graduação.

O Ministério Público Federal (MPF), em 2024, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), posicionou-se a favor das cotas para pessoas trans nas universidades públicas e em concursos públicos, mediante Nota Técnica 1/2024, o que é um avanço, mas ainda está longe de transformar o cenário de exclusão em que vivemos.

As cotas para pessoas trans são importantes para combater a discriminação estrutural do **cistema** educacional, para a promoção da diversidade acadêmica, para a possibilidade de pessoas trans terem acesso a oportunidades e mobilidade social e para que essas pessoas sejam mais bem acolhidas no ambiente universitário, especialmente quando a política de cotas está aliada a

outras políticas de ingresso e permanência, como auxílios para alimentação e moradia, bolsas e tutorias. As cotas nas universidades também podem colaborar para a implementação de **políticas afirmativas**, em diversas outras áreas, principalmente a de concursos públicos, promovendo uma integração mais efetiva dessas pessoas.

Boa parte do que está registrado neste livro foi escrito por pessoas LGBTQIAPN+, incluindo pessoas trans, ou teve como base trabalhos desenvolvidos por pessoas LGBTQIAPN+, entre elas pessoas trans. Isso não seria possível se essas pessoas não tivessem acesso ao Ensino Superior. A política de reserva de vagas é uma forma de estender essa oportunidade para ainda mais pessoas, que consequentemente estarão presentes em mais espaços profissionais e de decisão política, ajudando a construir uma sociedade verdadeiramente mais inclusiva.



# 3 GLOSSÁRIO

---

## **Agênero**

Uma pessoa que não se identifica nem com o gênero masculino nem com o feminino, preferindo manifestações da existência humana que sejam o menos marcadas por gênero possível.

---

## **Androginia**

O termo refere-se à expressão de gênero que apresenta características tanto masculinas quanto femininas, muitas vezes desafiando as normas tradicionais de gênero. A androginia não é uma identidade de gênero nem uma orientação sexual, mas sim uma expressão de gênero, o que quer dizer que qualquer pessoa, seja ela cis, trans, não binária, heterossexual, homossexual, bissexual etc., pode ser andrógena.

---

## **Assexual**

Uma pessoa assexual, ou *ace*, é aquela que sente pouca ou nenhuma atração sexual. A assexualidade abrange uma gama variada de experiências, com algumas pessoas sentindo atração romântica, mas não sexual, e outras estabelecendo relacionamentos afetivos sem necessariamente uma conexão afetiva ou sexual.

Ligada a essa categoria, existem também as pessoas chamadas *greyace* (cinzassexual, em português), que se encontram entre a assexualidade e a alossexualidade (pessoas que sentem atração sexual com frequência). As pessoas cinzassexuais, em comparação com as pessoas alossexuais, podem sentir atração sexual em intensidade ou frequência reduzidas, ou somente em circunstâncias específicas, mas ainda sentem, em algum grau, atração.

---

### **Bifobia**

Uma palavra que se relaciona à discriminação e preconceito direcionados à bissexualidade e a pessoas bissexuais. Envolve práticas de invalidação da bissexualidade como orientação sexual legítima, estigmatização de pessoas bissexuais como necessariamente promíscuas e “fáceis”, além da invisibilização de suas identidades e desejos. A bifobia se expressa comumente na noção equivocada de que bissexuais são pessoas indecisas, que precisam “sair do armário” ou decidir ter atração por apenas um gênero.

---

### **Binário**

O conceito é empregado pelas teorias feministas e refere-se ao sistema que entende sexo, gênero e sexualidade em duas categorias opostas e rígidas: masculino e feminino. O binário exclui e dificulta a existência de identidades plurais e fluidas, como as transgeneridades.

---

### **Biopolítica**

O conceito foi criado pelo filósofo Michel Foucault para analisar técnicas de poder que emergiram na Europa moderna e que visavam regulamentar processos de vida de populações como, por exemplo, a alimentação, a sexualidade e a saúde. Com a biopolítica, a vida coletiva é governada com o objetivo duplo de fazer viver e deixar morrer.

---

## **Bissexual**

O termo descreve pessoas que sentem atração afetiva e/ou sexual por mais de um gênero. A bissexualidade pode ser fluida, variando em intensidade e ao longo do tempo, dependendo de cada pessoa. Essa categoria, muitas vezes, é reivindicada como bem próxima da pansexualidade, já que muitas pessoas bissexuais dizem que a definição clássica de que bissexuais só se interessam por “homens” e “mulheres” cis não é verdadeira, podendo a bissexualidade se aplicar a qualquer forma de manifestação de gênero, inclusive as não binárias.

---

## ***Bullying***

A palavra é formada pelo gerúndio do verbo em inglês *bully*, que tem o sentido de “assediar”, “intimidar”, e que, por sua vez, vem do substantivo *bully*, que significa “valentão”. Diz respeito a um conjunto de práticas repetitivas de intimidação, depreciação, humilhação e agressão contra pessoas que, de alguma maneira, “incomodam” ou são diferentes da maioria, geralmente no ambiente escolar. Por vezes, o *bullying* se entrelaça com preconceitos como homofobia, transfobia, racismo, misoginia, capacitismo e classismo.

---

## **Capacitismo**

O vocábulo refere-se a uma crença preconceituosa de que as pessoas com deficiência são inferiores ou menos capazes do que as pessoas sem deficiência. O capacitismo pode ser explícito ou implícito e estar presente de forma estrutural no modo como a sociedade é organizada e no acesso limitado das pessoas com deficiência (PcD) à escola, ao trabalho e a outras formas de sociabilidade.

---

## **Cisgênero**

O conceito é transfeminista e caracteriza a pessoa que se identifica com o gênero designado no momento do seu nascimento e que, portanto, não é trans/travesti.

---



## **Cisheteronormatividade**

O termo designa a norma social que considera a heterossexualidade e a cisgeneridade como padrões de vida ideais, “normais” e válidos para todas as pessoas. A cisheteronormatividade impõe um modelo único de gênero e sexualidade, tomando-o como prerequisite para a respeitabilidade e acesso a direitos.

---

## **Cistema**

A forma com “c”, de cisgeneridade, faz menção à palavra sistema. Cistema designa a norma social que regula práticas, discursos e representações que, ao mesmo tempo, legitima a existência de pessoas cisgêneras e deslegitima e exclui os direitos das pessoas trans e travestis.

---

## **Colonial**

O termo, em sentido estrito, diz respeito ao período histórico de dominação política de uma nação ou povo por outra nação ou povo. Em sentido ampliado, diz respeito às estruturas de poder (culturais, políticas, econômicas etc.) que continuam atuando, mesmo após o fim da dominação política direta. Nesse segundo sentido, costuma-se também usar o derivado “colonialidade”. “Decolonial” é uma corrente epistemológica que critica a colonialidade ainda presente como estruturadora das relações, em âmbito mundial.

---

## **Crossdresser**

O vocábulo serve para designar a pessoa, geralmente homem cisgênero, que se veste com roupas e acessórios associados ao feminino. Esse uso ocorre por fins estéticos, afetivos ou sexuais. O ato de “se montar” e se maquiar recebe o nome de *cross-dressing*. No Brasil, *crossdresser* é, por vezes, abreviado como “cd” ou “cdzinha”.

---

## **Currículo**

O conceito vem da educação e, de forma ampla, designa o conjunto de conhecimentos e aprendizagens construídos no ambiente escolar, tanto por docentes e por outras pessoas que lá trabalham como por estudantes, familiares etc. Costuma ser dividido em currículo formal ou prescrito (legislações educacionais, livros didáticos, planos de aula), informal ou real (brincadeiras, conversas em corredores, festividades), oculto (representações em painéis) e artefato cultural (filmes, novelas, músicas, literatura). O currículo da escola é um exercício de poder que delimita e regula temas, conteúdos e ações que podem ou não ser discutidos ou ocorrer. No que diz respeito a gênero e sexualidade, o currículo escolar pode servir tanto para formatar, normatizar os estudantes à cishetero-normatividade quanto para propiciar resistências, enfrentamentos, deslocamentos de tradições, identidades e desejos.

---

## **Devir**

O conceito é utilizado pelos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari. No contexto de gênero e sexualidade, significa o constante processo de mudança e transformação que caracteriza a identidade, nunca fixada ou completamente definida.

---

## **Diferença**

O termo é relativo à ideia de que todas as pessoas são diferentes entre si e que a verdadeira inclusão não se faz por expandir o rol das vivências aceitáveis, isto é, de aceitar o “anormal” como “normal”, mas questionar a própria ideia de normalidade. Na luta LGBTQIAPN+, por exemplo, não se trataria apenas de fazer com que essas pessoas tenham os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais e cisgênero – o que já seria muito –, mas ir além e reconhecer que as próprias vivências das pessoas heterossexuais e cisgênero estão repletas de opressão e também precisam ser transformadas.

---



### **Discriminação**

A palavra aponta para uma ação ou prática que exclui uma pessoa ou grupo, devido a fatores de hierarquização social: raça ou etnia, gênero ou identidade de gênero, sexualidade ou orientação sexual, condição física ou mental, idade ou classe social. Ela pode acontecer de forma explícita e consciente, associada a um preconceito manifesto, e também de forma estrutural, quando as condições de oportunidade dadas a determinado grupo, em uma sociedade, são limitadas em comparação com um grupo dominante. Nesse caso, a exclusão ocorre pela falta de possibilidade de acessar determinados espaços ou direitos.

---

### **Discurso**

O termo refere-se às formas de interpretação do mundo, consolidadas em determinados campos de saber e em instituições que se utilizam desses saberes para dar forma às regras, costumes, valores, crenças etc. Os discursos dominantes sobre gênero e sexualidade, geralmente advindos das religiões, do direito ou da ciência, podem reforçar normas culturais tradicionais e conservadoras que excluem as pessoas LGBTQIAPN+, sendo esses discursos ferramentas de poder e de controle social.

---

### **Disforia de gênero**

A expressão refere-se à condição psicológica caracterizada por um desconforto ou sofrimento significativo, o qual uma pessoa pode sentir em relação ao próprio corpo e ao gênero que lhe foi atribuído ao nascimento.

---

### **Diversidade**

A palavra em questão é muito usada para designar a existência de diferentes grupos que, em algum aspecto, fogem às expectativas de normalidade e às tentativas de inclusão. Ainda que bem-intencionada, essa ideia vem sendo menos utilizada – em

favor da ideia de diferença –, por seu caráter normalizante. Ao defendermos a inclusão de quem foge daquilo que é considerado “normal”, estamos reforçando os padrões da normalidade, quando esses próprios padrões deveriam ser questionados de forma mais profunda. Por exemplo, quando passamos a dizer que a homossexualidade é normal, um grupo é incluído, mas a ideia de normal sempre deixará alguém de fora. Em vez de pensarmos que uma manifestação específica de gênero e sexualidade “também” é normal, podemos pensar que todas as manifestações são diferentes e merecem ser respeitadas, desde que essas manifestações também estejam baseadas no consenso e no respeito mútuo.

---

### ***Drag king***

A expressão remete a uma manifestação cultural que consiste na criação de uma persona masculina, frequentemente para fins de entretenimento, criação e expressão artística, protesto, entre outras finalidades. Assim como com as *drag queens*, não se trata de uma identidade de gênero ou orientação sexual. Qualquer pessoa de qualquer gênero ou sexualidade pode ser um artista *drag king*. Essa manifestação, porém, geralmente faz parte da cultura de mulheres lésbicas e de homens trans.

---

### ***Drag queen***

A expressão remete a uma manifestação cultural que consiste na criação de uma persona feminina, frequentemente para fins de entretenimento, criação e expressão artística, protesto, entre outras finalidades. Não é uma identidade de gênero ou orientação sexual. Qualquer pessoa, de qualquer gênero ou sexualidade, pode ser uma artista *drag queen*, ainda que tradicionalmente essa manifestação esteja ligada principalmente a homens gays. No Brasil, algumas pessoas reivindicam o uso do termo “transformista”, de modo a honrar a versão local dessa manifestação que surgiu, em solo brasileiro, antes de se tornarem predominantes

a nomenclatura e algumas características constitutivas da manifestação artística advinda dos países de língua inglesa.

---

### **Educação sexual**

A expressão refere-se a um conjunto de práticas que visam informar indivíduos sobre questões relacionadas ao corpo e à identidade, saúde sexual e reprodutiva, consentimento, prevenção de doenças, prevenção de abuso sexual e de engajamento em relacionamentos afetivos abusivos. A educação sexual busca promover o autoconhecimento e o respeito, e não deve ser confundida com iniciação sexual. Essa associação entre educação sexual e iniciação sexual não tem base na realidade e faz parte de estratégias de manipulação política.

---

### **Estado de exceção**

A expressão refere-se à situação em que o governo suspende direitos civis sob a alegação de proteger a ordem pública. Esse conceito, aplicado a gênero e sexualidade, geralmente está associado a situações em que um medo paranoico – o pânico moral – é criado e disseminado, de modo a colocar em risco direitos democráticos adquiridos ou a luta pela ampliação destes, gerando ou ampliando medidas restritivas para controlar corpos e identidades dissidentes.

---

### **Estereótipo**

Os estereótipos são conceitos ou representações simplificadoras a respeito de grupos ou pessoas, em que algumas características são escolhidas como típicas e apresentadas de forma exagerada como, por exemplo, dizer que toda bixa é escandalosa, que toda sapatão gosta de MPB e que toda travesti é prostituta. Os estereótipos são a base para o preconceito e devem ser evitados.

---

## **Estigma**

A palavra em questão indica um processo de desvalorização social que associa características negativas a uma pessoa ou grupo, com base em aspectos como condição de saúde, raça, classe, orientação sexual, gênero, entre outros. Esse fenômeno leva a preconceitos, discriminações e exclusão social, muitas vezes limitando o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento.

---

## **Expressão de gênero**

O conceito significa a forma como uma pessoa se expressa ou é lida socialmente dentro do espectro masculino-feminino ou andrógino. A expressão de gênero é independente do sexo, da identidade de gênero e da orientação sexual. Por exemplo, uma mulher cis heterossexual pode ter uma expressão de gênero masculina, ou um homem trans ou pessoa transmasculina pode ter uma expressão de gênero feminina, sem que isso deslegitime suas identidades.

---

## **Famílias homoparentais**

O conceito está relacionado a estruturas familiares formadas por pais ou mães do mesmo gênero, isto é, constituída pelos filhos e filhas e dois pais ou duas mães, o que está em desacordo com o modelo tradicional de família nuclear, constituída por pai e mãe, filhos e filhas. Essas famílias têm sido alvo de discriminação e enfrentam desafios para terem suas existências e direitos reconhecidos.

---

## **Feminicídio**

A palavra em foco refere-se ao assassinato de mulheres (cis e trans), tendo como motivação o gênero da vítima. Nos crimes de feminicídio, fica nítido o ódio misógino ao corpo feminino, envolvendo, muitas vezes, violência doméstica e familiar. Geralmente

esses crimes ocorrem com extrema crueldade e deixam marcas de menosprezo nos signos corpóreos femininos como o rosto, os seios, a vagina/vulva, o quadril e os cabelos. No Brasil, as leis 13.104/2015 e 14.994/2024 consideram o feminicídio um crime hediondo e inafiançável.

---

## **Feminismos**

O termo é relativo a movimentos sociais, pessoas militantes e correntes de pensamento que lutam pela igualdade de gênero e pelo fim das opressões baseadas no gênero. Feministas combatem a misoginia, o sexismo e suas intersecções com outras formas de opressão, além de buscarem promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Essa palavra é usada geralmente no plural, para indicar que existem diversas formas de luta contra as opressões de gênero e muitas diferenças entre os movimentos sociais que reivindicam essa denominação. Temos, por exemplo, os feminismos negros, que enfatizam os atravessamentos de raça nas opressões de gênero; os feminismos decoloniais, que enfatizam os atravessamentos da história de colonização e as opressões do Norte Global contra o Sul Global; os ecofeminismos, que enfatizam a relação das opressões de gênero com a exploração e degradação da natureza; os feminismos queer, que enfatizam as opressões sofridas pelas pessoas LGBTQIAPN+; e os transfeminismos, que enfatizam as opressões sofridas especialmente pelas pessoas trans e travestis.

---

## **Fetiche**

A palavra em evidência diz respeito a práticas culturais eróticas e afetivas envolvendo regras, objetos, roupas, fantasias ou outros acessórios específicos, podendo envolver, também, interpretação de papéis. Algumas cenas de fetiche populares são: a cena BDSM, voyeurismo, exibicionismo, uniformes e fantasias.

---

**Fundamentalismo religioso**

A expressão em questão diz respeito a crenças religiosas rígidas, defendidas por grupos que geralmente tomam parte do poder político e querem impor essas crenças ao restante da população. O fundamentalismo busca controlar e manter estruturas tradicionais, limitando a diversidade e a autonomia pessoal. Não deve ser confundido com o exercício da religiosidade de modo geral, por meio do qual as pessoas têm crenças específicas, mas não querem impô-las a todas as outras pessoas nem fazem uso das instituições políticas para a disseminação de suas crenças.

---

**Gay**

O termo em destaque refere-se ao homem que sente atração afetiva e/ou sexual por outros homens, e assim se identifica. É um termo mais informal que homossexual e, por isso, mais popular, configurando-se, às vezes, como uma ofensa.

---

**Gênero**

A palavra que está em foco refere-se aos condicionamentos sociais em torno da masculinidade e da feminilidade que culminam na forma como uma determinada pessoa se vê dentro do espectro homem-mulher. Quanto ao gênero, as pessoas podem ser homens (cis e trans), mulheres (cis e trans), travestis, não binárias, agênero e muitas outras possibilidades.

---

**Genitalismo**

A concepção que define a identidade de gênero de uma pessoa, exclusivamente com base nos órgãos genitais, é chamada de genitalismo. Fundamenta-se em determinismos biológicos e no binário do gênero, excluindo pessoas trans e intersexo.

---

## **Heterossexual**

A palavra em destaque refere-se a pessoa que sente atração afetiva e/ou sexual por pessoas de um gênero diferente do seu. Em geral, designa homens (cis ou trans) que se atraem por mulheres (cis ou trans), bem como mulheres (cis ou trans) que se atraem por homens (cis ou trans).

---

## **Homens que fazem sexo com homens (HSH)**

A expressão é utilizada principalmente em saúde pública, para descrever homens que se envolvem em relações sexuais com outros homens, mas sem pressupor qualquer identidade sexual específica, como gay ou bissexual. Essa designação é importante para estratégias de prevenção e cuidado da saúde, pois reconhece que a identidade sexual e os comportamentos sexuais nem sempre coincidem.

---

## **Homofobia**

A palavra homofobia designa práticas de discriminação e preconceito contra pessoas que se atraem pelo mesmo gênero. Aflige homossexuais (homens e mulheres), bissexuais, pessoas trans, intersexo e outras. Pode também atingir pessoas heterossexuais e cisgêneras que se pareçam ou convivam com pessoas LGBTQIAPN+. Manifesta-se por meio de violências físicas, discursivas, psicológicas e patrimoniais e está presente em diversas instituições, como a família e igreja.

---

## **Homossexualidade**

A palavra em destaque diz respeito à orientação sexual de pessoas que sentem atração por outras do mesmo gênero. Abarca a homossexualidade masculina e feminina (lesbiandade). Surgiu em documentos da medicina europeia do século XIX e chegou ao Brasil na virada do século XIX para o XX. Por muito tempo essa palavra possuía o sufixo “ismo” (“homossexualismo”), designando uma doença sexual. Porém, desde a década de 1970, não é mais considerada uma doença e, portanto, o termo “homossexualidade” se tornou preferível.

## **Hormonização**

O termo refere-se ao processo de tratamento hormonal pelo qual passam algumas pessoas trans e travestis, para estarem mais satisfeitas com seu corpo e identidade de gênero. A hormonização envolve o uso de medicamentos (orais, injetáveis, cremes, géis, adesivos). Em geral, usa-se testosterona para a hormonização de pessoas trans masculinas, e estrogênio para pessoas trans femininas. Neste último caso, também se utilizam antiandrogênicos, medicamentos para bloquear os efeitos da testosterona produzida pelo corpo. No Brasil, muitas pessoas trans e travestis fazem hormonização por conta própria, sem acompanhamento médico, pelas dificuldades socioeconômicas que passam e pela falta de políticas públicas, o que pode gerar riscos para sua saúde.

---

## **Identidade**

O termo diz respeito a como uma pessoa ou grupo se entende e é entendido pelos outros e ao conjunto de características, experiências, valores e práticas que definem essa pessoa ou grupo em um determinado momento. Inclui aspectos como gênero, etnia, religião, nacionalidade, região, orientação sexual, condição física e psíquica, classe social, entre outros. A identidade é um fenômeno histórico e social e está, portanto, em constante transformação. Os contextos de opressão e violência, entretanto, colaboram para que haja um fortalecimento das características distintivas de grupos oprimidos em busca de reconhecimento simbólico ou de reparação material. Isso se aplica às pessoas LGBTQIAPN+ e suas reivindicações consideradas “identitárias”.

---

## **Ideologia**

A palavra ideologia, no senso comum, é um conjunto de ideias que molda e orienta a forma como as pessoas compreendem o mundo. Para Karl Marx, é um discurso de justificação da exploração, por parte da classe dominante, que consiste numa inversão da realidade, trocando os efeitos pelas causas. Por exemplo, acreditar que



se é pobre por falta de capacidade para ter um emprego melhor, quando, na verdade, a causa principal da pobreza é a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida.

---

### **Ideologia de gênero**

A expressão ideologia de gênero refere-se ao medo paranoico – com fins de manipulação política – de que as feministas e as pessoas LGBTQIAPN+ tentem acabar com a família tradicional e subvertam a “ordem natural” das relações entre homens e mulheres. Essa expressão tem por objetivo a deslegitimação dos estudos de gênero e sexualidade, dos movimentos sociais feministas e LGBTQIAPN+, assim como das políticas públicas a eles associados e, portanto, deve ser uma expressão evitada.

---

### **Interseccionalidade**

O conceito foi criado pela feminista negra estadunidense **Kimberlé Crenshaw**. Esse conceito já foi discutido antes, por outras mulheres negras, mas sem o uso desse nome. Diz respeito ao cruzamento de opressões como de gênero, classe e raça e seus efeitos na exclusão de pessoas do acesso a direitos sociais. Essa abordagem visa analisar as complexidades das identidades marginalizadas, que não são excluídas apenas por uma estrutura social, mas por uma combinação de fatores. Como exemplo, podemos pensar numa mulher trans, negra e com deficiência, que tem sua vida atravessada, ao mesmo tempo, por misoginia, transfobia, racismo e capacitismo, assim como por efeitos específicos que surgem a partir do cruzamento desses preconceitos.

**Kimberlé Crenshaw** (n. 1959) é uma jurista, professora e ativista estadunidense, conhecida por criar o conceito de interseccionalidade — uma ideia que mostra que diferentes formas de discriminação (como racismo, machismo e LGBTfobia) podem se combinar e afetar as pessoas de maneira única.

## **Intersexo**

O termo intersexo refere-se a pessoas cujas características sexuais (genitais, hormonais ou cromossômicas) não se enquadram nas definições binárias de feminino ou masculino. A intersexualidade pode se manifestar de variadas formas, tais como: diferenças cromossômicas (síndrome de Turner, síndrome de Klinefelter), diferenças no desenvolvimento genital (como genitália ambígua ou atípica) e variações hormonais que podem afetar a puberdade e as características sexuais secundárias.

---

## **Invisibilidade**

O termo significa a falta de reconhecimento e representação das identidades e experiências de pessoas LGBTQIAPN+ ou de outros grupos vulneráveis em espaços sociais, culturais ou institucionais. A invisibilidade contribui para o preconceito, a estigmatização e a discriminação, dificultando o acesso a direitos. Combater a invisibilidade LGBTQIAPN+ envolve promover educação inclusiva, visibilidade midiática e políticas que garantam o respeito e a presença ativa de todos os tipos de pessoas nos espaços públicos.

---

## **Lésbica**

A palavra em destaque refere-se à mulher (cis ou trans) que sente atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres. É uma palavra que inclui uma variedade de expressões e vivências, com diferentes aproximações para com a feminilidade e a masculinidade. No Brasil, o termo “sapatão” também é muito utilizado e, apesar de ter sido, no passado, um xingamento, vem sendo reapropriado com orgulho nas últimas décadas.

---

## **Lesbofobia**

A palavra designa práticas de discriminação e preconceito, específicas contra lésbicas, e essas práticas interagem, também, com o sexismo. É um termo que foi reivindicado mais recentemente,

em função da invisibilidade da opressão contra lésbicas e que, por vezes, ocorre nas discussões sobre homofobia.

---

### **LGBTQIAPN+fobia**

O termo abarca as formas de discriminação e preconceito, relacionadas a gênero e a sexualidade, contra pessoas LGBTQIAPN+. Surgiu em função da pluralização de identidades, para além da homossexualidade masculina e da percepção dos limites em torno do termo homofobia.

---

### **Linguagem neutra**

A expressão indica uma forma de uso da linguagem que procura retirar ou amenizar os marcadores de gênero, principalmente por não utilizar o gênero masculino como sinônimo de universal. Não é possível articular um pensamento que não se dê por meio da linguagem, assim as regras e usos da linguagem interferem em toda e qualquer percepção do mundo. Uma das regras fundamentais da linguagem é a de que o sentido só se dá em contexto. Disso decorrem duas consequências importantes, quando se trata de gênero e sexualidade: primeiro, que não existe verdade absoluta sobre fenômenos culturais, pois estão sempre em constante transformação, como a linguagem, que dá suporte a eles; e, segundo, a linguagem inclusiva ou linguagem neutra não é uma afronta à pureza da linguagem – o que por si é um ideal irrealista –, mas uma transformação necessária em prol de uma sociedade mais democrática e igualitária.

---

### **Machismo**

O termo refere-se ao conjunto de atitudes, comportamentos e crenças que promovem a ideia de que os homens são superiores às mulheres ou de que características masculinas são superiores a características femininas. O machismo se manifesta de várias formas, incluindo a discriminação de gênero, violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, estereótipos de masculinidade e

feminilidade, assim como as expectativas opressoras de expressão e de papéis de gênero. Importante salientar que os feminismos não são a contraparte do machismo, isto é, que não são a valorização de características femininas em detrimento de características masculinas, mas reações à opressão e uma busca por igualdade.

---

### **Matriz de inteligibilidade heterossexual**

O conceito foi criado pela filósofa Judith Butler e diz respeito ao enquadramento que entende que uma pessoa só é válida e legítima em nossa sociedade se seguir a linearidade de sexo, gênero, desejo e prática sexual. Ou seja, se a pessoa tiver um pênis, ela deve ser masculina e se identificar como homem cis, desejar mulheres cis e praticar sexo apenas com elas. Da mesma forma, se tiver vagina/vulva, deve ser feminina e se identificar como mulher cis, desejar homens cis e praticar sexo somente com eles. Nessa lógica, uma coisa causa a outra e, por isso, existe essa ideia de linearidade, de linha. Se a pessoa não seguir qualquer um desses pontos, sofrerá sanções, será considerada “anormal”, estará apta a ser rejeitada e violentada e não será reconhecida – enquanto humana – como pessoa inteligível. Essa matriz regula, portanto, como a maioria das pessoas enxergam a diversidade sexual e de gênero, procurando limitá-la em suas possibilidades, numa visão restrita que entende que há, em nosso corpo, algo que dita como devemos ser e agir. Uma visão mais aberta a pessoas LGBTQIAPN+ não deve se pautar por essa matriz.

---

### ***Manspreading***

A palavra, oriunda da língua inglesa, é usada para descrever o comportamento de alguns homens de sentar-se com as pernas abertas, ocupando mais espaço do que o necessário. É um indicativo de desigualdade de gênero e opressão das mulheres. Outros conceitos associados a este são o *mansplaining*, quando o homem ou outra figura em posição de poder explica algo de forma condescendente, inferiorizando uma mulher ou outra minoria, e o

*gaslighting*, que é quando uma pessoa, em geral um homem, manipula outra pessoa, em geral uma mulher, fazendo-a acreditar que está louca ou, de alguma outra forma, distanciada da realidade.

---

### **Misoginia**

O termo significa aversão e ódio direcionados a mulheres. A misoginia está presente na cultura patriarcal e afeta todas as mulheres, inclusive aquelas que integram a comunidade LGBTQIAPN+. Está presente em crimes como a violência de gênero e feminicídio, mas envolve também toda uma série de práticas de ridicularização, de inferiorização, de criação de estereótipos e de animalização das mulheres e pessoas femininas/feminizadas. Um exemplo é a associação das mulheres com a loucura e com a falta de controle emocional.

---

### **Não binário**

A expressão refere-se à identidade de gênero de pessoas que não se identificam exclusivamente e/ou necessariamente como homem ou mulher. Pessoas não binárias podem ter uma identidade fluida (às vezes serem mais masculinas, às vezes mais femininas), mista (identificarem-se com características masculinas e femininas simultaneamente) ou situarem-se fora do binário de gênero (mais próximas das pessoas agênero, que procuram expressões culturais o menos marcadas pelo gênero quanto possível). Muitas pessoas não binárias apresentam expressão de gênero andrógina, mas isso não é necessário. Portanto, mesmo pessoas que são lidas socialmente como homens ou mulheres podem ser não binárias. Quando o termo é um adjetivo que não se refere a uma pessoa – um “sistema não binário” ou uma “cultura não binária”, por exemplo –, usualmente refere-se a um fenômeno cultural que procura escapar de uma dada binariedade, em geral a binariedade homem-mulher ou masculino-feminino, no contexto de gênero e sexualidade.

---

**Não monogamia**

O termo é guarda-chuva e engloba relações em que os parceiros, com consentimento mútuo, mantêm vínculos amorosos ou sexuais com mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Abrange práticas como relacionamentos abertos, *swing* e poliamor, entre outros. A não monogamia é baseada em princípios de honestidade e transparência, diferindo de relações em que há infidelidade.

---

**Necropolítica**

O conceito foi criado pelo filósofo francês Michel Foucault e desenvolvido pelo filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe. A necropolítica diz respeito a diversas políticas de Estado para a gestão da morte, isto é, refere-se às políticas de se lidar com as mortes de pessoas de diferentes grupos de variadas formas. Os Estados decidem quais vidas são valiosas e dignas de proteção e quais podem ser descartadas. Por exemplo, quais vidas serão protegidas pela polícia e quais serão por ela ameaçadas, quais vidas terão prioridade no tratamento médico, quais terão direito à aposentadoria digna e assim por diante. Esse conceito se aplica ao contexto LGBTQIAPN+, em que as vidas são desvalorizadas e negligenciadas em comparação com o restante da população, em especial no caso de pessoas trans femininas negras e pobres, nas quais diversas dimensões de vulnerabilidade se interseccionam.

---

**Nome morto**

A expressão refere-se ao nome de registro civil em cartório, feito após o nascimento das pessoas trans e que não condiz mais com sua identidade. Esse nome não é mais usado por elas e, por isso, “morto”. Deve-se não usar e nem mesmo mencionar esse nome, mas utilizar apenas o nome que a própria pessoa utiliza, quer ela já tenha feito a mudança em cartório ou não.

---

### **Nome social**

A expressão refere-se ao nome escolhido pela própria pessoa em substituição ao seu nome de registro civil em cartório, que foi a ela atribuído por outra pessoa após o nascimento. No Brasil, desde 2018, qualquer pessoa pode requerer alteração do nome em cartório, sem qualquer laudo médico ou psicológico. De qualquer forma, com a alteração do registro civil em cartório tendo sido feita ou não, o uso do nome social deve ser respeitado.

---

### **Pajubá**

O termo designa um vocabulário usado pela comunidade LGBTQIAPN+, principalmente entre pessoas travestis e bixas. É composto por palavras e expressões que têm origem no iorubá, idioma de matriz africana, e por gírias da cultura travesti. Apesar de muitas de suas palavras terem sido incorporadas ao português geral, o pajubá é utilizado principalmente para uma comunicação mais segura em contextos de marginalização. Por exemplo, para a troca de informações entre travestis sobre seus clientes, durante o trabalho sexual na presença destes, sem que eles entendam. Ao mesmo tempo, serve como um símbolo de resistência e identidade cultural. Palavras comuns do pajubá incluem: “aquendar” (esconder, movimentar), “elza” (furto), “aqué” (dinheiro), “ocó” (homem heterossexual) e “uó” (ruim, chato).

---

### **Pânico moral**

A expressão faz referência a um fenômeno social em que um grupo, ou prática, é visto como ameaça à ordem pública, geralmente pela veiculação de estereótipos e *fake news*, com o objetivo de manipulação política. Esse fenômeno tem sido aplicado a questões LGBTQIAPN+, gerando discriminação, medidas repressivas e perda de direitos.

---

**Pansexual**

O termo refere-se a uma pessoa que sente atração afetiva e/ou sexual, independentemente da identidade de gênero da outra pessoa, abrindo-se para identidades cis e trans. A pansexualidade desafia o binário do gênero e é mais recente que a identidade bissexual.

---

**Papel de gênero**

A expressão faz menção às expectativas sociais atribuídas com base no gênero. Envolvem comportamentos, atividades cotidianas e características físicas e psicológicas consideradas apropriadas ou desejáveis para homens e mulheres em uma determinada sociedade. Tais papéis apresentam muitas vezes caráter normativo, isto é, de prescrição de conduta, reforçando estereótipos, produzindo e reproduzindo hierarquias, desigualdades e violências.

---

**Passabilidade**

A palavra indica a capacidade de uma pessoa, especialmente transgênero ou não binária, ser percebida pelos outros de acordo com sua identidade de gênero, sem que sua condição trans ou não binária seja identificada. A passabilidade pode proporcionar segurança em determinados contextos, evitando discriminação e preconceito, mas também pode gerar pressão para que as pessoas trans ou não binárias se conformem a padrões cisnormativos, para serem aceitas.

---

**Patológico**

O termo é utilizado para caracterizar algo como doença ou algo não natural, não saudável. A ideia de patologia em gênero e sexualidade tem sido historicamente usada para justificar violências, como no caso da transexualidade, entendida pelo discurso médico, por muito tempo, como um transtorno mental.

---



### **Patriarcal**

O termo é relacionado a sistemas sociais em que homens possuem maior autoridade e poder. O patriarcado impõe normas rígidas de gênero e limita a participação política e a liberdade de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Diferentemente do machismo, que é a valorização de características masculinas em detrimento das femininas ou não binárias – e que pode estar presente em qualquer contexto –, o adjetivo patriarcal qualifica um contexto em que o poder, em especial político, está concentrado nas mãos de homens.

---

### **Performatividade**

O conceito expressa a natureza socialmente produzida do gênero, por meios de uma repetição de hábitos, em vez de ser uma essência que se possui desde o nascimento e que só é expressa no decorrer da vida. Esse conceito sugere, portanto, que a identidade de gênero não é fixa, mas é criada continuamente.

---

### **Pessoa transmasculina**

O conceito faz referência a uma denominação utilizada por pessoas trans que têm uma expressão de gênero masculina ou uma identidade de gênero masculina, mas não querem se ver associadas com a palavra “homem”, pelo peso de opressão que essa palavra carrega. Ou seja, é uma forma política de se evitar o termo “homem trans”.

---

### **Pessoas que menstruam e gestam**

A expressão é usada para se referir a pessoas que possuem a capacidade biológica de menstruar e/ou gestar, abrangendo mulheres cisgênero, homens trans e pessoas transmasculinas, bem como pessoas não binárias e outras identidades de gênero que não se identificam exclusivamente como femininas ou masculinas.

---

**Poliamor**

A palavra designa um modelo de relacionamento em que pessoas constroem laços afetivos ou românticos com várias pessoas ao mesmo tempo, com o consentimento e participação de todos os envolvidos. Ao contrário de práticas focadas apenas em trocas físicas, o poliamor valoriza a construção de relações emocionais com múltiplos parceiros, sendo cada vínculo reconhecido como único e independente.

---

**Políticas afirmativas**

A expressão refere-se a medidas que buscam promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados, incluindo mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Essas políticas visam corrigir desigualdades e combater a discriminação, garantindo acesso à educação, emprego, participação política, entre outros. Essas políticas podem envolver a implementação de cotas e programas específicos de suporte que favoreçam a participação de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, em especial travestis e pessoas trans, em espaços dos quais essas populações foram historicamente excluídas ou tiveram sua participação prejudicada.

---

**Preconceito**

O termo remete a crenças, sentimentos e atitudes a respeito de grupos ou pessoas que são inferiorizadas ou desqualificadas, baseado em estereótipos, e não na experiência. Geralmente se manifesta associado à discriminação, mas deve ser diferenciado dela. É possível haver preconceito sem haver discriminação – por exemplo, quando uma pessoa tem crenças preconceituosas, mas ela não chega a realizar ações que excluem ou prejudicam as pessoas que são alvo de preconceito. É possível haver discriminação sem haver preconceito – por exemplo, quando pessoas são excluídas por um motivo social estrutural e os agentes envolvidos nessa exclusão não têm consciência disso. Isto é, o

preconceito, muitas vezes, é a contraparte psicológica, prévia à discriminação, mas são fenômenos independentes e podem ocorrer de forma isolada.

---

### **PrEP**

A sigla refere-se à profilaxia pré-exposição, que **é uma estratégia de prevenção contra o HIV e** consiste no uso de medicamentos antirretrovirais por pessoas que não têm o vírus, mas que apresentam um risco maior de exposição. A PrEP impede que o HIV se estabeleça e se multiplique no organismo, sendo altamente eficaz, se usada de forma contínua. Sua importância está em oferecer uma camada adicional de proteção, especialmente para pessoas em situações de maior vulnerabilidade ao HIV, como homens que fazem sexo com homens, pessoas trans e casais sorodiferentes. No Brasil, ela é oferecida gratuitamente pelo SUS. Além de reduzir novas infecções, a PrEP é uma ferramenta crucial para ampliar a autonomia e o controle sobre a própria saúde.

---

### **Queer**

A palavra tem dois sentidos principais nas discussões de gênero e sexualidade. Às vezes é um termo guarda-chuva que descreve todas as identidades de gênero e orientações sexuais que fogem às normas cisheteronormativas. Outras vezes, descreve pessoas ou fenômenos que procuram não se enquadrar em nenhuma identidade de gênero ou orientação sexual específica.

---

### **Racismo**

O termo refere-se à crença de que um grupo de pessoas, geralmente marcado pela cor da pele, é inferior a outros, bem como às práticas e instituições preconceituosas e discriminatórias com base nessa crença. A raça não existe do ponto de vista biológico em seres humanos, mas ela é real enquanto categoria social de hierarquização e opressão.

---

## **Sexismo**

O termo é relativo à discriminação com base no gênero das mulheres e na hierarquia historicamente estabelecida entre homens e mulheres. O sexismo afeta especialmente mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, configurando-se como um mecanismo de controle e de inferiorização sistemática no patriarcado.

---

## **Sexo**

A palavra designa o conjunto de características biológicas que envolvem gônadas, genitálias, hormônios, cromossomos, distribuição de pelos, gordura, espessura óssea etc. Atualmente, a ciência, inclusive feminista, reconhece que o sexo é mais complexo do que o binário macho-fêmea, pênis-vagina, envolvendo também pessoas intersexo, pessoas trans e seus corpos. O sexo sofre influências diretas da cultura, da linguagem e de aspectos sociais que embasam a medicina, a biologia, a química, a justiça e a religião.

---

## ***Swing***

O termo indica uma prática em que casais participam consensualmente de trocas sexuais com outras pessoas, geralmente em grupos ou eventos dedicados a esse fim. Frequentemente, envolve interações com outros casais, em ambientes como clubes ou festas específicas, em que os participantes concordam previamente com os limites estabelecidos.

---

## **Tecnologias de gênero**

A categoria foi criada pela historiadora **Teresa de Lauretis**, com o intuito de mostrar que o gênero, enquanto padrão ideal de masculinidade e feminilidade, é tanto o processo de construção quanto de efeito de uma série de tecnologias políticas e sociais, entre elas o cinema e os filmes. O termo também faz referência aos métodos e práticas que buscam modelar o corpo e a identidade de gênero das pessoas, como as aplicações de botox ou o

implante de silicones nas mamas. Incluem intervenções estéticas, hormonais e cirúrgicas, tanto em pessoas LGBTQIAPN+ quanto em pessoas cisheterossexuais.

**Teresa de Lauretis** (n. 1938) nasceu na Itália, mas vive e trabalha nos Estados Unidos. Ela é filósofa, professora e teórica feminista, conhecida por ser uma das criadoras do termo “teoria queer”. Seus estudos exploram como as ideias de gênero, sexualidade e identidade são construídas pela cultura e pela linguagem, influenciando muito os debates feministas e LGBTQIAPN+ no mundo todo.

---

### **Terapia de conversão**

A expressão é também conhecida como “cura gay”. São práticas invasivas feitas por profissionais de saúde mental e/ou representantes de grupos religiosos que visam mudar a orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa. Terapias de conversão não têm embasamento científico e estão associadas a impactos negativos na saúde mental, motivo pelo qual são proibidas em diversos países, inclusive pelo Conselho Federal de Psicologia, no Brasil.

---

### **Transexual**

A palavra refere-se, frequentemente, a uma pessoa que realiza uma transição para alinhar seu corpo à sua identidade de gênero, que difere do sexo atribuído ao nascimento. A transição pode incluir tratamento hormonal e cirurgias e tem dois sentidos ou direções: de homem para mulher (*male to female*, em inglês) e de mulher para homem (*female to male*, em inglês). Por ser uma nomenclatura que tem sua origem na medicina, é mais comum que pessoas transexuais tenham uma expectativa de adequação binária, isto é, de abandonar um gênero e assumir plenamente o outro. Essa expectativa de adequação binária – a rigor, impossível de se alcançar, mesmo para pessoas cisgênero – é criticada por muitas pessoas ativistas e estudiosas de gênero, preferindo

a nomenclatura “pessoa transgênero”. Isso, no entanto, não é consenso, e há quem reivindique o uso dessa nomenclatura sem apresentar essa expectativa.

---

## **Transfeminismo**

O termo refere-se a uma transformação do feminismo, para incluir também as reivindicações das mulheres trans e travestis, assim como a crítica à cisnormatividade, em conjunto com a luta contra a desigualdade de gênero e a opressão das mulheres. Não procura negar o feminismo, mas torná-lo mais inclusivo. Algumas intelectuais importantes do transfeminismo são a estadunidense **Emi Koyama** e as brasileiras **Jaqueline Gomes de Jesus** e **Letícia Nascimento**.

**Emi Koyama** (n. 1975) é uma ativista, escritora e pesquisadora estadunidense. Seu trabalho aborda questões interseccionais relacionadas a feminismo, direitos intersexo, violência doméstica, trabalho sexual, identidade de gênero e justiça social. Koyama é amplamente reconhecida por seu ensaio de 2000, *The Transfeminist Manifesto*, que ajudou a estabelecer as bases do transfeminismo como movimento político e teórico.

**Jaqueline Gomes de Jesus** (n. 1978) é uma psicóloga, professora universitária e ativista brasileira. Sua militância e produção acadêmica abordam temas como transfeminismo, saúde mental de minorias sexuais e de gênero, e políticas públicas inclusivas.

**Letícia Carolina Nascimento** (n. 1990) é uma pedagoga, professora universitária e ativista brasileira. É autora do livro “Transfeminismo”, publicado em 2021 pela coleção “Feminismos Plurais”, que aborda questões sobre gênero, transgeneridade e feminilidade, contribuindo para o debate sobre a inclusão de mulheres transexuais e travestis no feminismo.

---

## **Transfobia**

A palavra designa o preconceito e a discriminação contra pessoas trans e não binárias. A transfobia abrange atitudes e práticas que

negam direitos, produzem sofrimento social, físico e psíquico e perpetuam violências contra essas pessoas. A transfobia é muito presente no Brasil, sendo o país que registra o maior número de mortes de pessoas trans, por ano, no mundo. Uma forma de transfobia que tem ganhado força atualmente se origina de um tipo de feminismo chamado de “radical”, por meio do qual, sob o argumento “essencialista” de que mulheres são apenas as pessoas que nasceram com vagina, algumas feministas acusam as mulheres trans de serem homens fantasiados de mulheres para violentar mulheres e roubar seu espaço de representação. A transfobia pode estar presente de forma explícita, em atitudes preconceituosas e discriminatórias, mas também de forma estrutural, na falta de acesso das pessoas trans a direitos fundamentais e a oportunidades diversas, na mesma medida que têm as pessoas cisgênero.

---

### **Transgenitalização**

O termo diz respeito ao procedimento cirúrgico conhecido como redesignação sexual, que altera os órgãos genitais de uma pessoa trans e travesti, produzindo um neofalo ou uma neovagina (termos médicos). É uma escolha autônoma da pessoa e faz parte do processo de constituição da sua identidade de gênero. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) possui uma política pública de transgenitalização chamado de “processo transexualizador”, mas que ainda está restrito a hospitais universitários de grandes cidades. Diante disso e da grande fila de espera por essas cirurgias, algumas pessoas trans e travestis brasileiras recorrem a cirurgias no exterior.

---

### **Transgênero**

O termo designa, em geral, pessoa cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascer. Possui, entretanto, dois usos um pouco diferentes. O primeiro é como um termo guarda-chuva, que abarca todas as identidades trans (transexuais,

travestis e pessoas não binárias), já o segundo é para se referir, mais especificamente, a pessoas trans que podem ou não desejar realizar intervenções físicas (cirúrgicas, hormonais etc.), mas que reivindicam reconhecimento, independentemente dessas alterações corporais. Diferem das pessoas transexuais, por estas últimas, algumas vezes, apresentarem maior desejo de passabilidade e/ou adequação à binariedade de gênero. Isso, porém, não é uma regra, e é possível encontrar pessoas que se identificam com ambas as nomenclaturas, transexual e transgênero, com diferentes posições a respeito da binariedade.

---

### **Transvestigênera**

O termo foi cunhado pela ativista trans brasileira Indianarae Siqueira. Esse termo congrega as palavras “trans”, “travesti” e “transgênera”, na busca de uma unidade política das pessoas transfemininas que se identificam com pelo menos uma dessas três denominações.

---

### **Travesti**

A palavra refere-se a uma modalidade de existência trans feminina, tipicamente brasileira e latino-americana, com especificidades culturais, tais como um vocabulário próprio – o pajubá –, tecnologias de modificação corporal (hormônios, silicone industrial), que não passam necessariamente pelo acompanhamento da medicina, e o trabalho sexual. Algumas dessas características estão ligadas a uma conjunção de vulnerabilidades – gênero, raça e classe social –, já que historicamente grande parte das travestis são negras e pobres. Há algumas décadas, havia uma demarcação mais explícita entre mulheres trans – advindas da classe média – e travestis. Essa diferenciação, porém, tem perdido força, e hoje muitas mulheres trans também se identificam como travestis e vice-versa.

---



### **Vulnerabilidade**

O termo designa o conjunto de situações que ocasionam maior risco para discriminação, violência e exclusão social. Pessoas LGBTQIAPN+ encontram-se comumente em situações de vulnerabilidade, devido ao cruzamento de opressões, que tornam as condições de vida, por exemplo, de um morador de rua gay e negro muito mais difíceis do que as de um homem cisheterossexual, empresário e branco, em uma grande cidade brasileira.

---

# PALAVRAS FINAIS

Chegamos ao final deste livro com o sentimento de uma etapa cumprida, por mais que sempre reste um desejo de aprimoramento.

Qualquer livro-ferramenta, como este, tem as suas limitações. Primeiro, por conta da simplificação necessária para uma apresentação didática de ideias complexas. Tentamos abarcar aqui, em poucas páginas, uma gama enorme delas, advindas de diferentes campos do conhecimento: estudos de gênero e sexualidade, filosofia, história, antropologia, sociologia, psicologia, pedagogia, direito e linguística. Procuramos, o máximo possível, que essa simplificação, também um trabalho de tradução da linguagem acadêmica para a linguagem cotidiana, não distorcesse as ideias originais e perdesse sua potência política. Mas, como diz um provérbio italiano, *traduttore, traditore*, o tradutor é um traidor, e, portanto, este texto está sujeito a produzir mal-entendidos. Esperamos que não em grande número.

Segundo, porque as ideias aqui abordadas não são apenas advindas de intelectuais universitários, mas

de intelectuais da militância, e os temas aqui apresentados são objeto de constante disputa. Existem alguns consensos, mas, quando nos aproximamos mais de uma especificidade, encontramos, muitas vezes, defesas bem fundamentadas para posições opostas ou de difícil conciliação. Seria impossível abarcar aqui todos esses pontos de debate e suas nuances, e foi preciso fazer escolhas que podem, no futuro, não se mostrarem as melhores.

E, para finalizar, por falar em futuro, em um terreno de intenso debate como esse, um texto panorâmico e didático está especialmente sujeito ao envelhecimento. Pode ser que, quando você estiver lendo estas palavras, muitas dessas ideias possuam formulações mais avançadas, ou mesmo que os próprios fenômenos já tenham se modificado e peçam por novos desenvolvimentos. De qualquer forma, algumas ideias centrais certamente permanecerão válidas por muito tempo, já que as bases sociais, políticas e culturais que dão forma ao que chamamos de sexo, gênero e sexualidade são profundas e de difícil alteração, em curto e médio prazo.

Na pior das hipóteses, poderá servir de testemunho histórico a respeito do debate dessas ideias, na época e lugar em que seus autores e autoras se envolviam com essas questões, e do esforço para a transformação de um cenário ainda repleto de injustiças, violência e sofrimento.

# AGRADECIMENTOS

**A**gradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que, por meio do Edital 008/2023, propiciou à Editora Unimontes o lançamento de um edital para publicações de divulgação científica, em resposta ao qual este livro foi realizado. Somado a isso, há o financiamento de diversos projetos de pesquisa, listados a seguir, nos quais alguns dos autores e autoras deste livro atuam ou atuaram: “Escola em movimento: educação para a diversidade e o protagonismo estudantil”, “Observatório mineiro de violência de gênero”, “Centro de referência em educação popular com enfoque em gênero e relações étnico-raciais”, “Experiências de pessoas LGBT: letramento em diversidade sexual e de gênero para a promoção da saúde” e “Maneiras de Fazer-Cidade: sobre os desafios citadinos em Montes Claros/MG”. Este livro é um dos produtos decorrentes dessas pesquisas.

Agradecemos à Editora Unimontes pela atuação cuidadosa, em especial à Maria Clara Maciel, que muito incentivou essa iniciativa, e à Universidade Estadual de

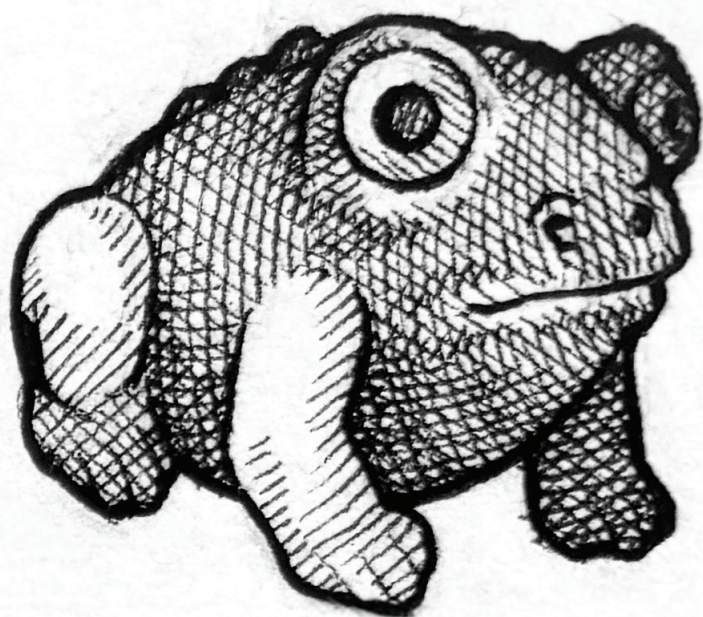
Montes Claros, por tornar possível a existência dos grupos e projetos de pesquisa e extensão que deram origem a este livro, assim como aos pró-reitores e pró-reitoras de pesquisa e de extensão e a suas equipes e, também, aos coordenadores e coordenadoras dos programas de pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Social, que vêm nos dando suporte.

Nosso muito obrigado também às professoras Cláudia de Jesus Maia e Maria Da Luz Alves Ferreira e ao professor Ildenilson Meireles, pelo apoio constante ao trabalho deste grupo. Aos professores e professoras Ana Carolina Ribeiro Lopes e Ruas, Heiberle Hirsberg Horácio, Felipe Fróes Couto, Andrea Ruas da Cruz Nogueira, Telma Borges da Silva, Cristiano Dias, Ivete Batista da Silva Almeida, Rogério Ladislau e André Ramos Carloni, que integram ou em algum momento integraram o (In)Serto.

Aos estudantes da Unimontes que fazem ou fizeram parte do (In)Serto e/ou do GPEG e que, indiretamente, contribuíram para o trabalho condensado neste livro: Jojo Rodriguez, Luiz Henrique, Sérgio Rodrigues, Júlia Zuba, Abner Nicolas, Pedro Victor, Júlio Cipriano, Davi Antônio, Albert Kelvin, Rossiny Siqueira, Larissa Ramos, Larissa Ribeiro, Edson Ribeiro, Luiz Pinheiro, Ailton Loyákejù, Lara Albuquerque, Sâmia Andrade, Eloyá Amorim, Douglas Pablo, Pedro Augusto, Paulo Thiago, Gabriela Rocha, Apoema Souza, Matheus Silveira, Natalia Costa, Geovana Soares, Mariana de Oliveira, Ana Clara, Bruna Vilasboas, Gabriel Rodrigues, Rhuan Quaresma, Felipe Rocha, Eric Silva, Isaac Veloso, Mariana Alves, Livia Gonçalves, Jaciara Ferreira, Paulo Victor dos Santos – e à sua maravilhosa persona *drag*, Rayka Fox.

Aos estudantes de pós-graduação da Unimontes: Vitória Dreide, Vinicius Amarante, Ingryd Tófani, Sandy Magalhães, Zeca Medrado, Moisés Oliveira, Newton Meira, Lucian Freitas e, em especial, a Simone Araújo, Heidy Siqueira e Werley Oliveira, que, tantas vezes, trabalharam conosco em nossas atividades.

Um agradecimento especial também a Bruno Cantú, pelo projeto gráfico e pelas ilustrações que tanto enriqueceram este trabalho, a Virgínia “Alexis” Santos, uma das integrantes fundadoras do (In)Serto, pela leitura cuidadosa dos manuscritos, e a Luiz Fukushiro, pelas diversas colaborações com o grupo, ao longo dos anos, e pelo trabalho de leitura crítica, preparação e revisão deste livro.



# REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *The authoritarian personality*. New York: Harper & Brothers, 1950.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. *Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008*. Revogada pela PRT GM/MS nº 2803 de 19 de novembro de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html). Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. *Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013*. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da



administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm). Acesso em: 4 jun. 2025.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 30 out. 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*. Oxon: Routledge, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.5. São Paulo: Editora 34, 1995-2007.

FAUSTO-STERLING, Anne. The five sexes, revisited. *The Sciences*, v. 40, n. 4, p.18-23, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anoario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso em: 24 out. 2024.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. *V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das Ifes – 2018*. Brasília:

Fonaprace, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

FREUD, Sigmund. “A sexualidade feminina”. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, Jaqueline Gomes de *et al.*. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KOYAMA, Emi. “The transfeminist manifesto”. In: DICKER, Rory; PIEPMEIER, Alison (org.). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st century*. Boston: Northeastern University Press, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAURETIS, Teresa de. “Tecnologias de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio; PEIXOTO, Reginaldo. “Formação em gênero e educação para a sexualidade: considerações acerca do papel da escola”. *Nupem*, v. 10, n. 20, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5566>. Acesso em: 25 out. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 47.306/2017, de 15/12/2017*. Institui a Carteira de Nome Social para travestis e transexuais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/47306/2017/#:~:text=Institui%>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 47.306, de 15/12/2017*. Dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47148/2017/?cons=1>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo, 2016.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NUNES, Thamirys (org.). *Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro*. Curitiba: IBDSEX, 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das travestilidades*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo. In: *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu, 2017.

THE TREVOR PROJECT. *Sexual violence and suicide risk among LGBTQ young people*. Disponível em: <https://www.thetrevorproject.org/research-briefs/sexual-violence-and-suicide-risk-among-lgbtq-young-people>. Acesso em: 29 out. 2024.

WEISS, Margot. *Techniques of pleasure: BDSM and the circuits of sexuality*. Durham: Duke University Press, 2011.

## SOBRE AUTORES E AUTORAS



### **Rafael Baioni**

*Professor do Departamento de Educação, do curso de Psicologia e dos programas de pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Psicólogo e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral na Freie Universität Berlin. É integrante do (In)Serto e do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Violência (GPEG), ambos da Unimontes.*



### **Mônica Maria Teixeira Amorim**

*Professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais e dos programas de pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pedagoga e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra o (In)Serto, o Grupo de Pesquisa para uma Educação Decolonial Pluriethnopolular (GDECO-ETNOPO), o Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Violência (GPEG), o Centro de Referência em Educação Popular, todos da Unimontes, e a Rede Emancipa.*



### **Daliana Cristina de Lima Antonio**

*Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do (In)Serto e do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Violência (GPEG), ambos da Unimontes, e coordenadora do Comitê de Pesquisa Gênero e Sexualidade da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).*



### **Marcelo Brito**

*Professor do Departamento de Direito Público Substantivo e pró-reitor adjunto de extensão da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre e doutorando em Desenvolvimento Social pela mesma universidade. Coordena o (In)Serto e é integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Violência (GPEG) e do Núcleo Citadino, todos da Unimontes.*



### **Renan de Souza Nascimento**

*Historiador e doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Integrante do (In)Serto, do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Violência (GPEG), ambos da Unimontes, e da Rede Brasileira de Historiadoras/es LGBTQIA+.*



### **Letícia Imperatriz**

*Mulher transvestigênera negra, cientista social e mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Integrante do Observatório Norte-Mineiro de Violência de Gênero e coordenadora do Projeto Transidentidade do Norte de Minas.*





Este livro se propõe a ser, ao mesmo tempo, uma introdução ao debate de temas atuais, caros aos estudos de gênero e sexualidade, e um guia para estudantes, pais, professores e outros profissionais sobre como conviver com a diferença de forma mais inclusiva, em especial no tocante às vivências de pessoas LGBTQIAPN+. Ele é resultado de anos de pesquisa e trabalho de extensão universitária de um grupo de docentes e estudantes, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).